

Relatório de Actividades



IPS, 2010



1. CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA ORGÂNICA E STAKEHOLDERS

1.1. Identidade e missão

O Instituto Politécnico de Santarém é uma instituição de ensino superior politécnico, criada pelo DL 513-T/79 e teve os seus primeiros estatutos homologados em 11 de Outubro de 1995.

Devido à entrada em vigor do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – em 10 de Setembro de 2007 – encetou um processo de revisão estatutária a qual culminou em 4 de Novembro de 2008, com a publicação de novos estatutos.

De acordo com este documento, o IPS é uma instituição de ensino superior politécnico público, ao serviço da sociedade, empenhada na qualificação de alto nível dos cidadãos, destinada à produção e difusão do conhecimento, criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, da cultura, da ciência, da tecnologia, das artes, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental, relevando a centralidade no estudante e na comunidade envolvente, num quadro de referência internacional.

O IPS promove a cooperação institucional e a mobilidade efectiva de todos os seus agentes, tanto a nível nacional como internacional – designadamente no espaço europeu de ensino superior e na comunidade de países de língua portuguesa - participa em actividades de ligação à sociedade, de difusão/transferência e de valorização económica de conhecimento e assegura o acesso dos cidadãos ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida.

Neste sentido são atribuições do IPS:

- A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;
- A criação do ambiente educativo adequado ao desenvolvimento da sua missão;
- A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;
- A transferência e valorização do conhecimento científico e tecnológico;
- A realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos;
- A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;



- A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;
- A contribuição para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, em especial com os países de língua portuguesa e os países europeus, no âmbito da actividade do IPS;
- A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

1.2. Estrutura orgânica

Para a concretização da sua missão, o IPS conta com cinco unidades orgânicas, designadas por Escolas Superiores:

- Escola Superior Agrária de Santarém (ESAS);
- Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM);
- Escola Superior de Educação de Santarém (ESES);
- Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém (ESGTS);
- Escola Superior de Saúde de Santarém (ESSS).

Para além destas unidades orgânicas, o Instituto conta ainda com outras unidades, designadamente:

- Unidade de Investigação, à qual compete coordenar a investigação científica no âmbito do Instituto, em articulação com as Escolas Superiores integradas;
- Unidade de Formação Pós-Secundária e Profissional, à qual compete, em articulação com as Escolas Superiores integradas, promover a formação não graduada e promover a articulação neste domínio com outras instituições;
- Biblioteca que tem como objectivo gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, o Repositório Institucional do IPS e os serviços específicos prestados aos seus utilizadores.

Existem ainda outros elementos nucleares na concretização da missão do IPS, tais como:

- O Conselho Científico Pedagógico que é um órgão que goza de competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico e tem como finalidade estabelecer formas de cooperação e articulação entre os conselhos técnico-científicos e os conselhos pedagógicos das Escolas, o conselho científico



da unidade de investigação e a comissão técnico-pedagógica da unidade de formação pós-secundária;

- O Conselho para a Avaliação e Qualidade, o qual é responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de auto-avaliação regular do desempenho do Instituto, das suas unidades, bem como das actividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;
- O Conselho Consultivo de Gestão cujas funções são as de apoiar o regular funcionamento do Instituto em matéria de natureza administrativa e financeira, bem como a gestão de recursos humanos;
- O Provedor do Estudante, responsável pela defesa dos direitos e legítimos interesses dos estudantes, desenvolvendo a sua acção em articulação com as associações de estudantes e com os órgãos e serviços do IPS e com todas as suas unidades.
- Os Serviços de Acção Social, que gozam de autonomia administrativa e financeira e asseguram a acção social escolar.

Para além destas unidades orgânicas e outras e dos outros organismos que foram mencionados acima, os serviços centrais do IPS são estruturados do seguinte modo:

- Administrador, o qual coordena os serviços do Instituto, sob a direcção do presidente;
- Direcção de Serviços de Administração Geral que compreende a Divisão Financeira e a Divisão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, que compreende o núcleo de planeamento e desenvolvimento estratégico e o núcleo de projectos;
- Gabinete Jurídico;
- Gabinete de Instalações e Equipamento;
- Gabinete de Assuntos Académicos;
- Gabinete de Comunicação e Imagem;
- Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional;
- Gabinete de Avaliação da Qualidade;
- Centro de Informática;
- Serviços de Apoio à Presidência.



1.3. Órgãos de governo

De acordo com os estatutos do IPS, são os seguintes, os órgãos de governo da instituição:

- Conselho Geral. Este órgão é composto por 21 membros, dos quais seis, são personalidades externas de reconhecido mérito com experiência relevante para o Instituto.
- Presidente, o qual é o órgão superior de governo e de representação externa do instituto e que é coadjuvado por dois Vice-Presidentes e por Pró-Presidentes para o desenvolvimento e implementação de tarefas, projectos e actividades específicas;
- Conselho de Gestão. Este órgão é composto, para além do presidente do Instituto, por um vice-presidente e pelo administrador

1.4. Stakeholders

Imbuído da missão descrita e apresentando a estrutura orgânica acima referida, o IPS - no desenvolvimento das suas actividades - terá de relacionar-se com um conjunto heterogéneo de entidades - quer internas, quer externas – as quais são também, directa ou indirectamente, parte interessada na excelência das actividades desenvolvidas, uma vez que, consoante os casos, contribuem para a sua produção, dela beneficiam, ou em última instância, contribuem e beneficiam, simultaneamente, das actividades desenvolvidas.

Neste sentido as principais entidades interessadas na actividade do Instituto, ou se preferirmos, os seus principais stakeholders são os seguintes:

Stakeholders internos:

- Estudantes
- Docentes
- Investigadores
- Funcionários não docentes

Stakeholders externos:

- Escolas Secundárias



- Escolas Profissionais
- Centros de Investigação
- Instituições de Ensino Superior
- Ex estudantes
- Famílias
- Associações socioprofissionais
- Parceiros Internacionais
- Parceiros nacionais
- Governo
- Fornecedores
- Sociedade civil
- CPLP
- CSISP
- Ministérios
- Sindicatos
- Hospitais
- Autarquias
- Instituições Públicas
- Empresas Privadas
- Empresas Publicas
- Empresas Municipais
- Cooperativas e outras organizações de Economia Social
- Clubes Desportivos
- Agencia Nacional para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Do ponto de vista do seu enquadramento jurídico institucional, o Instituto Politécnico de Santarém, obedece ao disposto no Decreto-lei nº62/2007 de 10 de Setembro, o qual fixa o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, seja quanto à respectiva forma organizativa, seja quanto às suas atribuições, seja quanto à competência dos seus órgãos de governo, seja ainda quanto às suas relações com a tutela e modo de fiscalização pública.



No que se refere ao pessoal docente, o IPS regula-se ainda pelo disposto no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, consagrado no Decreto-lei nº 185/81 de 1 de Julho e modificado pelo Decreto-lei nº 207/2009 de 31 de Agosto.

Quanto ao pessoal não docente, regula-se pelos princípios que estão definidos na Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro e nas alterações que se lhe seguiram.

O IPS norteia a sua oferta formativa conferente de grau, seguindo os princípios contidos na Declaração de Bolonha, os quais conhecem a sua forma de lei, designadamente no disposto no Decreto-lei nº 42/2005 que define os princípios reguladores e os instrumentos para a criação do espaço europeu do ensino superior; no disposto no Decreto-lei nº 74/2006 de 24 de Março, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior e na Portaria nº 30/2008 de 10 de Janeiro que define os princípios do suplemento ao diploma, previsto nos artigos 38º a 42º do Decreto-lei nº 42/2005 de 24 de Março.

Os cursos de especialização tecnológica, ministrados nas unidades orgânicas do Instituto, encontram o seu enquadramento legal e a respectiva regulação, no Decreto-lei nº 88/2006 de 23 de Maio.

Por último, é também de relevar, do ponto de vista do enquadramento jurídico que o Instituto é financiado pelo Estado, a partir do preceituado na Lei nº113/97 de 16 de Setembro, bem como que está obrigado a respeitar o que é determinado no Decreto-lei nº 64/2006 de 21 de Março que regula o acesso ao ensino superior por parte dos cidadãos maiores de 23 anos e pelo Decreto-lei nº 206/2009 que regula a atribuição do título de especialista.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MACRO AMBIENTE EXTERNO

No seguimento da Estratégia de Lisboa (2000), o Quadro Estratégico para a cooperação Europeia no Domínio da Educação e da Formação, aprovado em 12 de Maio de 2009 pelo Conselho da União Europeia, sublinha o papel crucial da educação e da formação para o futuro da Europa, nomeadamente, na superação dos inúmeros desafios socioeconómicos, demográficos, ambientais e tecnológicos com que os cidadãos europeus são confrontados.



No documento “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, elaborado em 3 de Março de 2010, a Comissão Europeia define um conjunto de objectivos e propõe diversas iniciativas emblemáticas tendo em vista a criação de mais emprego, o desenvolvimento de melhores condições de vida e a preparação de um futuro sustentável.

Entre os objectivos quantificáveis propostos pela Comissão, que devem ser alcançados até 2012, destacam-se, pela sua relevância para as Instituições de Ensino Superior os seguintes:

- A obtenção de uma percentagem de emprego de 75% para a população situada entre os 20 e os 64 anos;
- O investimento de 3% do PIB da UE em Investigação e Desenvolvimento;
- O aumento da percentagem da população, com idade entre 30 e 34 anos, que completou o ensino superior de 31 % para, pelo menos, 40%.

A concretização destes objectivos implicará:

- A promoção da aprendizagem ao longo da vida e da mobilidade;
- A melhoria da qualidade e da eficácia da educação e da formação;
- A promoção da igualdade, da coesão social e da cidadania activa;
- O incentivo da criatividade, da inovação e do empreendedorismo em todos os níveis da educação e da formação.

Para além disso, entre o governo português e as instituições de ensino superior públicas, foi assinado um “contrato de confiança” que reconhece o papel da educação e formação como um factor decisivo para o futuro de Portugal.

Esse documento estabelece as prioridades e os objectivos centrais para o desenvolvimento do Ensino Superior durante o próximo quadriénio e pretende essencialmente garantir a existência de mais formação para mais alunos através do reforço da abertura do ensino superior a novas camadas de estudantes jovens e à população activa, proporcionando os apoios sociais necessários. Aponta igualmente para o reforço da qualidade e da relevância das formações como modo de promover a empregabilidade.

Procura também definir estratégias para promover a ligação cada vez mais íntima entre o



Ensino Superior e a vida económica, social e cultural do País, tal como promover e reforçar a internacionalização das instituições e papel da actividade científica na sua condução estratégica”.

De modo muito claro propõe como linhas específicas para o desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico:

1. A aposta na expansão dos cursos de especialização tecnológica (CET) e a sua dignificação através do seu enquadramento legal como formação curta de Ensino Superior.
2. O desenvolvimento do Programa PROTEC como forma de reforçar a qualificação do corpo docente.
3. O desenvolvimento da investigação aplicada, em ligação directa com o meio empresarial e industrial, com vista ao desenvolvimento científico e tecnológico do País e ao fomento da participação empresarial nas actividades de I&D das Instituições de Ensino Superior Politécnico. Para tal, será fomentada a criação de Unidades e Consórcios de Investigação Aplicada, relevantes para o desenvolvimento regional.
4. A promoção da internacionalização do Ensino Superior Politécnico a nível europeu, do desenvolvimento de programas curriculares conjuntos à escala internacional, do estabelecimento de linhas de investigação conjuntas e da mobilidade de estudantes e docentes.
5. O envolvimento do Ensino Superior Politécnico no desenvolvimento do Ensino Politécnico nos Países de Língua Oficial Portuguesa e no aprofundamento de um Espaço Lusófono de Ensino Superior, em especial através da estimulação da mobilidade de estudantes e docentes e da aposta no ensino a distância.

Deste modo, foi norteado pelos princípios contidos nos documentos acima enunciados que o Instituto Politécnico de Santarém elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Estratégico 2010 – 2013.

Sendo este documento um plano estratégico para um quadriénio, é obvio que todos os planos de actividades desenvolvidos ao longo deste período, devem reflectir as orientações e princípios estratégicos nele enunciados. Assim sendo, também os respectivos relatórios de actividades, terão de ser elaborados a partir do que foi executado à luz deste documento orientador.



4. EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2010-2013

O Plano de desenvolvimento estratégico do IPS, válido até 2013 aponta para os seguintes 7 eixos estratégicos:

1. Melhoria do serviço prestado aos alunos;
2. Melhoria da qualificação do pessoal docente e não docente;
3. Apoio ao desenvolvimento regional;
4. Reforço das actividades de Investigação e Desenvolvimento;
5. Incentivo à competitividade, inovação e empreendedorismo;
6. Estimulo à mobilidade e internacionalização;
7. Reorganização dos serviços e rigor administrativo;

4.1. Melhoria do serviço prestado aos alunos

4.1.1. Oferta formativa

4.1.1.1. Cursos de 1.º Ciclo

Presentemente a oferta formativa das Escolas do IPS cobre uma ampla gama de cursos conferentes de grau (1º e 2º ciclo, de acordo com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), ministrados nas mais diversas áreas do saber, integrados nos domínios científicos cobertos pelas diferentes escolas do Instituto.

Para além dos cursos conferentes de grau, as Escolas do IPS oferecem ainda cursos de pós-graduação e cursos de especialização tecnológica (CET).

Deste modo, cumprimos o nosso compromisso de proporcionar à população em geral e, em particular á população desta região, um conjunto de oportunidades de obterem qualificação de nível superior que, simultaneamente, corresponda às necessidades quer do tecido empresarial, quer da administração pública.

Registe-se desde já que alguns dos cursos conferentes de grau, são oferecidos em regime pós-laboral, facto que por si só, representa um inestimável contributo e uma medida fundamental de promoção da aprendizagem ao longo da vida e de captação de novos públicos, uma vez que permite a frequência destes cursos por parte de indivíduos



já inseridos no mercado de trabalho e que, por esta razão - caso esta oferta não se materializasse - ver-se-iam impossibilitados de se qualificarem a nível superior.

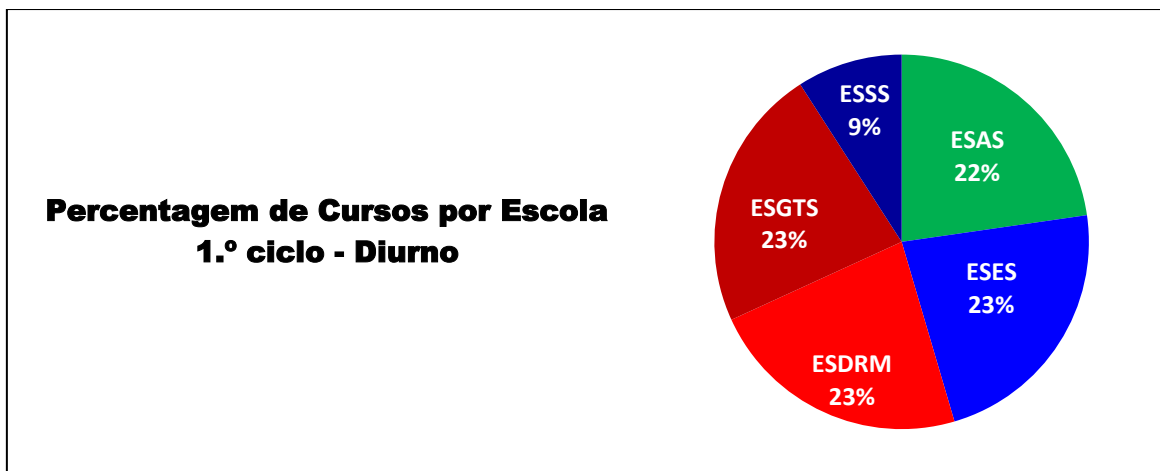
Relativamente à oferta formativa de 1.º ciclo, a funcionar em regime diurno, as escolas do instituto - em conjunto – ofereceram os seguintes 22 cursos:

**CURSOS DE 1.º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011
(REGIME DIURNO)**

Escola	Designação	Vagas	Coordenador
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	25	Prof. Adjunto Nuno Barba
	Engenharia Alimentar	40	Prof. Adjunta Maria Fernanda Pires
	Engenharia de Produção Animal	25	Prof. Coordenador Paulo Branco Pardal
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	45	Prof. Adjunto Luís Filipe Fonseca Ferreira
	Equinicultura	0	
Escola Superior de Educação	Educação Básica	35	Prof. Adjunta Susana Colaço
	Educação Social	35	Prof. Adjunto João Sebastião
	Animação Cultural e Educação Comunitária	35	Prof. Coordenador Luís Vidigal
	Artes Plásticas e Multimédia	35	Prof. Adjunto José Soares
	Educação e Comunicação Multimédia	35	Prof. Adjunto António Bordalo Pacheco
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	30	Prof. Coordenador Jorge Faria
	Gestão de Empresas	80	Prof. Adjunto Fernando Lucas
	Informática	35	Prof. Adjunto Filipe Madeira
	Marketing e Publicidade	35	Prof. Adjunto António Caldeira
	Contabilidade e Fiscalidade	60	Prof. Adjunto Ilídio Lopes
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	40	Prof. Adjunto Susana Franco
	Psicologia do Desporto e Exercício	27	Prof. Adjunta Carla Chicau Borrego
	Desporto Natureza e Turismo Activo	25	Prof. Adjunto Vítor Milheiro
	Gestão das Organizações Desportivas	27	Prof. Adjunto Pedro Raposo
	Treino Desportivo	50	Prof. Adjunto Alexandre Santos
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	45	Prof. Adjunto Aniceta Paz
	Enfermagem (1ª Semestre)	45	Prof. Adjunto Aniceta Paz

Como se verifica, dos 22 cursos oferecidos, 5 funcionam na ESA (embora no ano lectivo de 2010/11, o curso de Equinicultura não funcione); 5 na ESES; 5 na ESGTS; 5 na ESDTM e 2 funcionam na ESSS.

Estes 22 cursos de 1.º ciclo, a funcionarem em regime diurno, disponibilizaram – em 2010/2011 - através do concurso nacional de acesso 809 vagas.



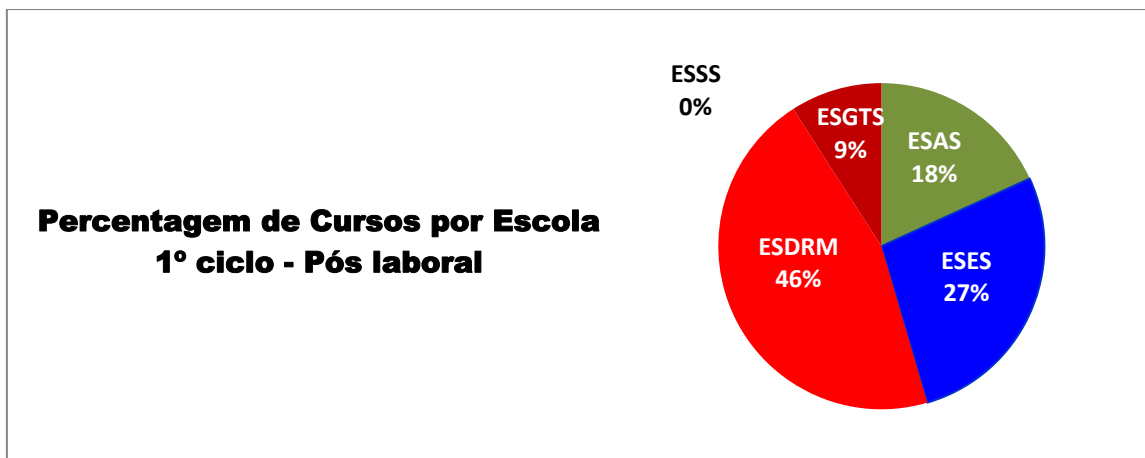
**CURSOS DE 1º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011
(REGIME PÓS-LABORAL)**

Escola	Designação	Vagas	Coordenador
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	25	Prof. Adjunto Nuno Barba
	Engenharia do Ambiente	25	Prof. Adjunto Luís Filipe Fonseca Ferreira
Escola Superior de Educação	Educação Básica	35	Prof. Adjunta Susana Colaço
	Educação Social	30	Prof. Adjunto João Sebastião
	Educação e Comunicação Multimédia	25	Prof. Adjunto António Bordalo Pacheco
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	20	Prof. Coordenador Jorge Faria
	Gestão de Empresas	30	Prof. Adjunto Fernando Lucas
	Informática	25	Prof. Adjunto Filipe Madeira
	Marketing e Publicidade	25	Prof. Adjunto António Caldeira
	Contabilidade e Fiscalidade	25	Prof. Adjunto Ilídio Lopes
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Treino Desportivo	25	Prof. Adjunto Alexandre Santos

Por sua vez, encontraram-se em funcionamento - em regime pós laboral - 11 cursos de 1ºciclo, os quais foram oferecidos em quatro das cinco escolas do Instituto: 2 na ESAS; 3 na ESES; 5 na ESGTS e 1 na ESDRM.

Em conjunto, para este tipo de cursos disponibilizaram-se 290 vagas. Ou seja 35% do total das vagas oferecidas em regime diurno.

Significa isto que actualmente, as Escolas do IPS, no seu total, ofereceram 1099 vagas para formação superior de 1ºciclo, das quais 74% são para cursos diurnos e 26% para cursos pós-laborais.



**CURSOS DE 1º CICLO
VAGAS EXISTENTES EM 2010/2011**

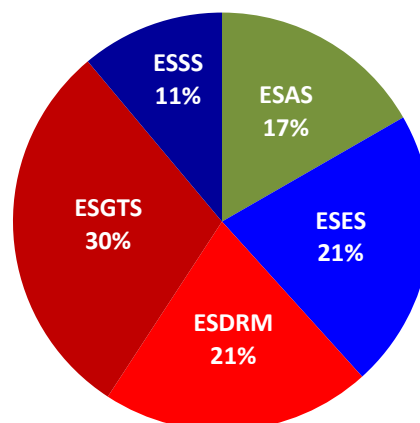
Escola	Regime Diurno	Regime Pós-laboral	Total
Escola Superior Agrária	135	50	185
Escola Superior de Educação	175	90	265
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	240	125	365
Escola Superior de Desporto	169	25	194
Escola Superior de Saúde	90	0	90
Total	809	290	1099

Relativamente às vagas, em 2010/2011 disponibilizaram-se para cursos de 1.ºCiclo 1099 vagas, das quais verificamos que 809 são afectas a cursos diurno e 290 afectas a cursos a funcionarem em regime pós-laboral.

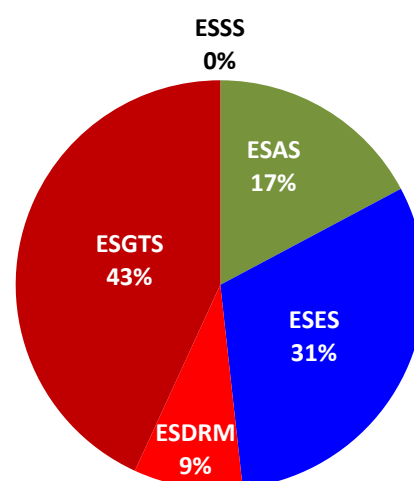




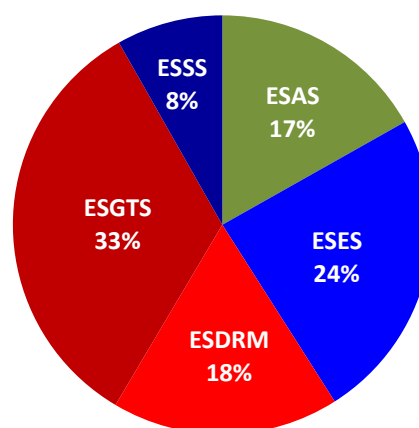
**Percentagem de Vagas por Escola
1.º ciclo - Diurno**



**Percentagem de Vagas por Escola
1.º ciclo - Pós laboral**



**Percentagem de Vagas por Escola
1.º ciclo Total**





4.1.1.2. Cursos de 2.º Ciclo

Quanto à oferta formativa de 2.º Ciclo, a tabela seguinte indica-nos que em 2010 as Escolas do IPS - no total – ofereciam os seguintes cursos:

**CURSOS DE 2º CICLO
EXISTENTES EM 2010/2011**

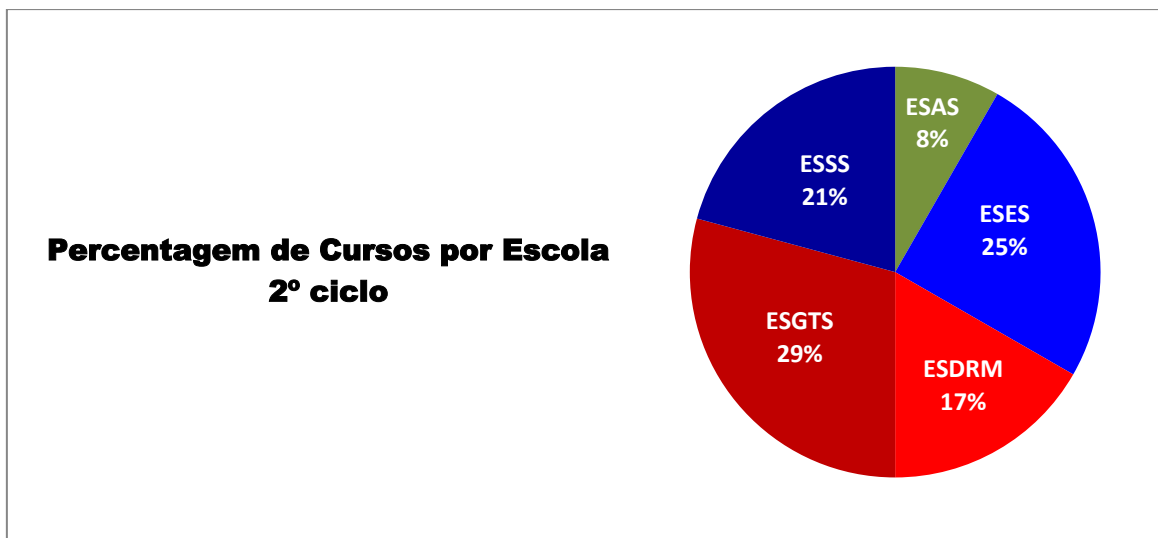
Escola	Mestrado	Coordenador
Escola Superior Agrária	Produção de Plantas Medicinais e Para Fins Industriais	Prof. Adj. Artur Amaral
	Sistemas de Prevenção e Controlo Alimentar	Prof. Adj. Marília Henriques
Escola Superior Educação	Administração Educacional	Prof. Coord. Maria Antunes
	Ciências da Educação – Área de Supervisão e Orientação Pedagógica	
	Educação e Comunicação Multimédia	Prof. Coord. Maria Barbas
	Educação Pré-Escolar	Prof. Adj. Helena Luís
	Educação Pré-Escolar e Ensino 1º Ciclo do Ensino Básico	Prof. Adj. Helena Luís
	Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico	Prof. Adj. Madalena Teixeira
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Contabilidade e Finanças	Prof. Adj. Ilídio Lopes
	Gestão de Organizações de Economia Social	Prof. Adj. Hélder Pereira
	Sistemas de Informação de Gestão	Prof. Adj. João Samartinho
	Gestão Pública	Prof. Coord. Jorge Faria
	Gestão de Recursos Humanos (parceria U. Évora)	Prof. Coord. Jorge Faria
	Marketing	
	Empreendedorismo	
Escola Superior de Desporto	Desporto	Prof. Adj. Marta Martins
	Observação e Análise no Desporto	Prof. Coord. Pedro Sequeira
	Psicologia do Desporto e do Exercício	Prof. Coord. Carlos Silva
	Actividade Física em Populações Especiais	Prof. Coord. Rita Rocha
Escola Superior de Saúde	Pessoas em Processo de Doença na Comunidade	Prof. Adj. Maria João Esparteiro
	Enfermagem Comunitária	Prof. Adj. Maria João Esparteiro
	Enfermagem de Saúde Familiar	Prof. Adj. Maria João Esparteiro
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	Prof. Adj. Maria João Esparteiro
	Enfermagem de Reabilitação	Prof. Adj. Maria João Esparteiro

Como se verifica pela Tabela Nª4 foram oferecidos pelas Escolas do IPS 26 cursos conferentes de 2.º ciclo do ensino superior (mestrados).

Neste, particular, ao contrário do que sucedeu com os cursos de primeiro ciclo constatamos uma maior desproporção entre as diferentes escolas, no que respeita ao número de cursos oferecido.



A ESAS, em 2010/2011 ofereceu 2 cursos de 2.º ciclo; a ESES 6; a ESGTS ofereceu 7, (dos quais 1 em parceria com a Universidade de Évora); a ESDRM 4 cursos e, por último, a ESSS ofereceu 5 cursos de 2.º ciclo.



4.1.1.3. Cursos de Pós-Graduação

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERECIDOS EM 2010/2011

Escola	Cursos de Pós-Graduação	Coordenador
Escola Superior de Educação	Formação Científica para a Docência	
	Mediação Familiar	Assistente Carla Lopes
Escola Superior de Gestão	Gestão de Organizações de Economia Social	Prof. Adj. Hélder Pereira
Escola Superior de Saúde	Cuidados continuados	Prof. Adj. Isabel Barroso
	Cuidados Paliativos	Prof. Coordenadora Teresa Serrano

Quanto à oferta de cursos de Pós-graduação, é de referir que foram oferecidos 5 cursos em 4 escolas do IPS: Dois destes cursos foram oferecidos pela Escola Superior de Educação; 1 pela Escola Superior de Gestão e Tecnologia e 2 pela Escola Superior de Saúde.

4.1.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica

Para além dos cursos conferentes de grau e dos cursos de Pós-graduação, duas Escolas do IPS, ofereceram ainda cursos de especialização tecnológica, os quais embora não



conferentes de grau, conferem um diploma, ao abrigo do Decreto-Lei N°88/2006 de 23 de Maio.

A oferta destes cursos insere-se também nas medidas incentivadoras da conquista de novos públicos e de fomento da educação ao longo da vida.

A importância concedida a estes mesmos cursos justificou - por parte do IPS – a criação da unidade de formação pós secundária, com o objectivo de coordenar a oferta formativa nesta área.

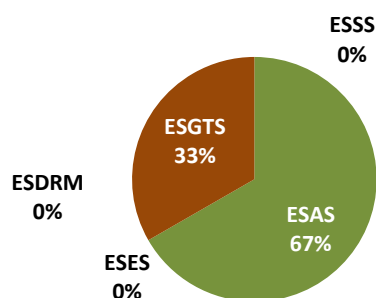
Os habitualmente designados CET, funcionaram, quer em regime diurno, quer em regime pós-laboral, respectivamente na Escola Superior Agrária e na Escola Superior de Gestão e Tecnologia, repartidos por dois anos lectivos.

Em 2009/2010 foram oferecidos 6 CET, respectivamente 4 na Escola Superior Agrária (todos em regime diurno) e 2 na Escola Superior de Gestão e Tecnologia (em regime pós-laboral).

**CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO OFERECIDOS
EM 2009/2010**

Escola	Designação do Curso	Data de Inicio	Regime
Escola Superior Agrária	Cuidados Veterinários	6 de Outubro de 2009	Diurno
	Maneio e utilização do cavalo	7 de Dezembro de 2009	Pós Laboral
	Segurança e Higiene Alimentar	6 de Outubro de 2009	Diurno
	Tecnologias de Produção Integrada em Hortícolas	6 de Outubro de 2009	Diurno
Escola Superior de Gestão	Desenvolvimento de Produtos Multimédia	22 de Fevereiro de 2010	Pós Laboral
	Instalação e Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos	7 de Dezembro de 2009	Pós Laboral

**Percentagem de CETS por Escola
2009/2010**





Em 2010/2011 foram oferecidos 4 CET, todos em regime diurno e na Escola Superior Agrária, sendo que será de destacar a entrada em funcionamento de um novo CET, designado Viticultura e Enologia.

Pese embora, a oferta de Cursos de Especialização Tecnológica, seja já apreciável, há que continuar a trabalhar no incremento e na diversificação da mesma, uma vez que se está ainda longe de se atingir as metas propostas no contrato de confiança, as quais - embora muito ambiciosas - são passíveis de serem atingidas.

**CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO OFERECIDOS
EM 2010/2011**

Escola	Designação do Curso	Data de Início	Regime
Escola Superior Agrária	Cuidados Veterinários	4 de Outubro de 2010	Diurno
	Maneio e utilização do cavalo	4 de Outubro de 2010	Diurno
	Segurança e Higiene Alimentar	4 de Outubro de 2010	Diurno
	Viticultura e Enologia	4 de Outubro de 2010	Diurno

4.1.2. Caracterização da procura

4.1.2.1. Cursos de 1.º Ciclo - O Concurso Nacional de Acesso e os Concursos e Regimes Especiais

Relativamente ao Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (1ª fase) verificou-se que das 809 vagas postas a concurso por parte do conjunto das escolas do IPS, 565 foram preenchidas de imediato, o que revelou um índice de procura bastante apreciável, tendo em conta que este valor corresponde a cerca de 70% das vagas iniciais.

Refira-se ainda que houve 421 candidatos que escolheram o respectivo curso em primeira opção, o que significa que 52% das vagas postas a concurso, ou seja, mais de metade das vagas foram preenchidas por candidatos que manifestaram ser essa a sua primeira escolha.

Evidentemente que este desempenho muitíssimo satisfatório que o IPS denotou, é produto de uma procura diferenciada curso a curso.

Se é facto que houve cursos cujas vagas ficaram integralmente preenchidas logo na



primeira fase, como é o caso dos cursos de Educação Básica; Educação Social e Artes Plásticas e Multimédia da Escola Superior de Educação, ou o curso de Marketing da Escola Superior de Gestão e Tecnologia, é também verdade que constatamos que houveram cursos cujas colocações realizadas na primeira fase do Concurso Nacional da Acesso, não chegaram a atingir 50% das vagas. Neste grupo é de referir em particular os cursos de Engenharia Agronómica e Engenharia Alimentar da Escola Superior Agrária; o curso de Animação Cultural e Educação Comunitária da Escola Superior de Educação e os cursos de Administração Pública, Informática e Contabilidade e Fiscalidade da Escola Superior de Gestão e Tecnologia.

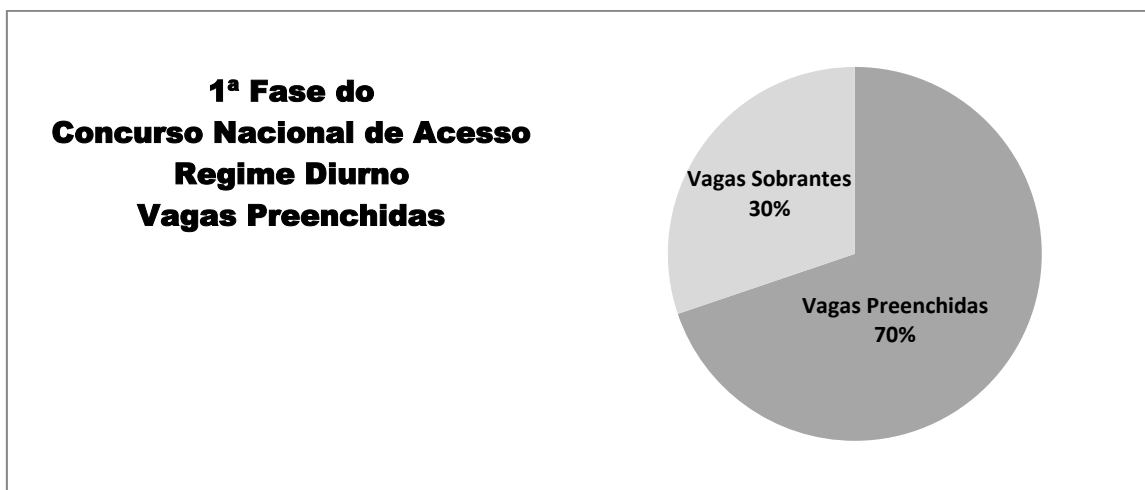
1ª FASE

CURSOS DE 1º CICLO, (2010/2011 – REGIME DIURNO)

Escola	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (1º fase)						
		Vagas	Candidatos		Candidatos 1ª Opção		Colocados	
			N.º	%/vagas	N.º	%/vagas	N.º	%/vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	25	59	236	11	44	12	48
	Engenharia Alimentar	40	83	207,5	12	30	19	47,5
	Engenharia de Produção Animal	25	36	144	12	48	14	56
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	45	114	253,3	11	24,4	34	75,6
	Equinicultura	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	35	222	634,3	39	111,4	35	100
	Educação Social	35	121	345,7	29	82,9	35	100
	Animação Cultural e Educação Comunitária	35	55	157,1	7	20	12	34,3
	Artes Plásticas e Multimédia	35	103	294,3	15	42,9	35	100
	Educação e Comunicação Multimédia	35	63	180	17	48,6	24	68,6
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	30	66	220	5	16,7	9	30
	Gestão de Empresas	80	183	228,8	25	31,3	52	65
	Informática	35	73	208,6	11	31,4	13	37,1
	Marketing e Publicidade	35	185	528,6	30	85,7	35	100
	Contabilidade e Fiscalidade	60	90	150	11	18,3	16	26,7
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física e Saúde no Desporto	40	210	525	45	112,5	37	92,5
	Psicologia do Desporto e Exercício	27	116	429,6	11	40,7	19	70,3
	Desporto Natureza e Turismo Activo	25	108	432	24	96	23	92
	Gestão das Organizações Desportivas	27	91	337	10	37	14	50

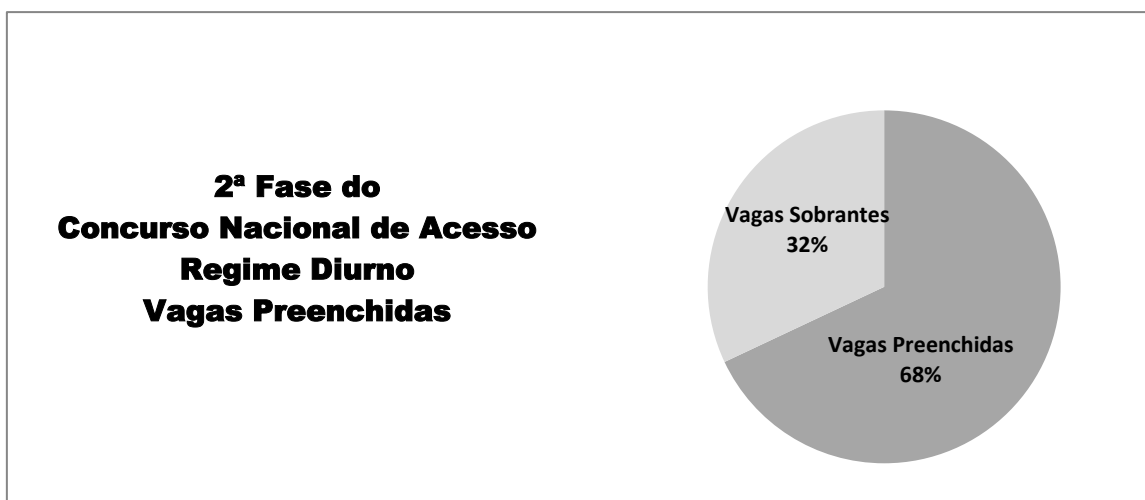


	Treino Desportivo	50	288	576	53	106	41	92
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	45	306	680	38	84,4	45	100
	Enfermagem (1ª Semestre)	45	104	231,1	5	11,1	41	87,2
IPS	Total	809	2676	331%	421	52%	565	70%



Quanto à 2ª fase do Concurso Nacional de Acesso, observou-se que, à semelhança da 1ª fase, foram preenchidas grande parte das vagas postas a concurso. Com efeito, foram colocados 208 candidatos, o que corresponde a 68% das 308 vagas sobrantes da primeira fase do concurso nacional.

Saliente-se igualmente que nesta fase do concurso nacional de acesso, existiram 217 candidatos que preferiram em primeiro lugar um dos cursos oferecidos pelas escolas do IPS, a que corresponde 70% do número de vagas disponibilizadas nesta fase.





2ª FASE

CURSOS DE 1.º CICLO, (2010/2011 – REGIME DIURNO)

	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (2º fase)						
		Vagas	Candidatos		Candidatos 1ª Opção		Colocados	
			N.º	%/vagas	N.º	%/vagas	N.º	%/vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	13	24	184,6	4	30,8	6	46,2
	Engenharia Alimentar	27	32	118,5	6	22,2	11	40,7
	Engenharia de Produção Animal	13	15	115,4	3	23,1	4	30,8
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	20	48	240	3	15	11	55
	Equinicultura	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	2	83	4150	18	900	2	100
	Educação Social	5	34	680	5	100	5	100
	Animação Cultural e Educação Comunitária	24	47	195,8	7	29,2	20	83,3
	Artes Plásticas e Multimédia	5	32	640	8	160	7	140
	Educação e Comunicação Multimédia	14	45	321,4	10	71,4	14	100
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	22	33	150	3	13,6	6	27,3
	Gestão de Empresas	35	109	311,4	17	48,6	38	108,6
	Informática	24	30	125	3	12,5	7	29,2
	Marketing e Publicidade	2	59	2950	8	400	4	200
	Contabilidade e Fiscalidade	45	50	11,1	10	22,2	18	40
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	3	98	3266,7	24	800	2	66,6
	Psicologia do Desporto e Exercício	9	60	666,7	3	33,3	8	88,8
	Desporto Natureza e Turismo Activo	2	38	1900	10	500	3	150
	Gestão das Organizações Desportivas	16	53	331,3	8	50	12	75
	Treino Desportivo	9	143	1588,9	40	444,4	7	77,7
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	3	106	3533,3	15	500	6	200
	Enfermagem (1ª Semestre)	15	107	713,3	12	80	17	113,3
IPS	Total	308	1246	405%	217	70%	208	68%

Relativamente à procura dos cursos em regime pós-laboral, oferecidos pelas Escolas do IPS, pode observar-se que - no seu conjunto – ela não se apresenta tão consistente como a que existiu face aos cursos diurnos.



Tendo sido oferecidas 290 vagas para cursos pós-laborais, as mesmas só foram procuradas por 267 candidatos (92% das vagas).

Contudo, apenas 54 candidatos o fizeram em primeira opção, ou seja, um número correspondente a 18,6% das vagas colocadas a concurso.

Em consequência, o número de vagas ocupadas nesta fase do concurso foi apenas de 22%.

Sendo que somente, em três dos cursos, o número de colocados foi superior a 30% das vagas oferecidas. Em concreto: O curso de Educação Básica, ministrado na ESES e os cursos de Gestão de Empresas e Informática, ministrado na ESGTS.

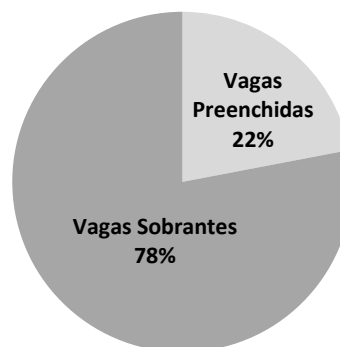
Os cursos de Engenharia Agronómica e Engenharia do Ambiente, ministrados na ESA, tiveram uma procura muito fraca, bem como o curso de Educação Social da ESES, ou o curso de Administração Pública da ESGTS.

1ª FASE
CURSOS DE 1º CICLO, (2010/2011 – REGIME PÓS-LABORAL)

Escola	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (1ª fase)						
		Vagas	Candidatos		Candidatos 1ª Opção		Colocados	
			N.º	%/vagas	N.º	%/vagas	N.º	%/vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	25	3	12	1	4	1	4
	Engenharia do Ambiente	25	13	52	7	28	3	12
Escola Superior de Educação	Educação Básica	25	23	92	7	28	10	40
	Educação Social	30	17	56,7	2	6,7	2	6,7
	Educação e Comunicação Multimédia	25	13	52	4	16	4	16
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	20	21	105	1	5	2	10
	Gestão de Empresas	30	35	116,7	10	33,3	11	36,7
	Informática	35	73	208,6	11	31,4	13	37,1
	Marketing e Publicidade	25	31	124	2	8	7	28
	Contabilidade e Fiscalidade	25	27	108	7	28	7	28
ESDRM	Treino Desportivo	25	11	44	2	8	4	16
IPS	Total	290	267	92%	54	18,6%	64	22%



**1ª Fase do
Concurso Nacional de Acesso
Regime Pós- laboral
Vagas Preenchidas**



2ª FASE

CURSOS DE 1º CICLO, (2010/2011 – REGIME PÓS-LABORAL)

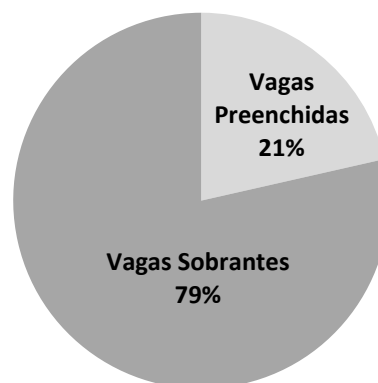
Escola	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (2ª fase)						
		Vagas	Candidatos		Candidatos 1ª Opção		Colocados	
			N.º	%/vagas	N.º	%/vagas	N.º	%/vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	24	1	4,2	0	0	0	0
	Engenharia do Ambiente	22	4	18,2	1	4,5	1	4,5
Escola Superior de Educação	Educação Básica	2	83	4150	18	900	2	100
	Educação Social	28	15	53,6	5	17,9	8	28,6
	Educação e Comunicação Multimédia	22	11	50	0	0	1	4,5
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	19	5	26,3	0	0	1	26,3
	Gestão de Empresas	20	10	50	5	25	5	25
	Informática	25	7	28	0	0	0	0
	Marketing e Publicidade	19	17	89,5	2	10,5	7	36,8
	Contabilidade e Fiscalidade	18	7	38,9	0	0	1	38,9
ESDRM	Treino Desportivo	21	52	247,6	6	28,6	21	100
IPS	Total	220	212	96,4%	37	16,8%	47	21,3%

Também na 2ª fase do concurso nacional, os cursos com um funcionamento pós-laboral, não registaram grande procura. No global apenas 21,3% das vagas postas a concurso foram ocupadas, resultado este que é praticamente igual ao observado na primeira fase, relativamente aos cursos pós-laborais.

Os candidatos em primeira opção – de novo – não atingiram os 20%.



**2ª Fase do
Concurso Nacional de Acesso
Regime Pós- laboral
Vagas Preenchidas**



**EVOLUÇÃO DA PROCURA
CURSOS DIURNOS (1ª FASE)**

	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (1ª fase)								
		Candidatos			Candidatos 1ª Opção			Colocados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	70	46	59	10	9	11	18	10	12
	Engenharia Alimentar	-	72	83	-	9	5	-	17	7
	Engenharia de Produção Animal	66	36	36	11	4	12	21	8	14
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	214	111	114	44	9	11	40	36	34
	Equinicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	350	265	292	65	31	39	79	71	67
Escola Superior de Educação	Educação Básica	190	206	222	34	43	39	45	50	35
	Educação Social	103	128	121	15	28	29	27	35	35
	Animação Cultural e Educação Comunitária	55	80	55	6	7	7	10	15	12
	Artes Plásticas e Multimédia	84	101	103	18	30	35	3	13	13
	Educação e Comunicação Multimédia	62	76	63	16	17	17	27	26	24
Sub-Total	494	591	564	89	125	127	112	139	119	
Escola Superior de	Administração Pública	45	58	66	2	5	5	4	9	9



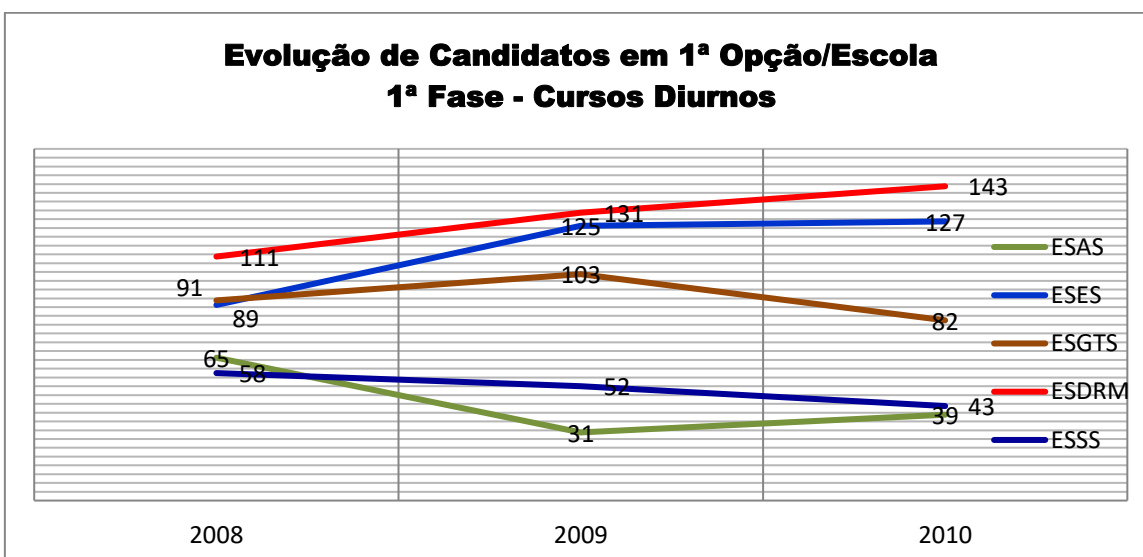
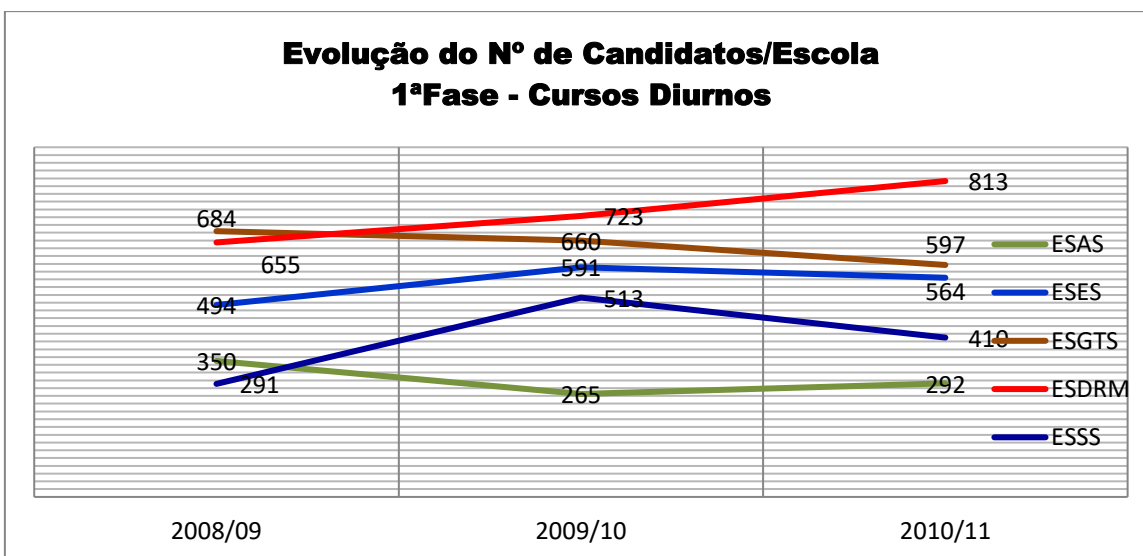
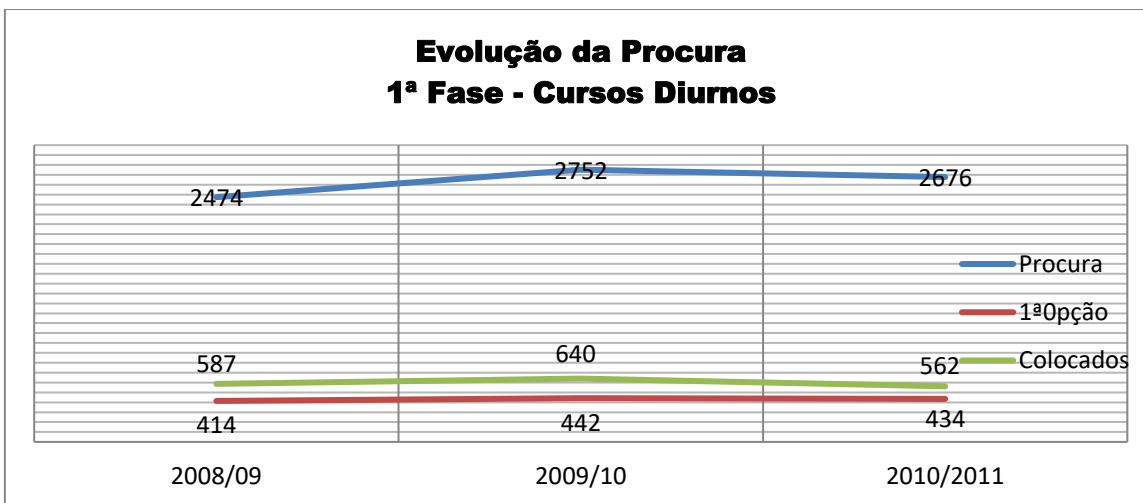
Gestão e Tecnologia	Gestão de Empresas	261	247	183	33	42	25	80	77	52
	Informática	78	94	73	17	18	11	27	28	13
	Marketing e Publicidade	171	133	185	24	16	30	35	35	35
	Contabilidade e Fiscalidade	129	128	90	15	22	11	36	34	16
	Sub-Total	684	660	597	91	103	82	182	183	125
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	229	226	210	56	54	45	26	40	40
	Psicologia do Desporto e Exercício	122	179	116	6	27	11	27	27	27
	Desporto Natureza e Turismo Activo	104	109	108	21	21	24	26	25	25
	Gestão das Organizações Desportivas	96	120	91	15	16	10	27	27	23
	Treino Desportivo	104	89	288	13	13	53	43	38	50
	Sub-Total	655	723	813	111	131	143	149	157	165
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	224	393	306	54	49	38	45	45	45
	Enfermagem (1ª Semestre)	67	120	104	4	3	5	20	45	41
	Sub-Total	291	513	410	58	52	43	65	90	86
IPS	Total	2474	2752	2676	414	442	434	587	640	562

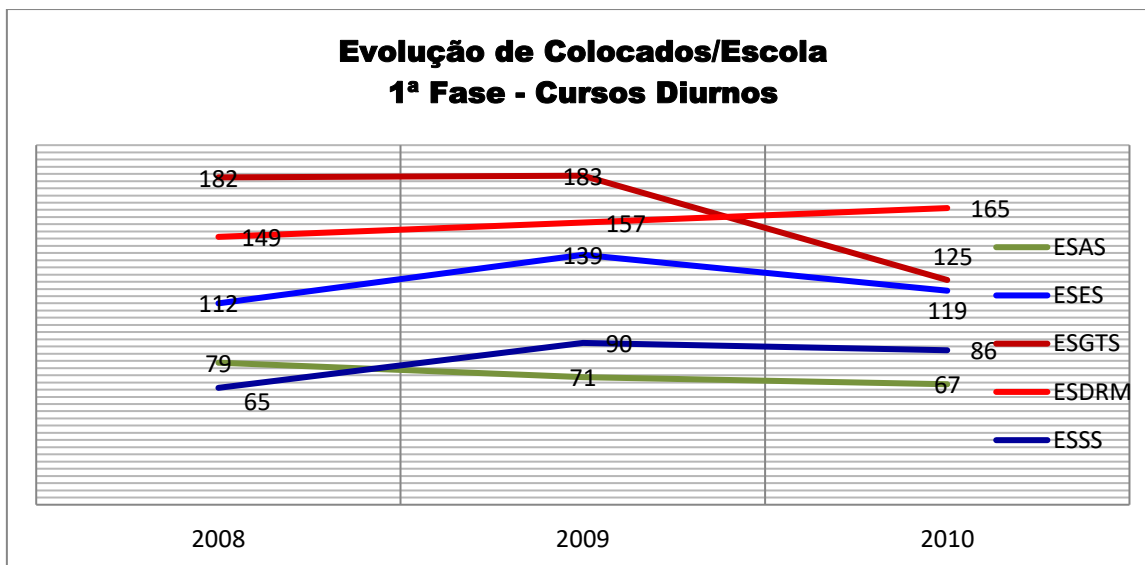
No que respeita à evolução da procura dos cursos diurnos do IPS nos últimos três anos e relativamente à primeira fase do Concurso Nacional de Acesso, a Tabela 12 mostra que genericamente, o número de candidatos subiu de 2474 para 2676, o que significa que neste período se operou um crescimento de 8,2%.

O número de primeiras opções cresceu também, neste caso de 414 para 442, ou seja um crescimento de 6,7%.

Quanto ao número de colocados, conheceu uma ligeira redução: de 587 para 562, o que significa - 4,3%.

Porém, nem todas as escolas registam comportamento semelhante a Escola Superior de Desporto de Rio Maior tem vindo continuamente a aumentar o número de colocados na primeira fase do concurso nacional de acesso, bem como o número geral de candidatos e o número de candidatos em primeira opção.





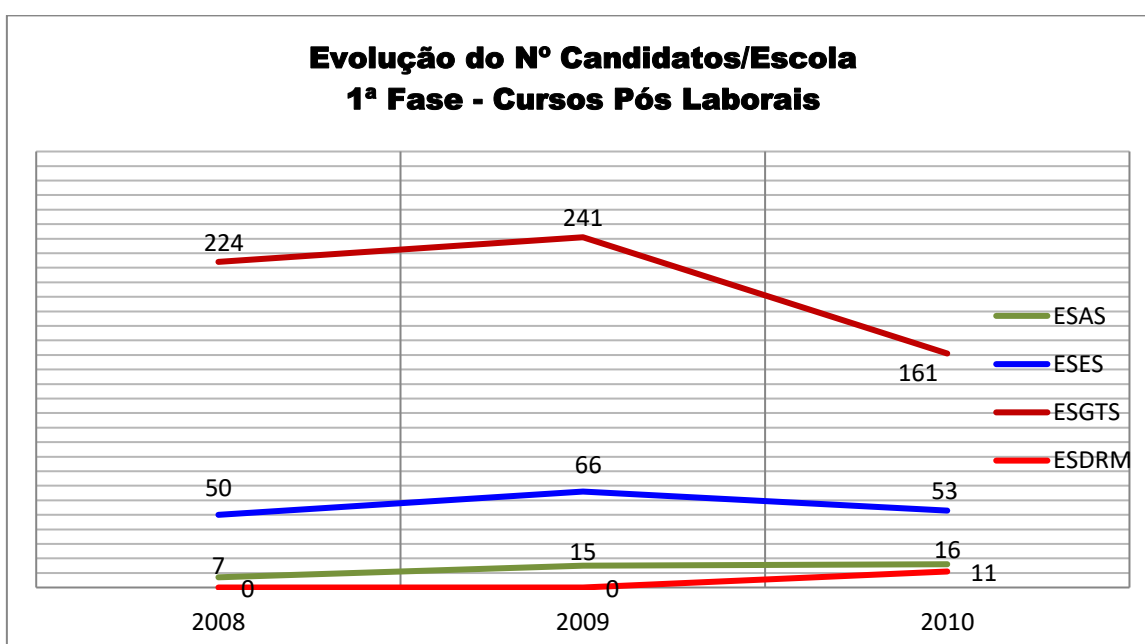
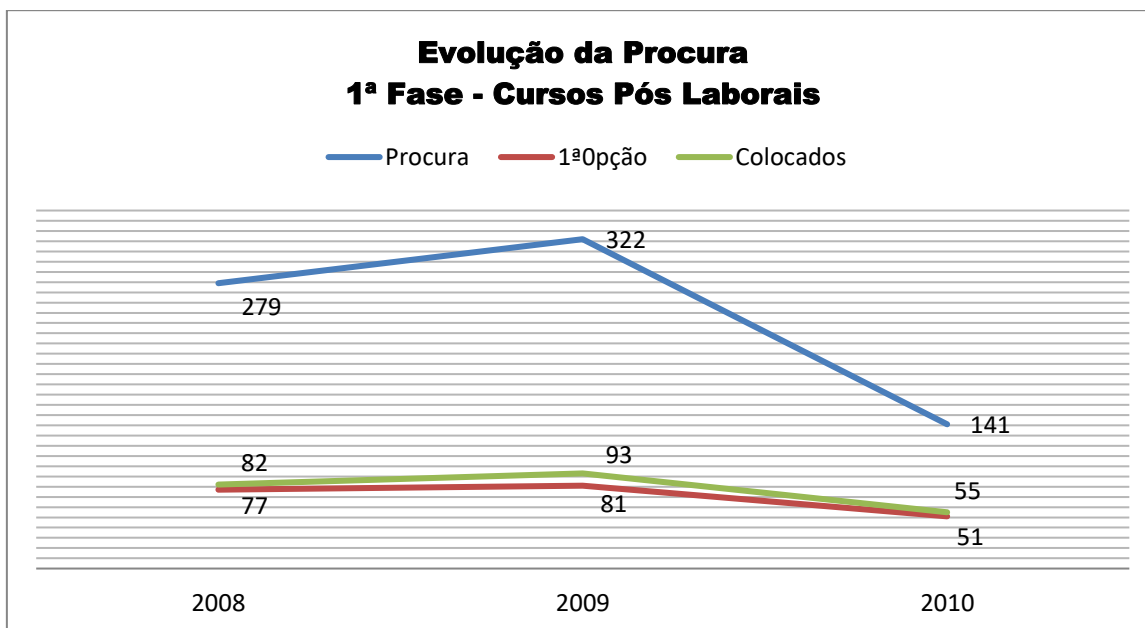
**EVOLUÇÃO DA PROCURA
CURSOS PÓS-LABORAIS (1ª FASE)**

	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (1ª fase)								
		Candidatos			Candidatos 1ª Opção			Colocados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	0	3	3	0	0	1	0	0	1
	Engenharia do Ambiente	7	12	13	2	0	3	4	1	3
	Sub-Total	7	15	16	2	0	4	4	1	4
Escola Superior de Educação	Educação Básica	26	25	23	8	5	7	9	6	10
	Educação Social	12	19	17	5	7	2	5	7	2
	Educação e Comunicação Multimédia	12	22	13	2	6	4	2	6	4
	Sub-Total	50	66	53	15	18	13	16	19	16
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	23	25	21	4	2	1	4	2	2
	Gestão de Empresas	52	54	35	15	17	10	15	22	11
	Informática	21	23	11	6	7	0	7	7	0
	Marketing e Publicidade	96	102	67	25	26	11	26	31	13
	Contabilidade e Fiscalidade	32	37	27	10	11	7	10	11	7
	Sub-Total	224	241	161	60	63	29	62	73	33
	Treino Desportivo	0	0	11	0	0	5	0	0	2
	Sub-Total	0	0	11	0	0	5	0	0	2
IPS	Total	279	322	141	77	81	51	82	93	55



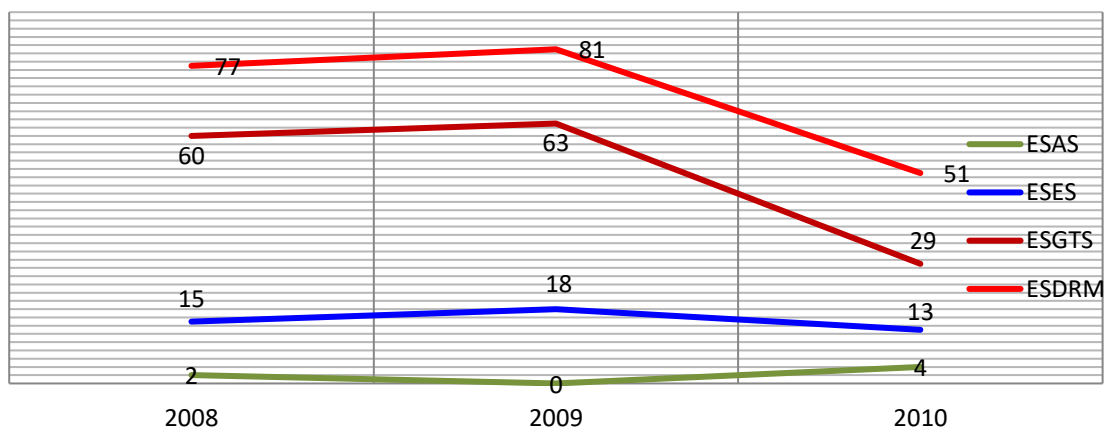
A evolução da procura dos cursos pós-laborais, em primeira fase do concurso, seguiu a progressivamente uma tendência descendente. O número de candidatos passou de 166 para 100, apesar da existência de mais um curso oferecido. O número de candidatos em primeira opção passou de 28 para 22 e o número de colocados passou de 55 para 51.

Em 2010, não houve quaisquer candidatos nos cursos de Engenharia Agronómica e de Informática, respectivamente da Escola Superior Agrária e da Escola Superior de Gestão.

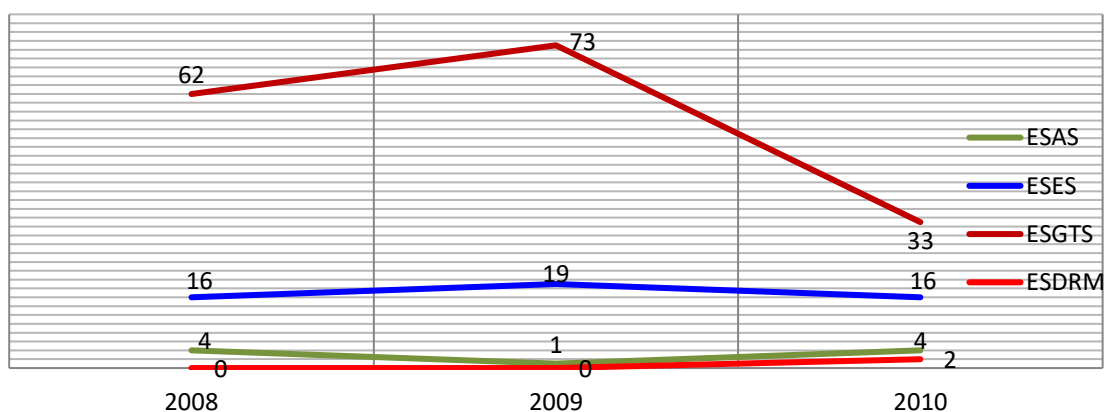




**Evolução de Candidatos em 1ª Opção /Escola
1ª Fase - Cursos Pós Laborais**



**Evolução dos Colocados/Escola
1ª Fase - Cursos Pós Laborais**



**EVOLUÇÃO DA PROCURA
CURSOS DIURNOS (2ª FASE)**

	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (2ª fase)								
		Candidatos			Candidatos 1ª Opção			Colocados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	35	28	24	9	6	4	7	8	6
	Engenharia Alimentar	-	43	32	-	5	6	-	7	11
	Engenharia de Produção Animal	19	21	15	1	6	3	4	6	4



	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	37	75	48	10	6	3	16	23	11
	Equinicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sub-Total	91	167	119	20	23	16	27	44	32
Escola Superior de Educação	Educação Básica	57	55	83	8	12	18	9	6	2
	Educação Social	97	37	34	10	4	5	12	4	5
	Animação Cultural e Educação Comunitária	42	42	47	8	7	7	19	13	20
	Artes Plásticas e Multimédia	66	29	32	8	4	8	11	7	7
	Educação e Comunicação Multimédia	46	46	45	8	12	10	9	11	14
	Sub-Total	308	209	241	42	39	48	60	41	48
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	58	55	33	7	3	3	27	9	6
	Gestão de Empresas	96	118	109	11	23	17	21	17	38
	Informática	66	43	30	11	9	3	16	11	7
	Marketing e Publicidade	44	51	59	4	11	8	8	8	4
	Contabilidade e Fiscalidade	144	60	50	17	4	10	30	22	18
	Sub-Total	408	327	281	50	50	41	102	67	73
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	99	75	98	33	25	24	3	8	3
	Psicologia do Desporto e Exercício	70	52	60	10	13	9	5	5	9
	Desporto Natureza e Turismo Activo	38	26	38	3	2	10	2	5	3
	Gestão das Organizações Desportivas	37	44	53	5	10	8	13	7	17
	Treino Desportivo	37	43	143	6	9	40	18	26	9
	Sub-Total	281	240	392	57	59	91	41	51	41
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	114	119	106	20	20	15	5	5	6
	Enfermagem (1ª Semestre)	254	84	107	44	7	12	29	4	17
	Sub-Total	356	209	213	64	27	27	34	9	23
IPS	Total	1444	1152	1246	233	198	223	264	212	217

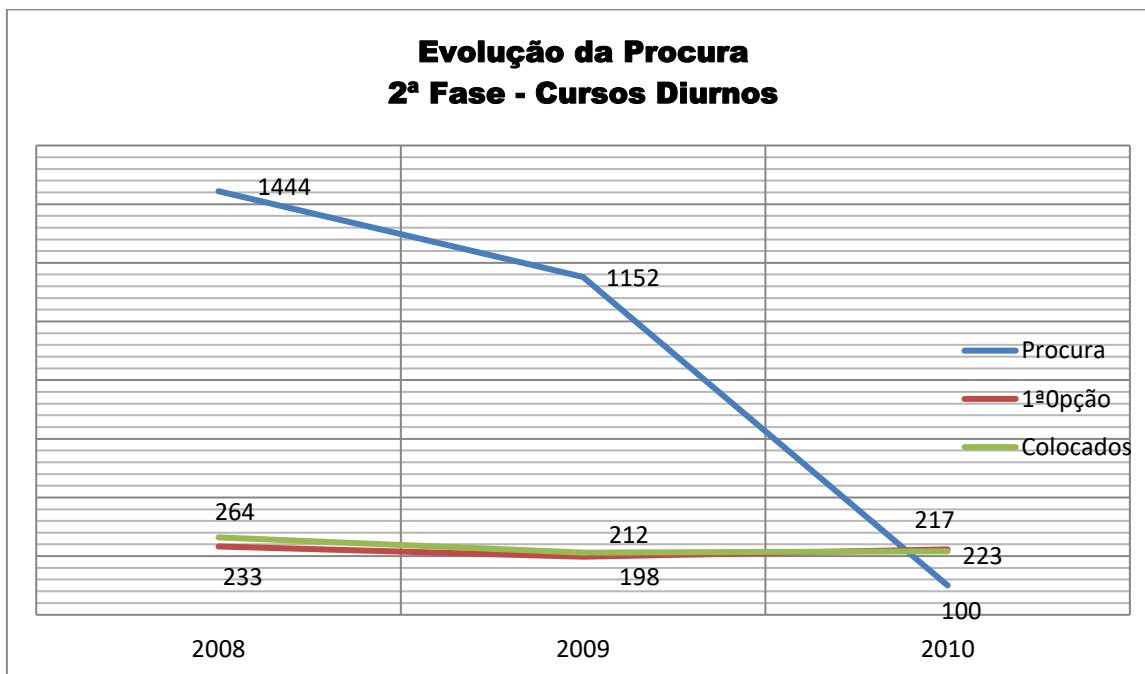


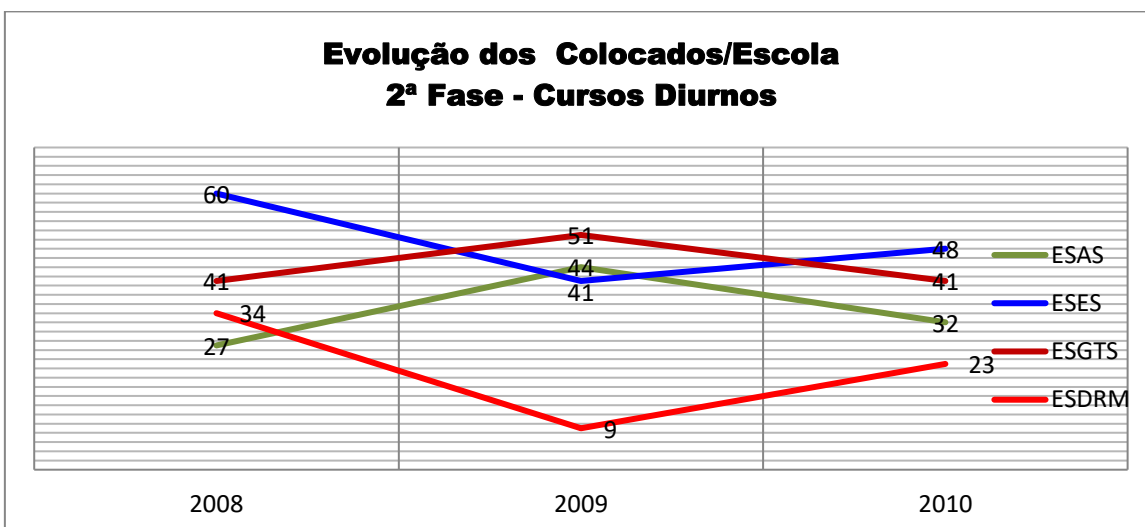
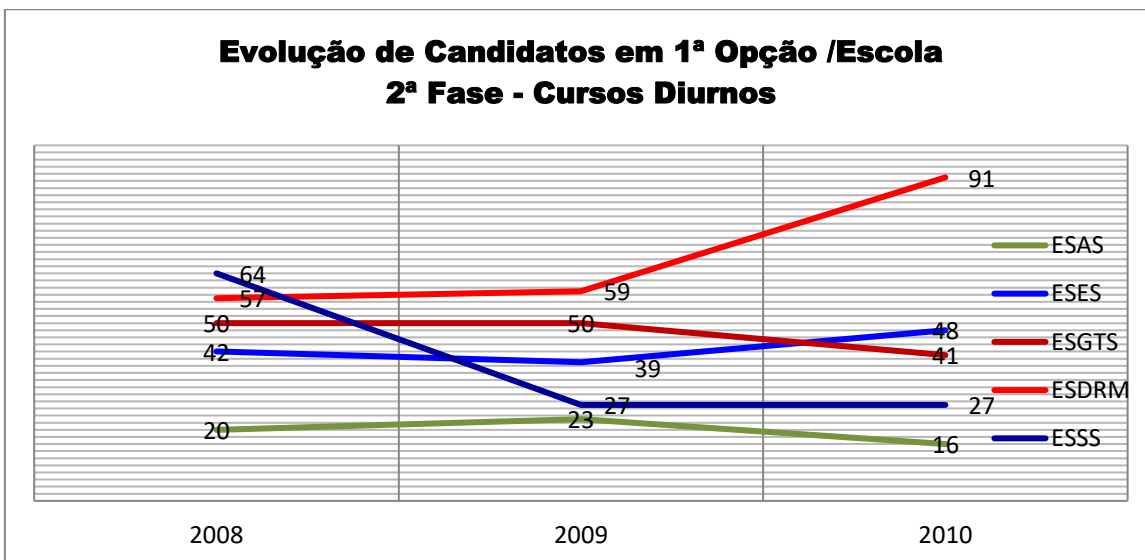
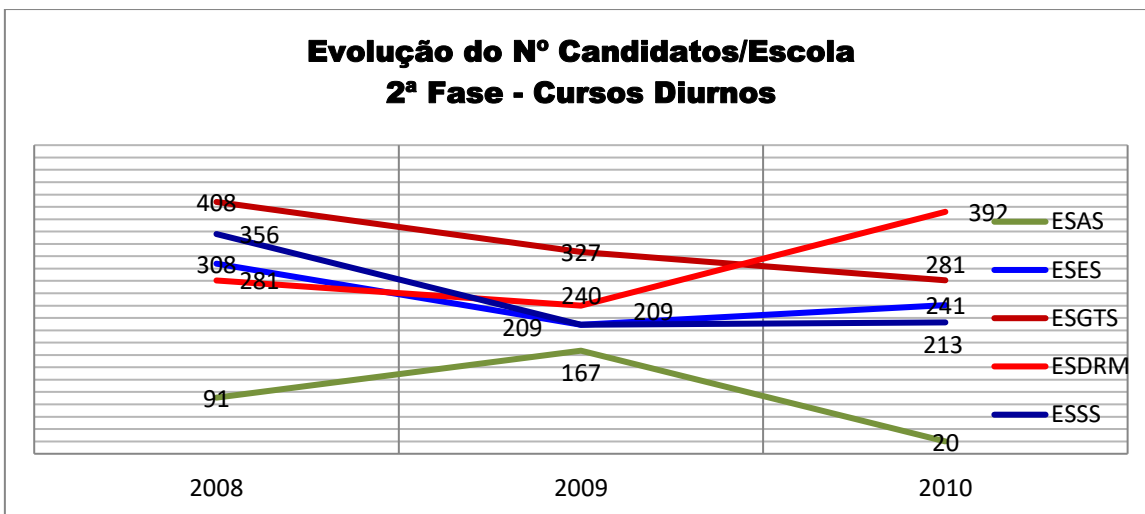
Quanto à evolução da procura dos cursos diurnos, na 2ª fase do concurso Nacional de Acesso, notamos, globalmente, alguma diminuição no que respeita ao número de candidatos. De 2008 para 2010 conheceu-se um decréscimo de 198 candidatos.

No que se refere aos candidatos de primeira opção, constata-se que decresceram de 233 para 223, ou seja um decréscimo de 10 candidatos (embora este valor represente um acréscimo de 25 candidatos face ao ano transacto).

No que toca aos colocados, esse decréscimo foi de 48 candidatos, embora, mais uma vez se note um avanço face ao ano transacto.

Contudo, à semelhança do que foi verificado na primeira fase do concurso, a evolução observada nos últimos três anos e que, sinteticamente se acabou de descrever, não é verificável em todas as escolas do Instituto. Na Escola de Desporto de Rio Maior, quer o número de candidatos, quer o número de candidatos em primeira opção, tem manifestado uma tendência progressivamente crescente, ao longo do período em análise.







**EVOLUÇÃO DA PROCURA
CURSOS PÓS-LABORAIS (2ª FASE)**

	Designação do Curso	Concurso Nacional de Acesso (1ª fase)								
		Candidatos			Candidatos 1ª Opção			Colocados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	-	5	1	-	20	2	-	2	0
	Engenharia do Ambiente	15	6	4	2	3	1	6	3	1
	Sub-Total	15	11	5	2	23	3	6	5	1
Escola Superior de Educação	Educação Básica	13	21	23	4	3	3	5	8	8
	Educação Social	13	18	15	2	2	5	5	2	8
	Educação e Comunicação Multimédia	10	11	11	0	1	0	4	5	1
	Sub-Total	36	50	49	6	6	8	14	15	17
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	12	8	5	1	0	0	3	0	1
	Gestão de Empresas	43	24	10	9	6	5	15	9	5
	Informática	16	12	7	3	1	0	5	3	0
	Marketing e Publicidade	24	18	17	5	4	2	8	9	7
	Contabilidade e Fiscalidade	20	15	7	2	4	0	4	6	1
	Sub-Total	115	77	46	20	15	7	35	27	14
	Treino Desportivo	-0	0-	52	-0	0-	6	0-	-0	21
	Sub-Total	-	-	52	-	-	6	-	-	21
IPS	Total	166	138	152	28	44	24	54	47	52

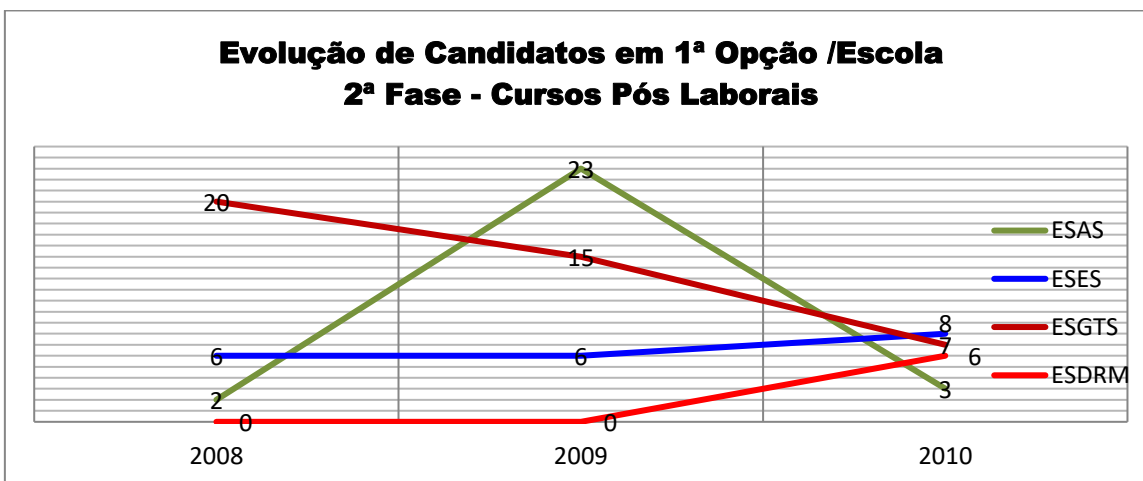
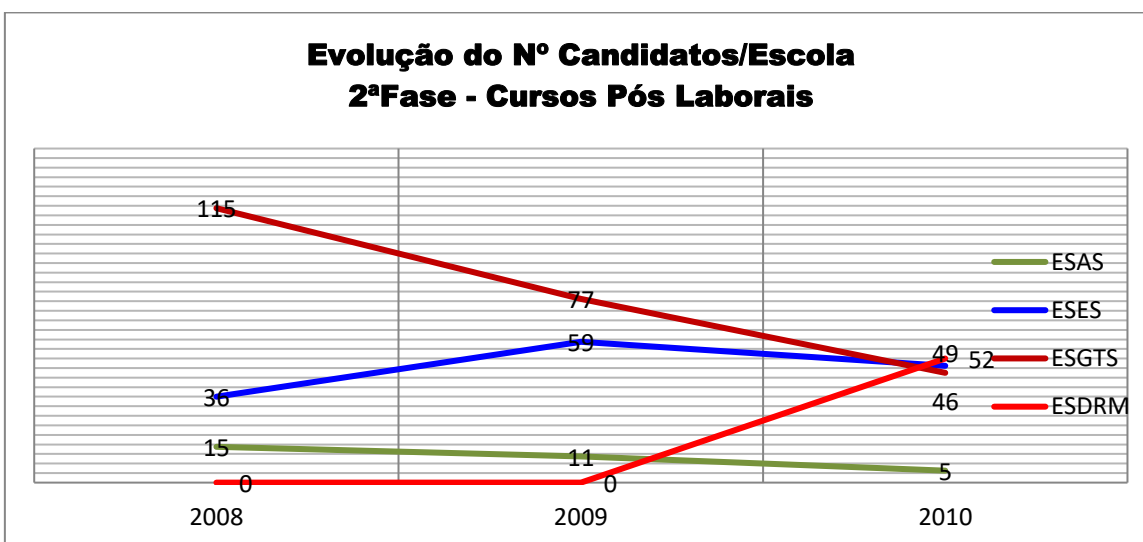
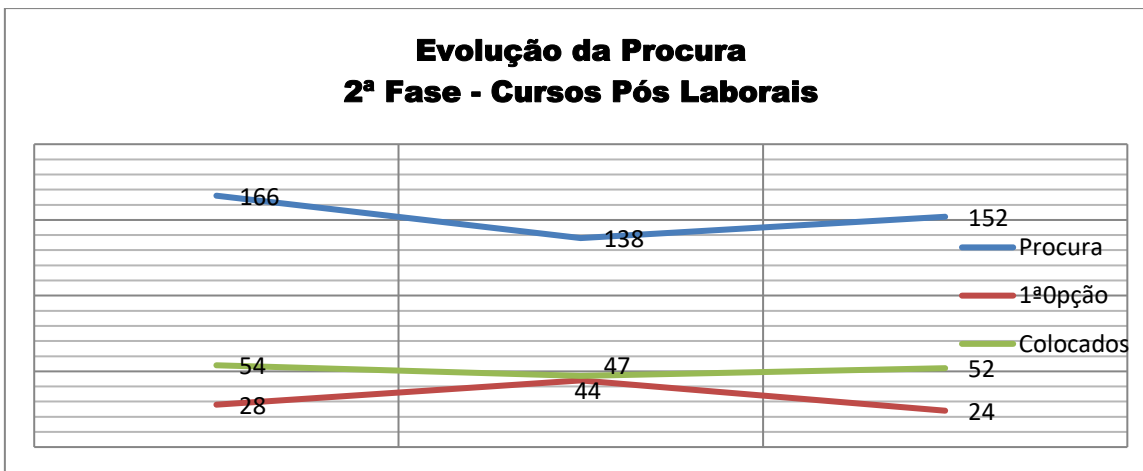
Na 2ª Fase de candidaturas do concurso nacional de acesso, a evolução da procura nos últimos três anos, é um pouco diferente ao que se observa na primeira fase: Nesta 2ª fase, não tem existido um decréscimo contínuo do número de candidatos. Pelo contrário, no ano de 2010, voltamos a observar um crescimento, face a 2009, quer no que respeita ao número de candidatos, quer ao número de colocados.

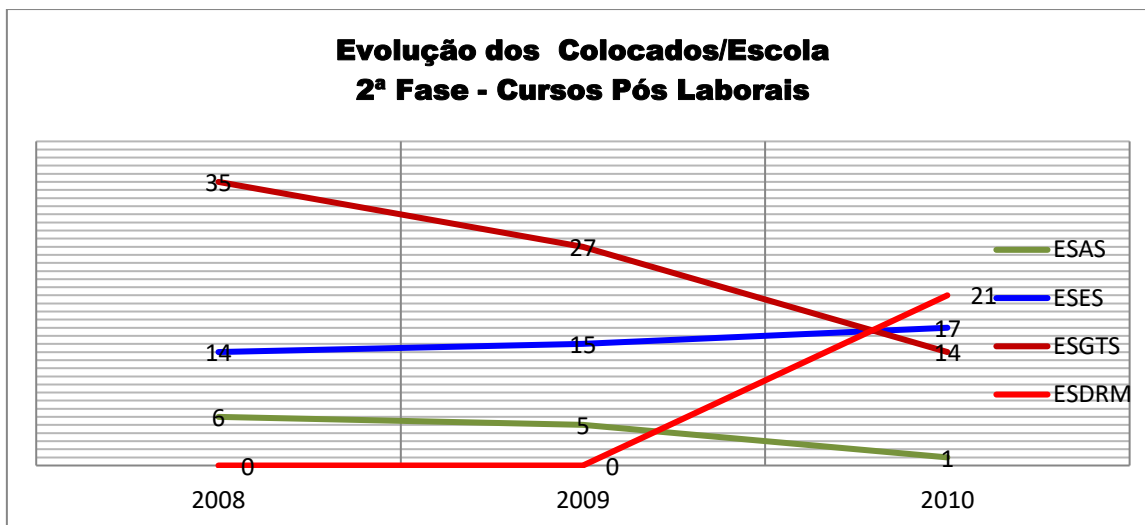
Contudo, nota-se que neste particular as escolas têm conhecido procuras assimétricas entre si.

Note-se ainda que em 2010/2011, a 2ª fase do concurso nacional de Acesso, não trouxe, tal como sucedeu na primeira fase do concurso, quaisquer colocados aos cursos pós



laborais de Engenharia Agronómica, da Escola Superior Agrária e Informática da Escola Superior de Gestão.





**CURSOS DE 1.º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011
(CONCURSOS ESPECIAIS – REGIME DIURNO)**

Escola	Designação do Curso	Maiores de 23			Titulares de Curso Superior			Titulares de Habilitação Estrangeira		
		Vagas	Admitidos	% vagas	Vagas	Admitidos	% vagas	Vagas	Admitidos	% vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	1	1	100	1	1	100	0	0	0
	Engenharia Alimentar	2	2	100	1	1	100	0	0	0
	Engenharia de Produção Animal	1	1	100	1	1	100	0	0	0
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	2	2	100	1	0	0	0	0	0
	Equinicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	1	1	100	1	1	100	0	0	0
	Educação Social	1	1	100	1	1	100	0	0	0
	Animação Cultural e Educação Comunitária	4	4	100	1	1	100	0	0	0
	Artes Plásticas e Multimédia	3	3	100	1	1	100	0	0	0
	Educação e Comunicação Multimédia	4	4	100	1	1	100	0	0	0
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	6	6	100	2	2	100	0	0	0
	Gestão de Empresas	9	9	100	3	3	100	0	0	0
	Informática	5	5	100	3	3	100	0	0	0



	Marketing e Publicidade	5	5	100	2	2	100	0	0	0
	Contabilidade e Fiscalidade	11	11	100	3	3	100	0	0	0
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	4	6	150	2	3	150	0	0	0
	Psicologia do Desporto e Exercício	3	3	100	1	1	100	0	0	0
	Desporto Natureza e Turismo Activo	2	4	200	1	2	200	0	0	0
	Gestão das Organizações Desportivas	3	3	100	1	1	100	0	0	0
	Treino Desportivo	4	12	300	2	2	100	0	0	0
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	3	3	100	0	0	0	0	0	0
	Enfermagem (1ª Semestre)	3	3	100	1	1	100	0	0	0

Relativamente à procura de cursos que é feita por via dos Concursos Especiais de Acesso ao Ensino Superior, mais uma vez ela foi bastante elevada. De novo em 2010-2011, foram preenchidas, globalmente, todas as vagas colocadas a concurso afectas a este regime.

Em qualquer os cursos, a percentagem de admitidos foi igual ou superior a 100%.

Aliás, o número de admitidos pelo concurso de maiores de 23 anos foi mesmo superior ao número de vagas existentes, uma vez que para alguns dos cursos, existiram candidatos empatados na respectiva lista ordenada, facto que - nestes casos – origina a entrada de todos os candidatos que obtiveram igual clarificação.

A elevada procura, bem como o elevado sucesso na candidatura que este concurso de maiores de 23 anos tem conhecido, poderá ser explicado, em grande parte, pelos cursos que as escolas têm ministrado, no sentido de preparar os candidatos para as provas de ingresso a que são sujeitos.

Esta tem sido também uma das actividades de extensão escolar que as escolas do IPS têm levado a cabo e que tem obtido grande sucesso.

Embora com uma expressão numérica muito menos apreciável, também o Concurso destinado aos titulares de um curso superior esgotou as respectivas vagas globais.



Curiosamente apenas em dois cursos do IPS, não registaram qualquer procura por parte de indivíduos já detentores de habilitação superior: Nutrição Humana e Qualidade Alimentar da Escola Superior Agrária e Enfermagem da Escola Superior de Saúde.

Quanto ao concurso destinado aos titulares de habilitação estrangeira, não teve qualquer procura em 2010.

CURSOS DE 1.º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011

(CONCURSOS ESPECIAIS - REGIME PÓS LABORAL)

Escola	Designação do Curso	Maiores de 23			Titulares de Curso Superior			Titulares de Habilitação estrangeira		
		Vagas	Admitidos	% vagas	Vagas	Admitidos	% vagas	Vagas	Admitidos	% vagas
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	1	1	100	2	2	100	0	0	0
	Engenharia Ambiente	1	1	100	1	1	100	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	2	2	100	1	1	100	0	0	0
	Educação Social	4	2	50	0	0	0	0	0	0
	Educação e Comunicação Multimédia	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gestão de Empresas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Informática	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Marketing e Publicidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Contabilidade e Fiscalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESDRM	Treino Desportivo	2	8	400	1	1	100	0	0	0

Relativamente aos Concurso Especiais destinados aos cursos pós-laborais, observou-se comportamentos diferentes entre as diversas escolas: Ambos os cursos da Escola superior Agrária preencheram a respectiva vaga. O curso de Educação Social apenas preencheu 50% e o de Educação e Comunicação Multimédia, não conheceu qualquer candidato oriundo deste contingente, o que também sucedeu com os cursos pós-laborais ministrados na Escola Superior de Gestão.

Os titulares de um curso superior dirigiram a sua procura, essencialmente para as vagas disponíveis na ESAS e na ESSS, as quais esgotaram o número de vagas disponibilizadas para este contingente.

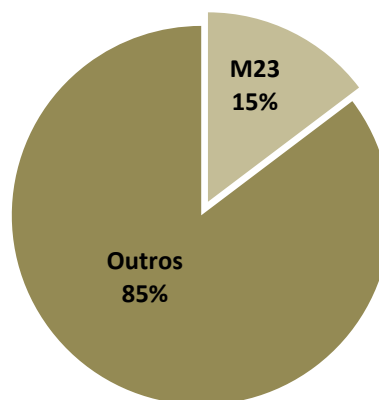


Os cursos pós-laborais da Escola Superior de Gestão e da Escola Superior de Educação (salvo o curso de Educação Básica) não foram procurados por candidatos oriundos deste concurso.

Tal como sucedeu com os cursos em regime diurno, os cursos pós-laborais não suscitaram interesse aos indivíduos titulares de uma habilitação estrangeira.

Escola	Ano 2009/2010			Ano 2010/2011		
	Matriculados 1º Ano	M23	Percentagem	Matriculados 1º Ano	M23	Percentagem
ESA	213	42	19,7	269	44	16,4
ESES	371	65	17,5	293	71	27,4
ESGTS	527	87	16,5	458	95	20,7
ESDRM	229	13	5,7	256	29	11,3
ESSS	109	6	5,5	163	11	6,7
IPS	1449	213	14,7	1439	250	17,4

**Peso dos Alunos do Contingente M 23 no
Número Total de Alunos Matriculados no Primeiro Ano
IPS - 2009/2010**

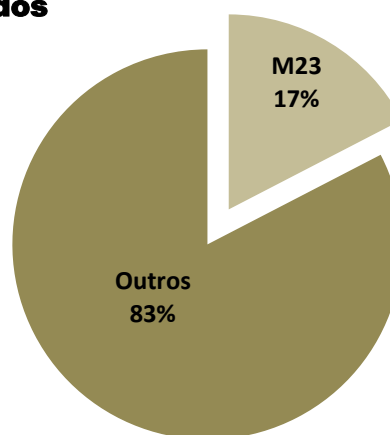


Como se observa através da leitura da tabela e dos dois gráficos desta página, o peso dos alunos M23 relativamente aos matriculados no primeiro ano é um valor muitíssimo significativo e ascendente, se tomarmos os valores globais observados no instituto.

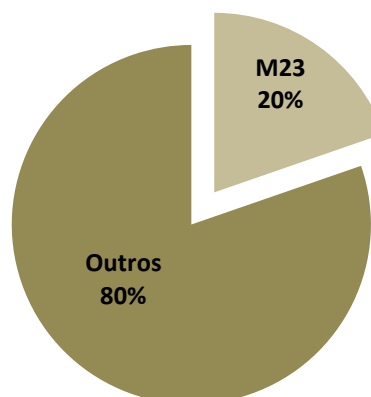
Como veremos através dos gráficos seguintes, é evidente que este contingente faz sentir o seu peso de forma muito discrepante de escola para escola (e até no seio de cada escola, de curso para curso).



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Numero Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
IPS - 2010/2011**



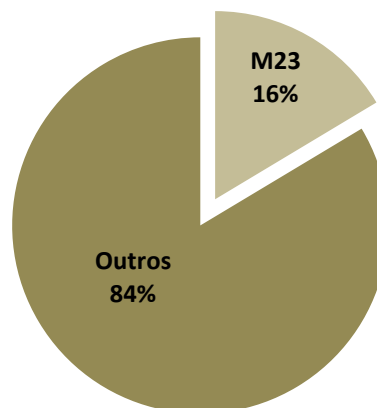
**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Numero Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESAS - 2009/2010**



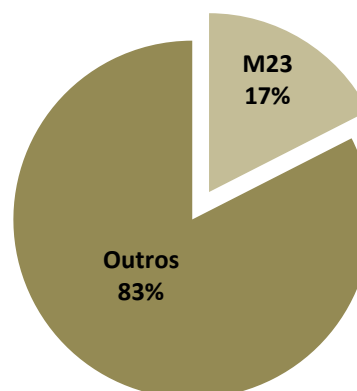
A Escola Superior Agrária, neste aspecto apresenta valores que, embora dentro da mesma ordem de grandeza, apresentam uma tendência contrária ao observado para o geral do IPS, uma vez que o peso decaiu de 2009/2010 para 2010/2011.



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESAS - 2010/2011**



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESES - 2009/2010**



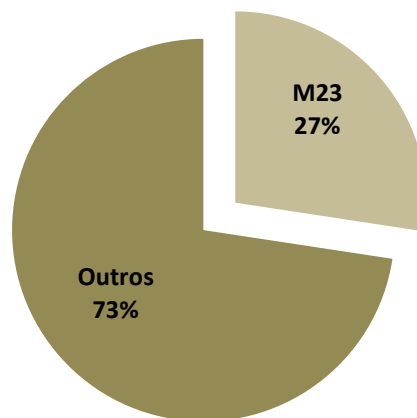
A Escola Superior de Educação, de todas as Escolas do Instituto, é aquela que revela uma maior percentagem de alunos oriundos do contingente M23.

No presente ano lectivo, 27% dos matriculados no 1.º ano provêm deste contingente, o que representa um aumento de cerca de 10% face ao ano transacto.

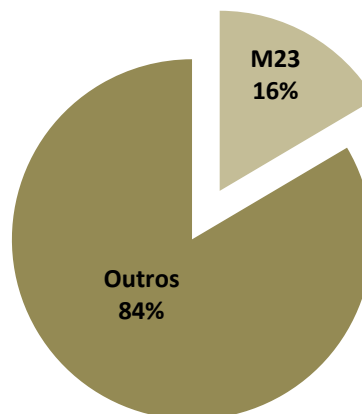
Este facto, embora muito positivo, pois revela grande abertura a novos públicos, afigura-se preocupante, uma vez que mostra já uma excessiva dependência de alunos deste contingente, o que a médio prazo, considerando uma retracção da procura por parte dos maiores de 23 anos, poderá implicar uma perda significativa do número de alunos.



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESES - 2010/2011**



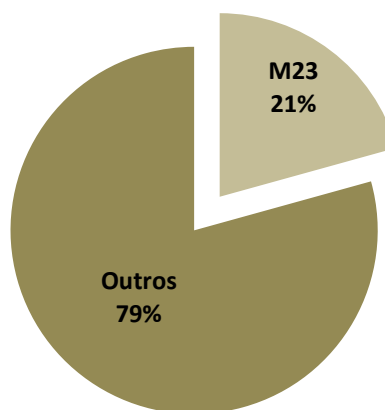
**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESGTS - 2009/2010**



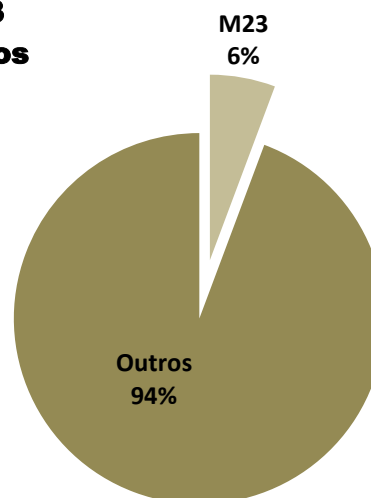
A ESGTS, depois da ESES, é a Escola que revela os valores mais elevados, bem como tem apresentado também uma tendência crescente. Significa isto, que embora de modo mais mitigado, os dados revelam as mesmas potencialidades e os mesmos perigos que foram enunciados relativamente à ESES.



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESGTS - 2010/2011**



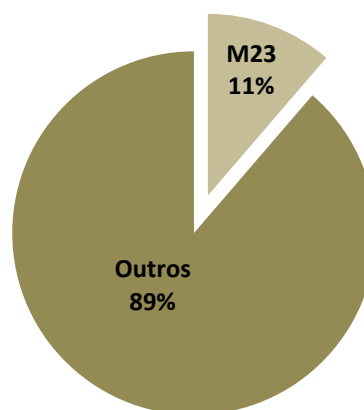
**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESDRM - 2009/2010**



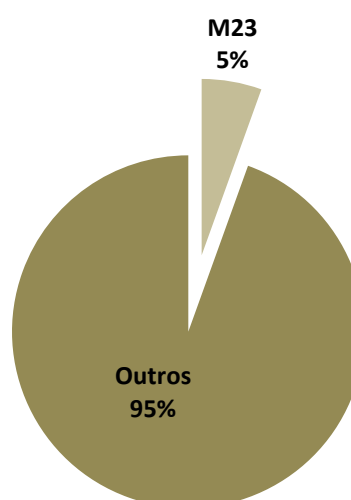
AESDRM denotou, de um ano para o outro, uma subida de 65% para 11% no peso do contingente M23. O que revela que apesar do crescimento observado, esta escola, é uma das Escolas do instituto que presentemente menos depende deste contingente.



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESDRM - 2010/2011**



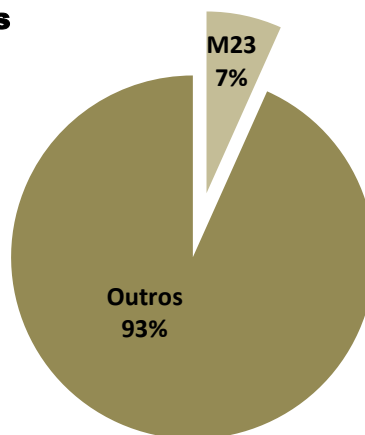
**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESSS - 2009/2010**



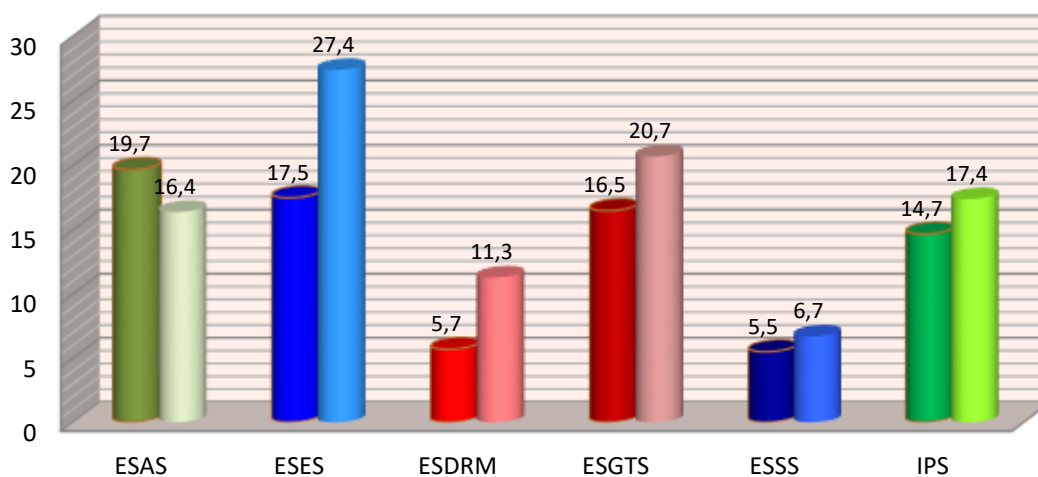
Tal como sucede com a ESDRM, a ESSS apresenta um peso relativamente baixo do contingente M23, apresentando ainda a particularidade deste contingente não ter subido significativamente de um ano para o outro.



**Peso dos Alunos do Contingente M 23
no Número Total de Alunos Matriculados
no Primeiro Ano
ESSS - 2010/2011**



**Evolução do Peso dos M23 no Nº Total Alunos
Matriculados no 1.º Ano, em 2009/10 e 2010/11
(Porcentagem)**



Nos dois quadros que se seguem, encontramos informação sobre a movimentação efectuada pela via dos Regimes Especiais de Acesso.



**CURSOS DE 1.º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011
(REGIMES ESPECIAIS - REGIME DIURNO)**

Escola	Designação do Curso	Mudança de Curso			Transferência			Reingresso			Portador de CET			Palop			Alta Competição		
		V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	1	1	100	1	1	100	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
	Engenharia do Ambiente	2	2	100	1	1	100	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
	Engenharia de Produção Animal	2	2	100	0	0	100	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	2	2	100	2	2	100	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
	Equinicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100	0	0	0
	Educação Social	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100	0	0	0
	Animação Cultural e Educação Comunitária	1	1	100	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Artes Plásticas e Multimédia	1		100	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Educação e Comunicação Multimédia	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	100	0	0	0
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	1	2	200	0	0	0	5	5	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gestão de Empresas	7	7	100	3	3	100	3	3	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Informática	2	3	150	2	3	150	6	6	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Marketing e Publicidade	0	0	0	0	0	0	7	7	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Contabilidade e Fiscalidade	3	3	100	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física Saúde no Desporto	0	2	200	0	0	0	0	2	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Psicologia do Desporto e Exercício	0	1	100	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Desporto Natureza e Turismo Activo	0	0	0	0	0	0	0	2	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gestão das Organizações Desportivas	0	2	200	0	0	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Treino Desportivo	0	0	0	0	0	0	0	2	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Escola Superior de Saúde	Enfermagem (1ª Semestre)	0	0	0	1	1	100	5	5	100	0	0	0	0	0	0	0	0
	Enfermagem (1ª Semestre)	1	1	100	0	0	0	5	5	100	0	0	0	0	0	0	0	0

**CURSOS DE 1.º CICLO EXISTENTES EM 2010/2011
(REGIMES ESPECIAIS – REGIME PÓS-LABORAL)**

Escola	Designação do Curso	Mudança de Curso			Transferência			Reingresso			Portador de CET			Palop			Alta Competição		
		V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%	V	A	%
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	1	1	100	0	0	0	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
	Engenharia do Ambiente	2	2	100	0	0	0	0	0	0	1	1	100	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Educação	Educação Básica	1	1	100	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Educação Social	1	1	100	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Educação e Comunicação Multimédia	1	1	100	1	1	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Gestão de Empresas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Informática	4	4	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Marketing e Publicidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Contabilidade e Fiscalidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESDRM	Treino Desportivo	0	2	200	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSO DE 1.º CICLO
(2009/2010)**

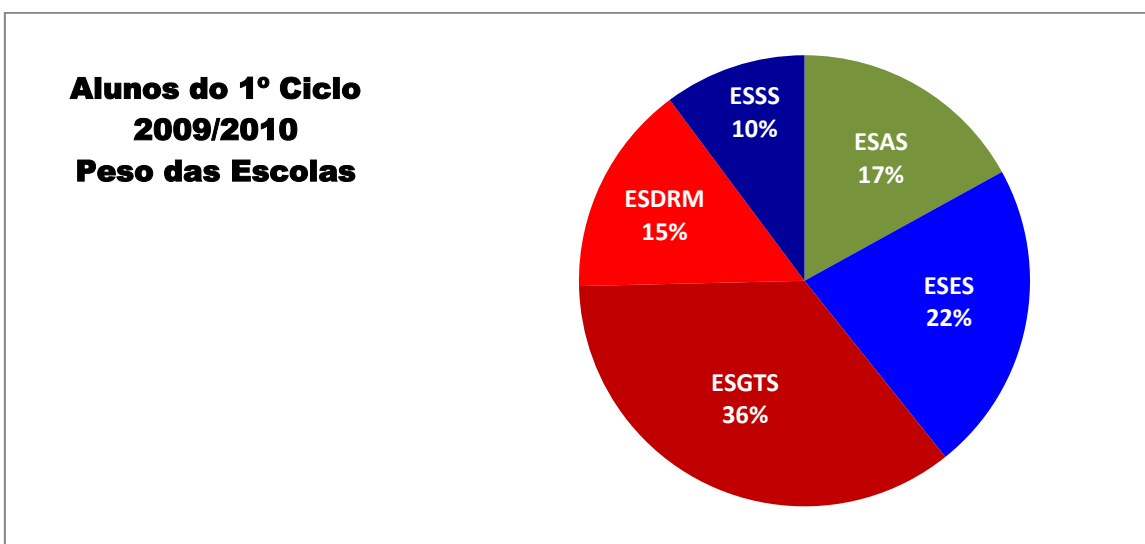
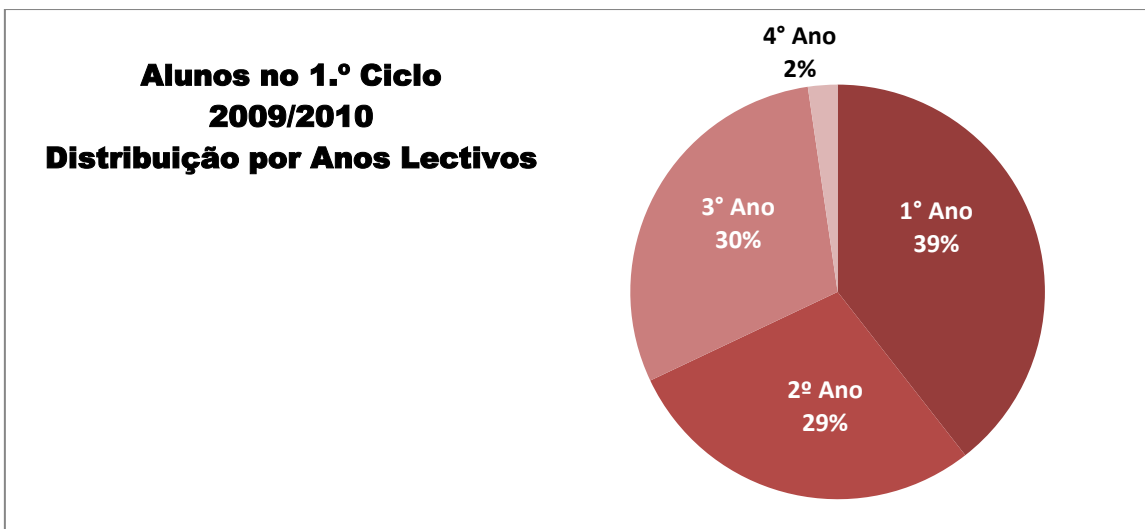
Escola	Curso	Ano			Total
		1º	2º	3º	
ESAS	Engenharia Ambiente (Pós-Laboral)	28	11	0	39
	Engenharia do Ordenamento e Desenvolvimento Rural	0	0	3	3
	Engenharia Agronómica	37	38	66	141
	Engenharia Agronómica (Pós-Laboral)	17	0	0	17
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	43	38	48	129
	Engenharia da Produção Animal	37	32	66	135
	Engenharia Alimentar	51	37	73	161
	Total 1.º Ciclo	213	156	256	625
ESES	Ed. Básica (1/12)	61	44	20	125
	Ed. Básica (Pós-Laboral) (1/12)	39	28	31	98
	Educação e Comunicação Multimédia (1/12)	41	36	33	110



	Educação e Comunicação Multimédia (Pós-Laboral)	47	24	18	89	
	Artes Plásticas e Multimédia (1/12)	44	20	22	86	
	Educação Social (1/18)	56	38	57	151	
	Educação Social (Pós-Laboral) (1/18)	37	23	0	60	
	Animação Cultural e Educação Comunitária (1/12)	46	22	32	100	
	Total 1.º Ciclo	371	235	213	819	
ESGTS	Administração Pública	33	28	36	97	
	Administração Pública (Pós-Laboral)	13	3	0	16	
	Gestão de Empresas	146	130	119	395	
	Gestão de Empresas (Pós-Laboral)	32	28	7	67	
	Informática	67	53	53	173	
	Informática (Pós-Laboral)	26	13	0	39	
	Marketing e Publicidade	58	49	50	157	
	Marketing e Publicidade (Pós-Laboral)	32	14	7	53	
	Contabilidade e Fiscalidade	91	68	87	246	
	Contabilidade e Fiscalidade (Pós-Laboral)	29	17	11	57	
Total 1.º Ciclo	527	403	370	1300		
ESDRM	Condição Física	59	28	35	122	
	Psicologia do Desporto e Exercício	30	27	25	82	
	Desporto de Natureza e Turismo Activo	36	27	31	94	
	Gestão das Organizações Desportivas	36	30	16	82	
	Treino Desportivo	68	51	56	175	
	Desporto Variante Gestão das Organizações	0	0	1	1	
	Desporto Variante Psicologia	0	0	1	1	
	Total 1.º Ciclo	229	163	165	557	
ESSS	Ano	1º	2º	3º	4º	
	Enfermagem (1º Semestre)	53	49	44	44	190
	Enfermagem (2º Semestre)	56	42	44	42	184
	Total 1.º Ciclo	109	91	88	86	374
Total global		1449	1048	1092	86	3675

Deste modo, no ano lectivo 2009/2010, poderemos concluir que no que respeita ao número de alunos de 1.º ciclo, as Escolas do Instituto, no seu conjunto tinham em formação 3675 alunos. Dos quais 1449 encontravam-se no 1º ano; 1048 no 2.º ano; 1092 no 3.º ano e 86 no 4.º ano (os cursos de 1.º Ciclo, ministrados na Escola Superior de Saúde têm uma duração de 4 anos).

Se desagregarmos o número de alunos por escola, temos que frequentavam a ESAS 625 alunos de 1.º Ciclo, a ESES 819 alunos; a ESGTS 1300 alunos; a ESDRM 557 e a ESSS era frequentada por 374 alunos de licenciatura.



**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSO DE 1.º CICLO
(2010/2011)**

Escola	Curso	Ano			Total
		1º	2º	3º	
ESAS	Engenharia Ambiente (Pós-Laboral)	34	17	9	60
	Engenharia do Ordenamento e Desenvolvimento Rural	0	0	0	0
	Engenharia Agronómica	45	30	47	122
	Engenharia Agronómica (Pós-Laboral)	29	14	6	49
	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	42	30	50	122
	Engenharia da Produção Animal)	57	33	46	136
	Engenharia Alimentar	62	37	66	163
	Equinicultura	0	0	4	3
	Total 1º Ciclo	269	161	228	658



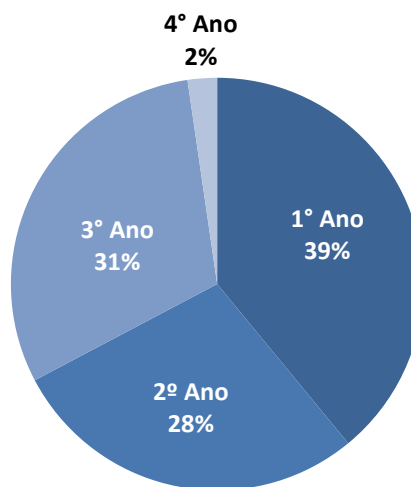
ESES	Ed. Básica (1/12)	41	41	45	127	
	Ed. Básica (Pós-Laboral) (1/12)	38	18	26	82	
	Educação e Comunicação Multimédia (1/12)	40	35	38	113	
	Educação e Comunicação Multimédia (Pós-Laboral)	26	26	20	72	
	Artes Plásticas e Multimédia (1/12)	34	26	19	79	
	Educação Social (1/18)	42	35	40	117	
	Educação Social (Pós-Laboral) (1/18)	41	26	20	87	
	Animação Cultural e Educação Comunitária (1/12)	31	26	20	73	
Total 1º Ciclo	293	233	228	754		
ESGTS	Administração Pública	29	22	39	90	
	Administração Pública (Pós-Laboral)	10	5	2	17	
	Gestão de Empresas	143	111	128	382	
	Gestão de Empresas (Pós-Laboral)	34	28	16	78	
	Informática	40	47	50	137	
	Informática (Pós-Laboral)	16	20	9	45	
	Marketing e Publicidade	60	44	43	147	
	Marketing e Publicidade (Pós-Laboral)	31	19	13	63	
	Contabilidade e Fiscalidade	77	64	74	215	
	Contabilidade e Fiscalidade (Pós-Laboral)	18	17	18	53	
Total 1º Ciclo	458	377	392	1227		
ESDRM	Condição Física	52	46	39	137	
	Psicologia do Desporto e Exercício	31	25	26	82	
	Desp. Natureza Turismo Activo	36	23	35	94	
	Gestão das Organizações Desportivas	38	32	29	99	
	Treino Desportivo	66	44	58	168	
	Treino Desportivo (Pós-Laboral) (1/12)	34	0	0	34	
	Total 1º Ciclo	257	170	187	614	
ESSS	Ano	1	2	3	4	
	Enfermagem (1º Semestre)	49	56	41	41	187
	Enfermagem (2º Semestre)	114	44	46	45	249
	Total 1º Ciclo	163	100	87	86	436
Total global		1440	1041	1122	86	3689

No ano lectivo 2010/2011, as Escolas do Instituto, no seu conjunto tinham em formação 3686 alunos de 1ºCiclo. Sendo que 1453 encontravam-se no 1º ano; 1028 no 2º ano; 1119 no 3º ano e 86 no 4º ano.

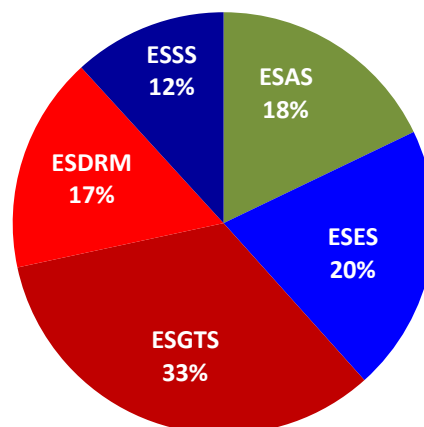
Se desagregarmos o número de alunos por escola, temos que frequentavam a ESAS 658 alunos de 1.º Ciclo, a ESES 752 alunos; a ESGTS 1227 alunos; a ESDRM 613 e a ESSS era frequentada por 436 alunos.



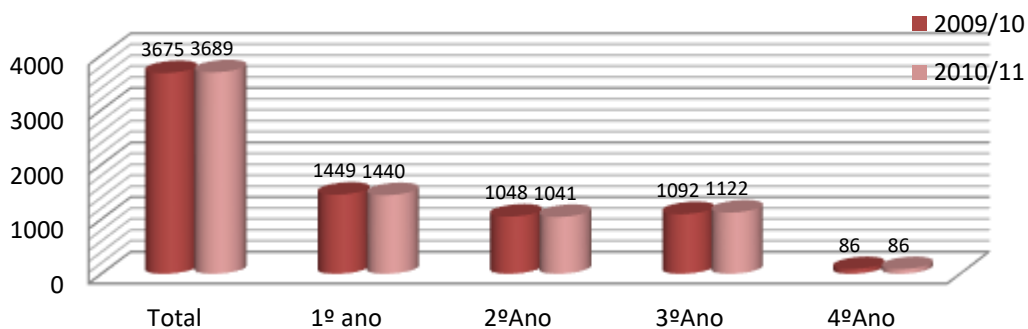
**Alunos no 1.º Ciclo
2010/2011
Distribuição por Anos Lectivos**



**Alunos do 1º Ciclo
2010/2011
Peso das Escolas**

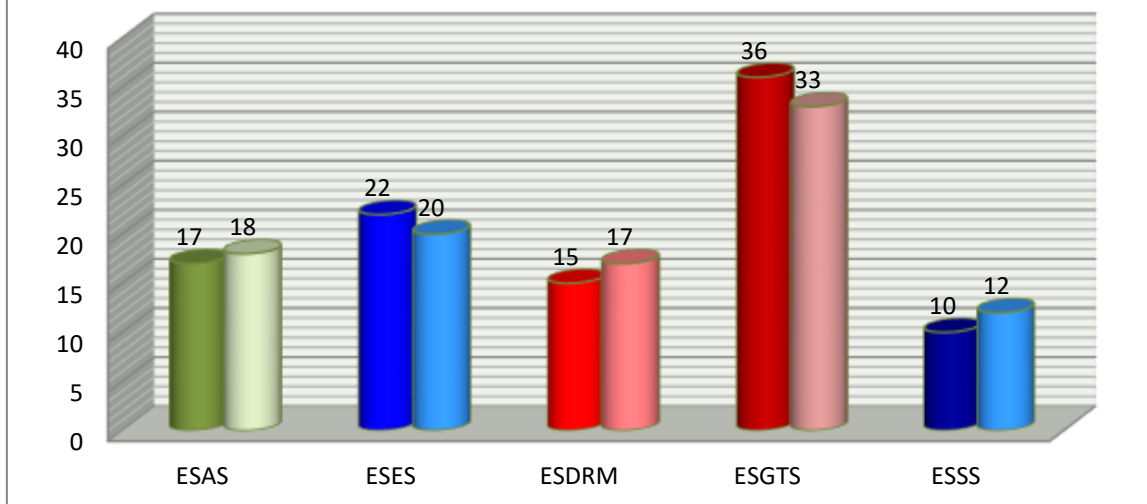


**Evolução do Número de Alunos
(1.º Ciclo)**





Evolução do Peso das Escolas no Nº Alunos de 1.º ciclo em 2009/10 e 2010/2011 (Percentagem)



NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE 2.º CICLO (2009/2010)

Escola	Mestrado	Número Alunos
Escola Superior Agrária	Produção de Plantas Medicinais e Para Fins Industriais	17
	Sistemas de Prevenção e Controlo Alimentar	27
	Total	44
Escola Superior de Educação	Administração Educacional	16
	Educação e Comunicação Multimédia	62
	Total	78
Escola Superior de Gestão e t Tecnologia	Gestão de Recursos Humanos (parceria U. Évora)	46
	Total	46
Escola Superior de Desporto	Desporto, Treino Desportivo	53
	Desporto, Condição Física e Saúde	
	Desporto, Educação Física Escolar	
	Desporto, Desporto de Natureza	
	Psicologia do Desporto e do Exercício	46
Total	99	
Escola Superior de Saúde	Pessoas em Processo de Doença na Comunidade	18
	Enfermagem Comunitária	21
	Enfermagem de Saúde Familiar	14
	Enfermagem de Reabilitação	21
Total	74	
Total		341



Quanto aos cursos de 2.º ciclo, verifica-se que os mesmos funcionam em todas as Escolas do Instituto e movimentaram em 2009/2010, 341 estudantes.

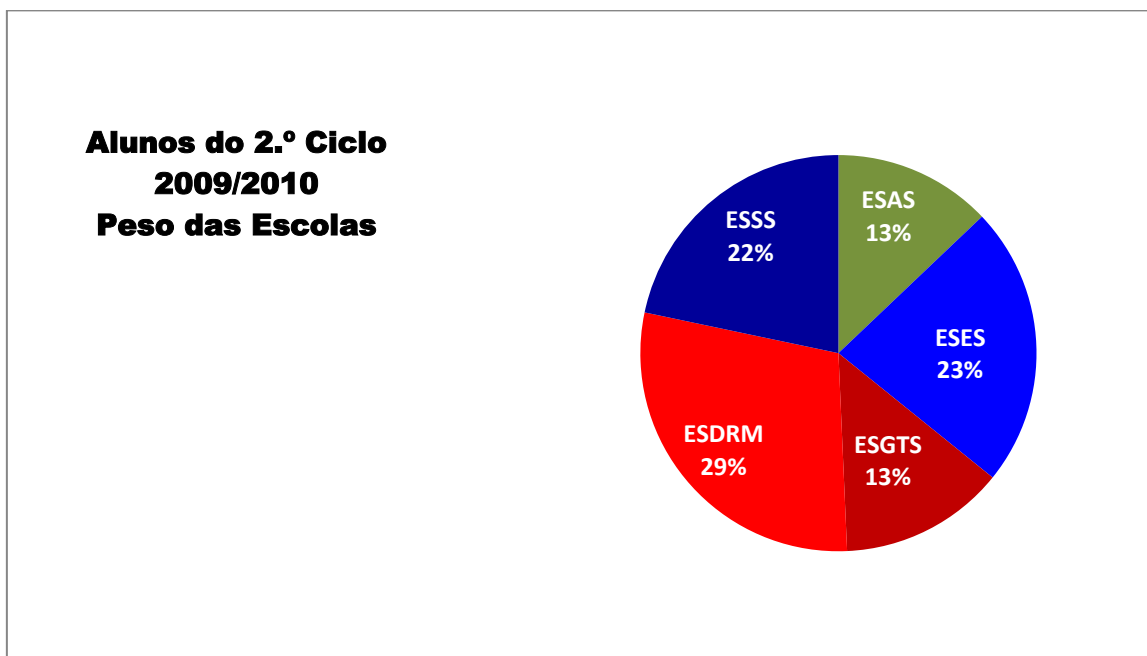
Na Escola Superior Agrária, funcionaram no ano lectivo 2 cursos de 2.º Ciclo frequentados por 44 estudantes.

Na Escola Superior de Educação, estiveram em funcionamento também dois mestrados, os quais, em conjunto mobilizaram 78 estudantes.

A Escola Superior de Gestão, mobilizou 46 estudantes no 2.º ciclo que mantém em parceria com a Universidade de Évora.

A Escola Superior de Desporto apresenta cinco cursos em funcionamento que são frequentados por 99 estudantes.

Por último a Escola Superior de Saúde, apresenta três mestrados, e contam com 74 estudantes.





**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE 2.º CICLO
(2010/2011)**

Escola	Mestrado	Número Alunos
Escola Superior Agrária	Produção de Plantas Medicinais e Para Fins Industriais	14
	Sistemas de Prevenção e Controlo Alimentar	24
	Total	38
Escola Superior de Educação	Administração Educacional	16
	Ciências da Educação–Supervisão e Orientação Pedagógica	0
	Educação e Comunicação Multimédia	43
	Educação Pré-Escolar	19
	Educação Pré-Escolar e Ensino 1º Ciclo do Ensino Básico	19
	Ensino do 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico	8
Total	105	
Escola Superior de Gestão e Tecnologia	Contabilidade e Finanças	30
	Gestão de Organizações de Economia Social	11
	Sistemas de Informação de Gestão	19
	Gestão Pública	0
	Gestão de Recursos Humanos (parceria U. Évora)	13
	Marketing	0
	Empreendedorismo	0
Total	73	
Escola Superior de Desporto	Desporto	30
	Desporto de Natureza	12
	Condição Física e Saúde	16
	Educação Física Escolar	5
	Observação e Análise no Desporto	0
	Psicologia do Desporto e do Exercício	41
	Actividade Física em Populações Especiais	34
Total	138	
Escola Superior de Saúde	Pessoas em Processo de Doença na Comunidade	17
	Enfermagem Comunitária	21
	Enfermagem de Saúde Familiar	12
	Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia	0
	Enfermagem de Reabilitação	21
Total	71	
Total	425	

Em 2010/2011, o número de alunos de 2.º Ciclo, passou de 341 para 409, o que significa que num só ano se operou um aumento de 20%.

Na Escola Superior Agrária, funcionou no ano lectivo 1 curso de 2.º Ciclo frequentado por 38 estudantes.

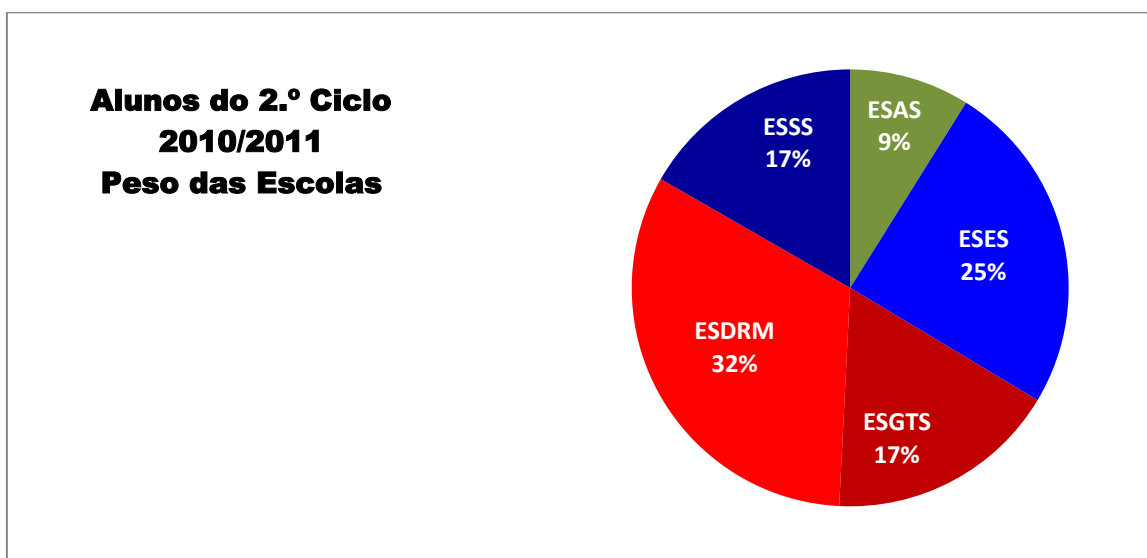


Na Escola Superior de Educação, funcionaram três mestrados, que perfazem 87 estudantes.

A Escola Superior de Gestão mobilizou 73 estudantes repartidos por quatro mestrados em funcionamento.

A Escola Superior de Desporto apresentou quatro cursos que são frequentados por 138 estudantes.

A Escola Superior de Saúde, apresenta quatro mestrados, os quais justificam 71 estudantes.



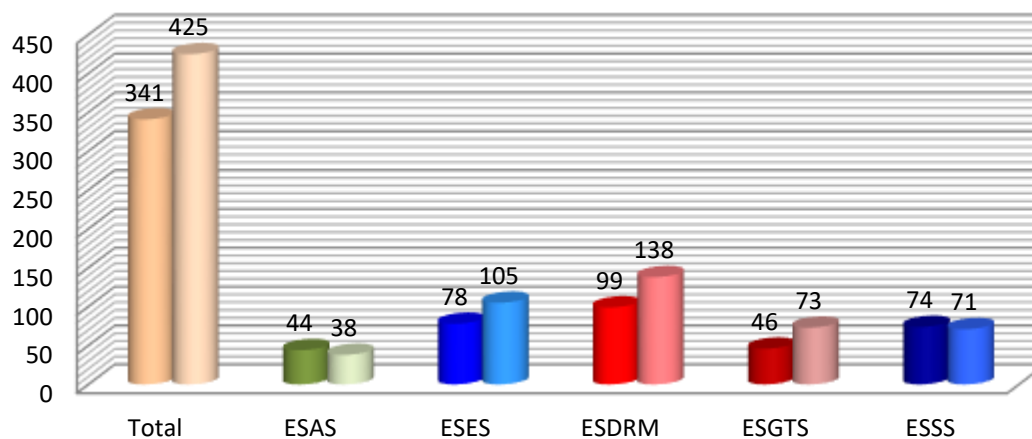
No que se refere à evolução nestes dois anos lectivos consecutivos, veja-se o gráfico que se segue:

Conclui-se que o acréscimo do número de alunos matriculados no 2.º ciclo de estudos, ficou essencialmente a dever-se a duas das cinco Escolas do IPS: a ESGTS – que aumentou o seu aluno de 46 para 157 e a ESDRM que o fez de 99 para 145.

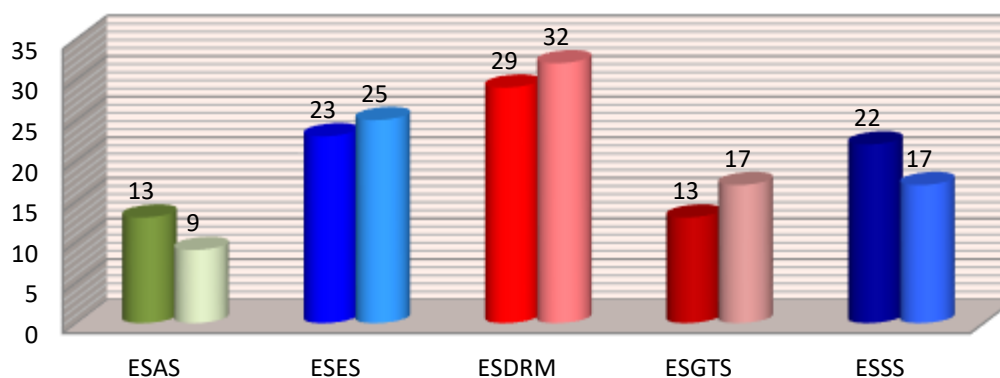
As restantes escolas diminuíram ligeiramente o respectivo número de mestrados.



**Evolução do Número de Alunos em 2009/10 e 2010/11
(2.º Ciclo)**



**Evolução do Peso das Escolas no N.º Alunos de 2.º ciclo
em 2009/10 e 2010/11
(Percentagem)**



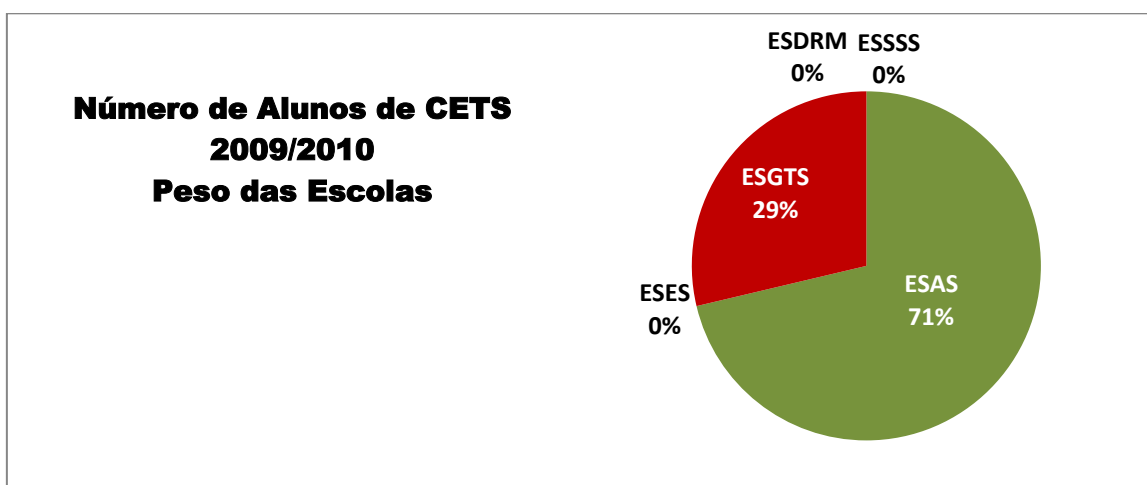
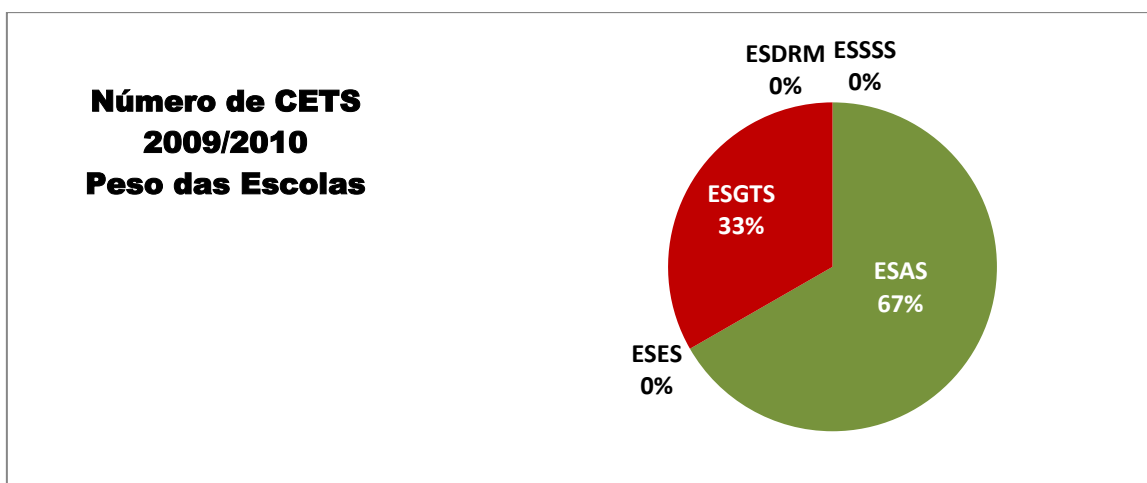
**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA
ANO LECTIVO 2009/2010**

Escola	Área de Formação	Designação	Data de Início	Nº Inscritos	Regime
Escola Superior Agrária	Cuidados Veterinários	Cuidados Veterinários	4/10/2010	21	Diurno
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Ciências Informáticas	Desenvolvimento de Produtos Multimédia	22/02/2010	24	Pós laboral
Escola	Ciências Informáticas	Instalação e	7/12/2009	13	Pós laboral



Superior Gestão e Tecnologia		Manutenção de Redes e Sistemas Informáticos			
Escola Superior Agrária	Produção Agrícola e Animal	Maneio e Utilização do Cavalo	6/10/2009	20	Diurno
Escola Superior Agrária	Indústrias Alimentares	Segurança e Higiene Alimentar	6/10/2009	27	Diurno
Escola Superior Agrária	Produção Agrícola e Animal	Viticultura e Enologia	6/10/2009	23	Diurno
Total				128	

Em 2009/2010, estes cursos foram ministrados na Escola Superior Agrária (4 cursos) e na Escola Superior de Gestão (2). No total mobilizaram 128 alunos, com a particularidade dos cursos que se realizaram na Escola Superior de Gestão terem funcionado em regime pós-laboral.

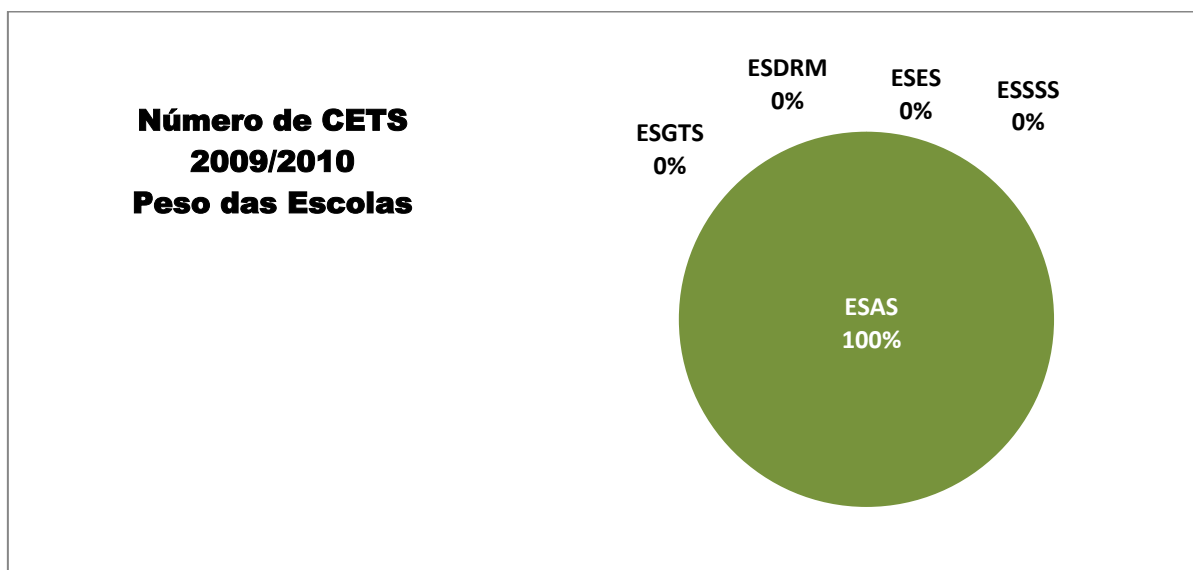




**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA
ANO LECTIVO 2010/2011**

Escola	Área de Formação	Designação	Data de Início	Nº Inscritos	Regime
Escola Superior Agrária	Cuidados Veterinários	Cuidados Veterinários	4/10/2010	20	Diurno
Escola Superior Agrária	Produção Agrícola e Animal	Maneio e Utilização do Cavalo	6/10/2009	19	Diurno
Escola Superior Agrária	Indústrias Alimentares	Segurança e Higiene Alimentar	6/10/2009	26	Diurno
Escola Superior Agrária	Produção Agrícola e Animal	Viticultura e Enologia	6/10/2009	24	Diurno
Total				89	

No ano lectivo 2010/2011, a oferta de CET restringiu-se aos quatro cursos a funcionar na Escola Superior Agrária, todos em regime diurno e que mobilizaram 84 estudantes.



**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
(2009/2010)**

Escola	Pós-Graduação	Número Alunos
Escola Superior de Educação	Mediação Familiar	10
	Formação para a Docência	14
	Total	24



Em 2009 /2010, funcionaram também na ESES, dois cursos de Pós-Graduação, respectivamente Mediação Familiar e Formação para a docência. Esta oferta formativa mobilizou 24 estudantes.

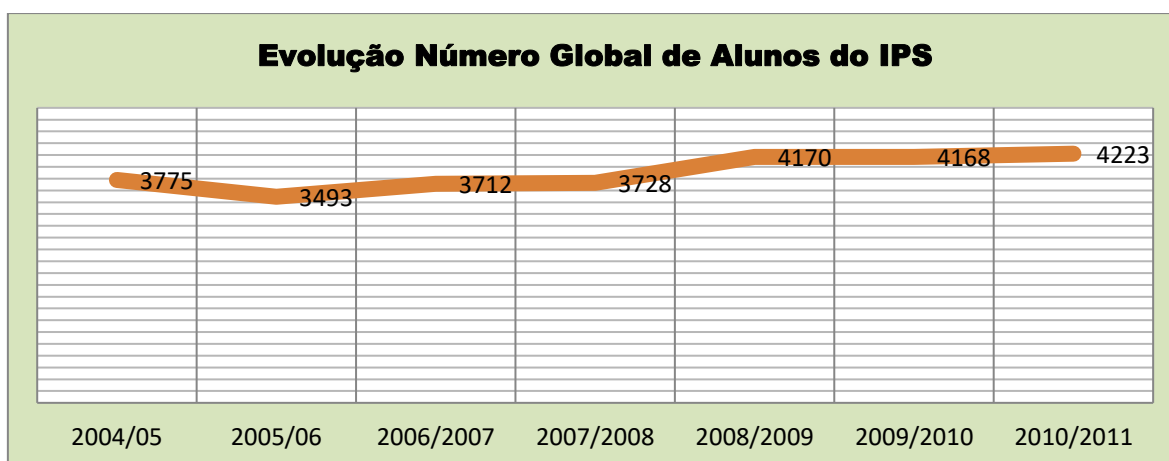
**NÚMERO DE ALUNOS POR CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
(2010/2011)**

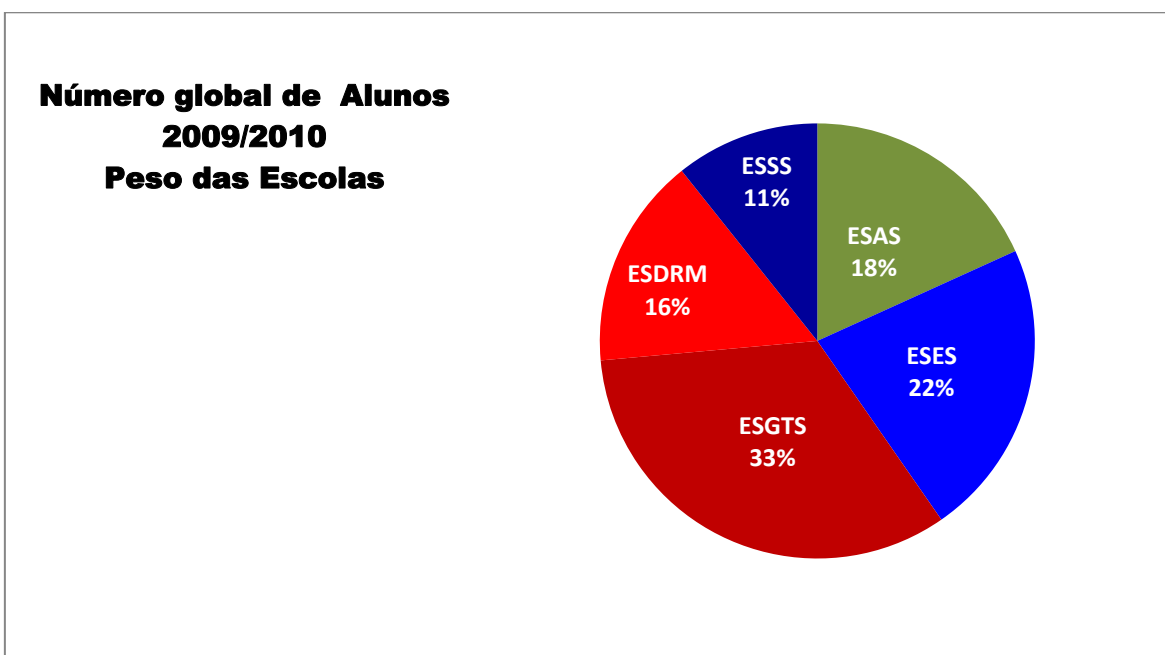
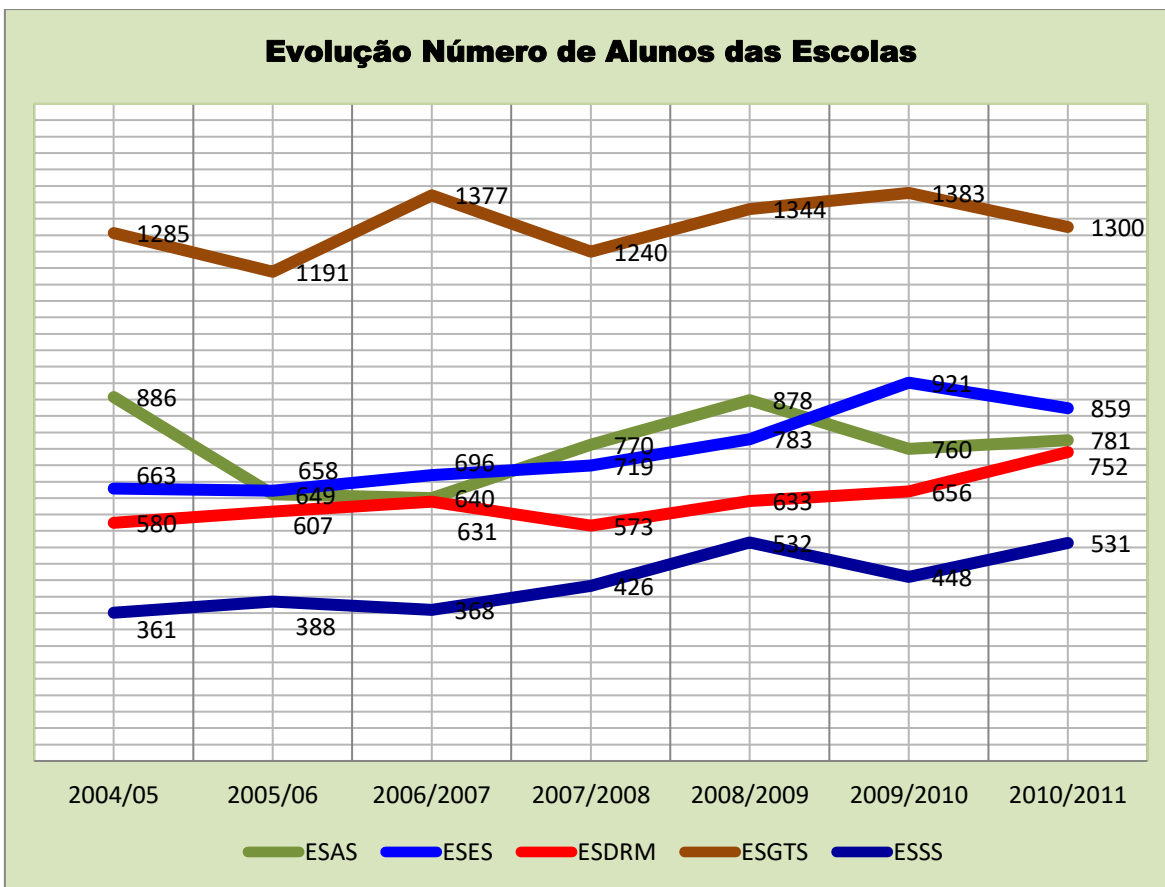
Escola	Pós-Graduação	Número Alunos
Escola Superior de Saúde	Saúde Materna e Obstetrícia	20
	Enfermagem de Reabilitação	1
	Cuidados Paliativos	1
	Cuidados continuados	2
	Total	24

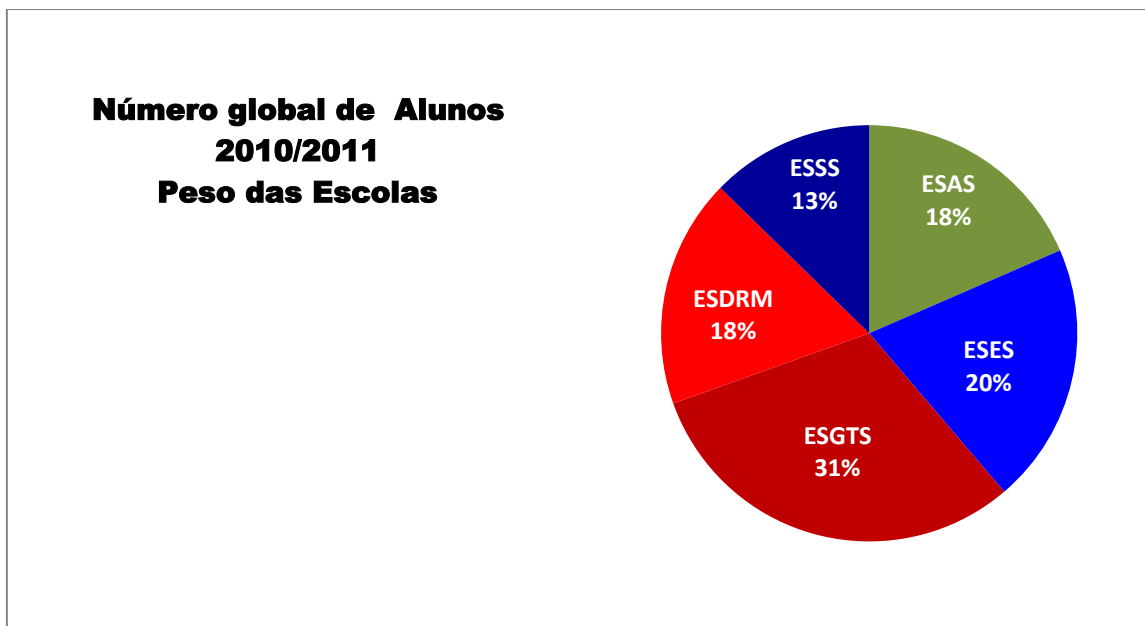
NÚMERO GLOBAL DE ALUNOS

	Alunos						
	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
ESAS	886	649	640	770	878	760	781
ESES	663	658	696	719	783	921	859
ESDRM	580	607	631	573	633	656	752
ESGTS	1285	1191	1387	1240	1344	1383	1300
ESSS	361	388	368	426	532	448	531
Total	3775	3493	3712	3728	4170	4168	4223

Produto destas dinâmicas de procura, distribuídas pelos vários concursos de acesso e também de outras formas de ingresso nas diferentes Escolas da instituição, verifica-se que – de acordo com o RAIDES - em 2009/2010 o IPS contava com mais de 4000 alunos e em 2010/2011 com mais de 4100, distribuídos nas diferentes escolas por cursos conferentes de grau (1º e 2º ciclo), cursos de especialização tecnológica e Pós-graduações.







4.1.3. Acreditação dos cursos

Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior, a avaliação da qualidade incide quer nos estabelecimentos de ensino superior e suas unidades orgânicas, quer nos cursos por elas ministrados.

Por outro lado, o Decreto-lei 74/2006 de 24 de Março que aprova o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior, coloca como condição para a entrada em funcionamento de um dado ciclo de estudos, que o mesmo seja objecto de acreditação prévia, ou seja, que sejam verificados os requisitos prévios exigidos para a sua criação e funcionamento. Este diploma determina que este processo de acreditação se desenrole num quadro de uma agência de acreditação dotada de autonomia científica e técnica.

Por sua vez, o Decreto-Lei 369/2007 de 5 de Novembro, ao criar a Agencia de Avaliação e Acreditação, determina que estão sujeitas aos procedimentos de avaliação e de acreditação, da responsabilidade da Agencia, todas as instituições de ensino superior.

È nesta moldura legal que ao longo do ano de 2010, ocorreu todo o processo de avaliação e acreditação do Instituto Politécnico de Santarém, das suas Escolas e dos cursos nelas ministrados, ou que se propuseram ministrar no ano lectivo seguinte.



CURSOS PROPOSTOS A ACREDITAÇÃO

Unidade Orgânica	Designação	Grau	Data	Decisão da A3ES
Instituto Politécnico de Santarém	Caracterização Institucional	_	17-03-2010	_
Escola Superior Agrária	Caracterização Institucional		31-03-2010	-
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Engenharia Agronómica (Pós-Laboral)	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Engenharia Alimentar	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Engenharia do Ambiente (Pós-Laboral)	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Engenharia Produção Animal	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Nutrição Humana e Qualidade Alimentar	Licenciatura	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Produção de Plantas Medicinais para Fins Industriais	Mestrado	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Sistemas de Produção e Controlo Alimentar	Mestrado	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Sistemas de Prevenção e Controlo Alimentar	Mestrado	19-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Agrária	Engenharia Alimentar	Mestrado	3-11-2010	Em apreciação liminar
Escola Superior Agrária	Agrobiotecnologia	Licenciatura	06-12-2010	Em apreciação liminar
Escola Superior Agrária	Agricultura Sustentável	Mestrado	06-12-2010	Em apreciação liminar
Escola Superior Agrária	Nutrição e Alimentos Funcionais	Mestrado		Não acreditar em concordância com a CAE
Escola Superior Educação	Caracterização Institucional	_	31-03-2010	_
Escola Superior Educação	Animação Cultural e Educação Comunitária	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Artes Plásticas e Multimédia	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação Básica	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação e Comunicação Multimédia	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação Social	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação e Comunicação Multimédia (Pós-laboral)	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação Social (Pós-laboral)	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação e Comunicação Multimédia	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	Educação Pré-Escolar	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF



Escola Superior Educação	Educação Pré-Escolar - 1º Ciclo do Ensino Básico	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Educação	1º Ciclo e 2º Ciclos Ensino Básico	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Caracterização Institucional	_	3-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Gestão de Empresas	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Informática	Licenciatura	2-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Administração Pública	Licenciatura	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Marketing e Publicidade	Licenciatura	4-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Administração Pública	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Contabilidade e Finanças	Mestrado	1-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Sistemas de Informação para a Gestão	Mestrado	1-04-2010	Acreditar
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Empreendedorismo	Mestrado	29-03-2010	Acreditar
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Marketing	Mestrado	21-04-2010	Acreditar
Escola Superior Gestão e Tecnologia	Gestão de Organizações de Economia Social	Mestrado	4-6-2010	Acreditar
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Caracterização Institucional	_	7-03-2010	
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Condição Física e Saúde no Desporto	Licenciatura	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Treino Desportivo	Licenciatura	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Desporto de Natureza e Turismo Activo	Licenciatura	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Psicologia do Desporto e do Exercício	Licenciatura	15-03-2010	
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Gestão das Organizações Desportivas	Licenciatura	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Desporto	Mestrado	15-03-2010	Aceitar PAPCEF



Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Psicologia do Desporto e do Exercício	Mestrado	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Actividade Física de Populações Especiais	Mestrado	15-03-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Caracterização Institucional		01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem	Licenciatura	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem (2º Semestre)	Licenciatura	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem e Saúde Materna	Mestrado	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem Comunitária	Mestrado	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem de Reabilitação	Mestrado	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem de Saúde Familiar	Mestrado	01-04-2010	Aceitar PAPCEF
Escola Superior de Saúde	Enfermagem em Pessoas em Processo de Doença na Comunidade	Mestrado	01-04-2010	Aceitar PAPCEF

De acordo com a tabela acima, conclui-se que, para além das propostas de acreditação institucional, que incidiram quer nos Instituto, quer nas suas escolas, foram ainda submetidas à Agencia Nacional de Avaliação e Acreditação, propostas de acreditação de 24 licenciaturas e 23 Mestrados.

A repartição por escolas foi a seguinte:

- Escola Superior Agrária: 7 Licenciaturas e 6 Mestrados
- Escola Superior de Educação: 7 Licenciaturas e 4 Mestrados
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão: 4 Licenciaturas e 6 Mestrados
- Escola Superior de Desporto de Rio Maior: 5 Licenciaturas e 3 Mestrados
- Escola Superior de Saúde: 2 Licenciaturas e 6 Mestrados

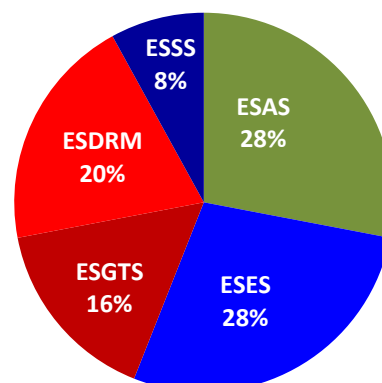
O resultado de todo este vasto processo saldou-se pela aceitação da acreditação preliminar de todos os cursos já em funcionamento e pela acreditação da totalidade das propostas de novos cursos de mestrado, elaboradas pela ESGTS.

Existem três cursos da Escola Superior Agrária que estão em apreciação liminar.

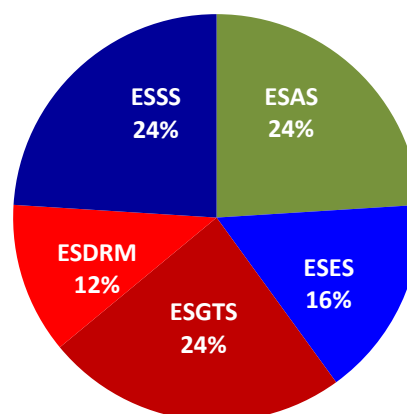
Apenas um dos cursos submetidos (Alimentação e Alimentos Funcionais da Escola Superior Agrária) não foi acreditado.



**Pedidos de Creditação
Repartição por Escolas
Licenciaturas**



**Pedidos de Acreditação
Repartição por Escolas
Mestrados**



4.1.4. Actividades de divulgação da oferta formativa

No ano de 2010, o IPS divulgou a oferta formativa das suas escolas nos seguintes órgão de comunicação social regional:

2010

DIVULGAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

Denominação do Órgão de Comunicação Regional
Catálogo da Expocriança
Revista Fórum Estudante
Jornal "O Ribatejo"
Jornal "O Mirante"
Jornal Área Oeste



Guia Prático do Fórum Estudante
Agenda Ribatejana

Para além deste tipo de divulgação da oferta formativa, e tendo presente o mesmo objectivo, participou ainda nos seguintes eventos e feiras promocionais:

2010
DIVULGAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA
(FEIRAS E OUTROS EVENTOS)

Data	Denominação	Localidade
3 a 7 de Fevereiro	Nauticampo - Fil	Lisboa
2 de Março	Escola Secundária da Sertã	Sertã
10 a 13 de Março	Futurália - Fil	Lisboa
22 de Março	Esc. Sec 3.º CEB Coruche	Coruche
23 de Março	Esc. Sec. D. Egas Moniz	Resende
23 a 28 de Março	FITEC	Batalha
25 de Março	Esc. Sec. Entroncamento	Entroncamento
13 de Abril	Escola Secundária de Alpiarça	Alpiarça
15 a 18 de Abril	Expocriança	Santarém
15 de Abril	Qualifica	Porto
16 de Abril	Expo Cartaxo	Cartaxo
20 de Abril	Soure	Coimbra
3 de Maio	Escola Secundaria Marquesa da Alorna	Almeirim
6 a 8 de Maio	Escola Secundaria de Peniche	Peniche
11 de Maio	Escola Secundaria de Figueiró dos Vinhos	Figueiró dos Vinhos
14 de Maio	Escola Secundaria de Salvaterra de Magos	Salvaterra de Magos
27 e 28 de Maio	Centro de Exposições	Ourém
5 a 13 de Junho	Feira da Agricultura	Santarém
18 e 19 de Junho	1ª Feira de Emprego CNEMA	Santarém

4.1.5. Constituição do Conselho para a Avaliação e Qualidade

De acordo com o plano de actividades de 2010 foi terminada a constituição do Conselho para a Avaliação e Qualidade.

Neste sentido foi efectuado e aprovado o respectivo regulamento interno (Regulamento nº 57/2011, de 20 de Janeiro).

Foram, ainda constituídas as Comissões para a Avaliação e Qualidade em cada uma das Escolas.



Para além das comissões, funciona a Comissão Coordenadora, composta pelo presidente e o vice-presidente de cada Comissão.

Neste âmbito, e visando a definição dos mecanismos de auto-avaliação regular do desempenho do Instituto, foram identificados os vários questionários aplicados nas diferentes Escolas e os constrangimentos à sua aplicação. Foram identificados as necessidades para aplicação dos questionários, aferidos e definidos orientações relacionadas com os períodos de aplicação e os níveis de conhecimento dos resultados, bem como a articulação com o CilPS, pela sua aplicação no SIGARRA.

Na continuidade do processo serão definidas e dadas a conhecer as decisões tomadas referentes aos inquéritos, nomeadamente, sua aplicação, níveis de conhecimento pelos interessados e de divulgação.

Este órgão articula, através do gabinete de Avaliação e Qualidade, com o coordenador do projecto do Sistema da Garantia da Qualidade.

4.1.6. Provedor do estudante

A acção do provedor do Estudante encontra-se legalmente enquadrada pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007, de 10 de Setembro) e pelos Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém (Despacho Normativo nº 56/2008, de 4 de Novembro).

Durante o ano de 2010, foi elaborado e publicado o respectivo regulamento (Regulamento 266/2010, de 19 de Março de 2010), dando-se assim cumprimento aos requisitos legais de funcionamento deste órgão do IPS.

Durante este ano, uma das actividades do provedor centrou-se no esclarecimento dos estudantes e professores que, pelos mais diversos motivos, contactaram este órgão procurando obter informações ou pareceres sobre os seus direitos e deveres ou ainda sobre as suas propostas de intervenção em diversos campos da vida académica. Este campo de intervenção tem-se revelado bastante útil na medida em que tem permitido, por um lado, evitar determinado tipo de situações potencialmente conflituantes e, por outro lado, promover um melhor enquadramento para algumas intervenções.



Outra área de intervenção do provedor foi no esclarecimento de alguns procedimentos administrativos que, por omissão regulamentar ou por divergência de interpretação, colidiram com direitos dos estudantes. Dos casos apresentados foram feitas diligências junto das respectivas unidades orgânicas no sentido de os clarificar. Relativamente a alguns destes procedimentos, que potencialmente poderão voltar a acontecer, o provedor fará um esclarecimento junto de todas as unidades orgânicas, no sentido de evitar futuras ocorrências.

Os casos mais complexos da intervenção do provedor estiveram sempre associados a problemas relacionados com a avaliação pedagógica dos estudantes. Em todos eles foram sempre ouvidas todas as partes envolvidas e os órgãos competentes das respectivas unidades orgânicas. A problemática da avaliação é por natureza complexa e uma área recorrente de divergências pelo que deverá ser motivo de reflexão de todos os agentes envolvidos, devendo-se, para tal, criar espaços e momentos de debate e de troca de experiências.

Outros aspectos trabalhados foram a preparação dos materiais de divulgação deste órgão do IPS e a criação de canais de comunicação mais ágeis que, a breve prazo, serão divulgados junto da comunidade académica do IPS. Procurar-se-á assim dar maior visibilidade ao Provedor do Estudante e envolver este órgão numa dinâmica mais pró-activa.

4.1.7. Implementação das actividades de E-Learning

Para implementar e desenvolver de modo significativo as actividades de E-Learning no Instituto Politécnico de Santarém, o Presidente do Instituto, por despacho, constituiu uma comissão composta por 26 elementos, pertencentes quer às escolas, quer aos serviços centrais.

Esta comissão é presidida pela Prof^a Coordenadora Maria Barbas, a qual ficou encarregue também de coordenar todas as actividades relacionadas com esta matéria.



4.1.8. Serviços de Acção Social

Os Serviços de Acção Social, adiante designados SASIPS, são uma unidade funcional do Instituto Politécnico de Santarém dotada de autonomia administrativa e financeira vocacionada para assegurar as funções da acção social escolar, designadamente na atribuição de apoios sociais directos e indirectos aos estudantes.

Têm por missão assegurar as funções da acção social escolar através da criação de condições de equidade social no acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, especialmente dos estudantes economicamente mais carenciados, mediante a concessão de apoios sociais e a prestação de serviços de qualidade.

Têm como objectivos proporcionar aos estudantes das escolas superiores que integram o Instituto Politécnico de Santarém, melhores condições de estudo através da concessão de apoios sociais directos e indirectos.

As modalidades de apoio directo são:

- Bolsas de estudo;
- Auxílios de emergência.

Integram as modalidades de apoio social indirecto:

- Acesso à alimentação;
- Acesso ao alojamento;
- Acesso a serviços de saúde;
- Apoio a actividades desportivas e culturais;
- Acesso a outros apoios educativos.

Os vectores estratégicos para o triénio 2010-2013, tendo em conta o contexto passado/presente, a missão, os valores corporativos, os objectivos superiormente determinados e os novos desafios decorrentes das mudanças em curso tanto no ensino superior, como na sociedade em geral, são as seguintes:

- Promover o acesso aos apoios sociais.
- Racionalizar procedimentos
- Melhorar a satisfação dos clientes.



4.1.8.1. Apoio social directo

Bolsas de Estudo

Um dos objectivos dos SASIPS consiste na atribuição de bolsas de estudo aos estudantes carenciados.

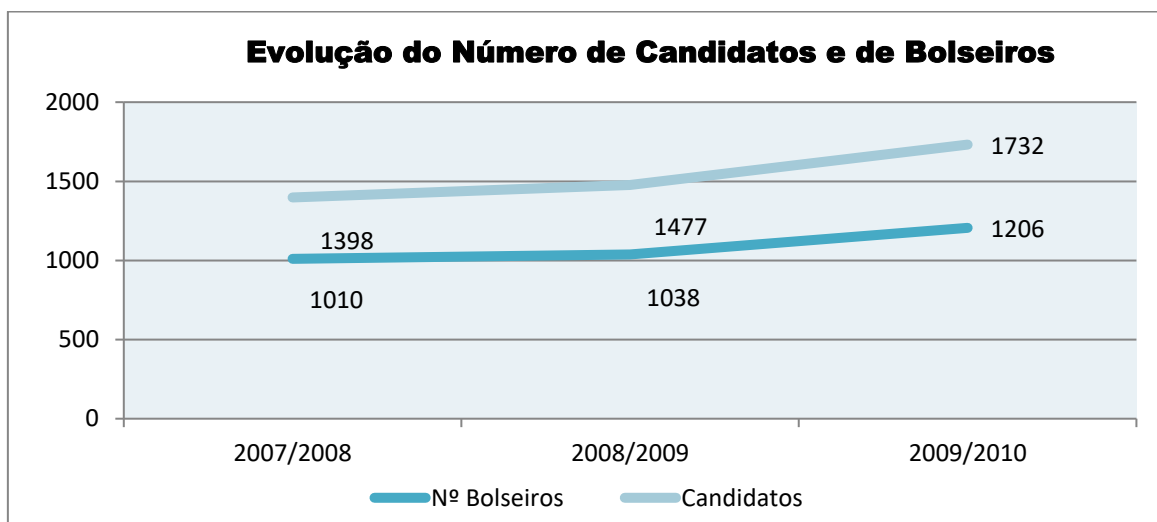
A bolsa de estudo é uma prestação pecuniária anual para comparticipação nos encargos com a frequência de um curso ou com a realização de um estágio profissional obrigatório, atribuída, a fundo perdido e no respectivo ano lectivo, sempre que o estudante não disponha de um nível adequado de recursos financeiros anuais (artigo 3.º do Despacho n.º 14473/2010, de 16 de Setembro).

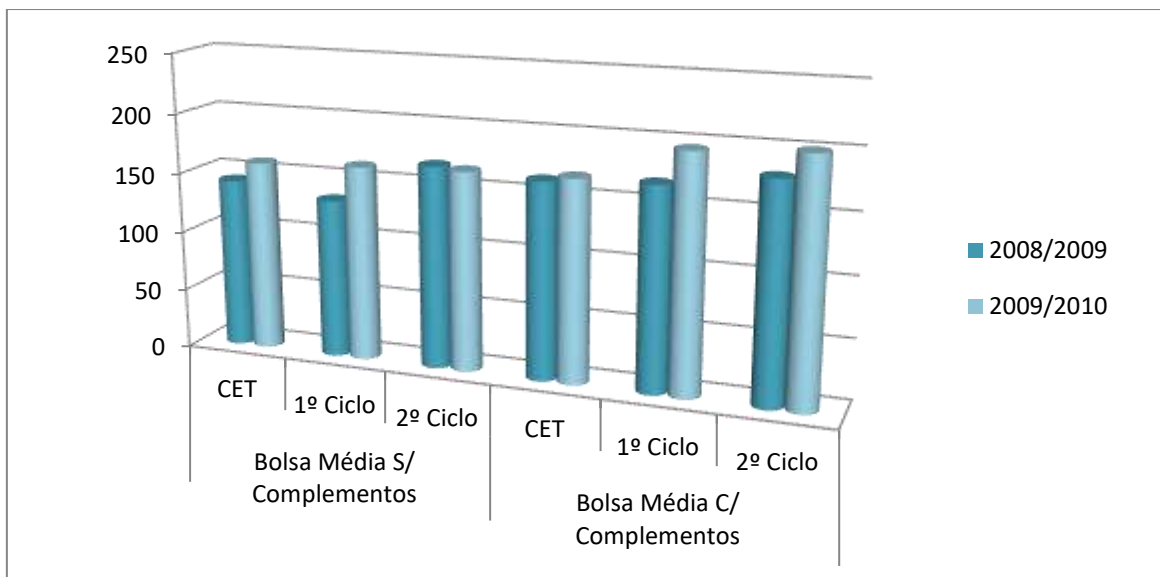
As taxas de candidatura a bolsas de estudo no IPS no ano lectivo de 2009/2010 registaram um acréscimo relativamente ao ano anterior, de 36,59% para 41,36% do número total de alunos.

Tal situação parece ser o reflexo das condições sócio-económicas actuais, e que abrangem, certamente, grande parte dos agregados familiares.

Verificou-se também um aumento significativo tanto ao nível do nº de candidatos, como ao nível do número efectivo de bolseiros, bem como do valor da bolsa média. Estes aspectos encontram-se expressos nas infografias seguintes.

O valor da bolsa média situou-se nos 175,32€.





Auxílios de Emergência

Os auxílios de emergência são apoios atribuídos a título de bolsa de estudo para fazer face a situações económicas especialmente graves que ocorram durante o ano lectivo e que não enquadráveis no âmbito do processo normal de atribuição de bolsa de estudo (artigo 10.º, n.º 1 do Despacho n.º 14473/2010, de 16 de Setembro).

No ano lectivo 2009/10 não foram solicitados auxílios de emergência.

4.1.8.2. Apoio social indirecto

Alimentação

Os SASIPS dispõem de três refeitórios (Complexo Andaluz, S. Pedro e Escola Superior de Saúde) e cinco snack-bares (Tertúlia - anexo ao refeitório Andaluz - e nas Escolas Superiores Agrária, Educação e de Gestão e Tecnologia e Saúde).

Dado que a Escola Superior de Desporto de Rio Maior ainda não possui refeitório próprio, o fornecimento de almoços aos estudantes desta Escola tem vindo a ser assegurado nas instalações da Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Rio Maior, através de acordo de cooperação celebrado em 10 de Setembro de 2003 com a referida entidade.



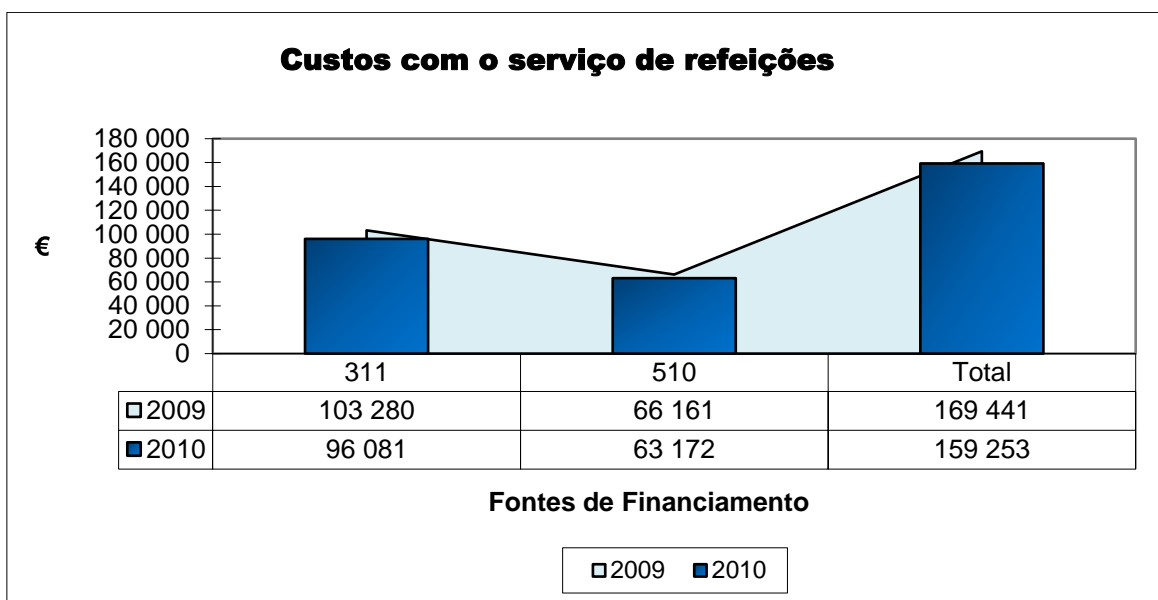
Porém, em Novembro de 2010 começou a funcionar na Escola Superior de Desporto de Rio Maior um refeitório em instalações provisórias, na sequência de cedência pela Câmara Municipal, de um espaço no pavilhão Multiusos, devidamente adaptado para o efeito.

Em 2010 o preço da refeição completa foi de 2,20 € para os estudantes e de 3,80 € para o pessoal docente e não docente.

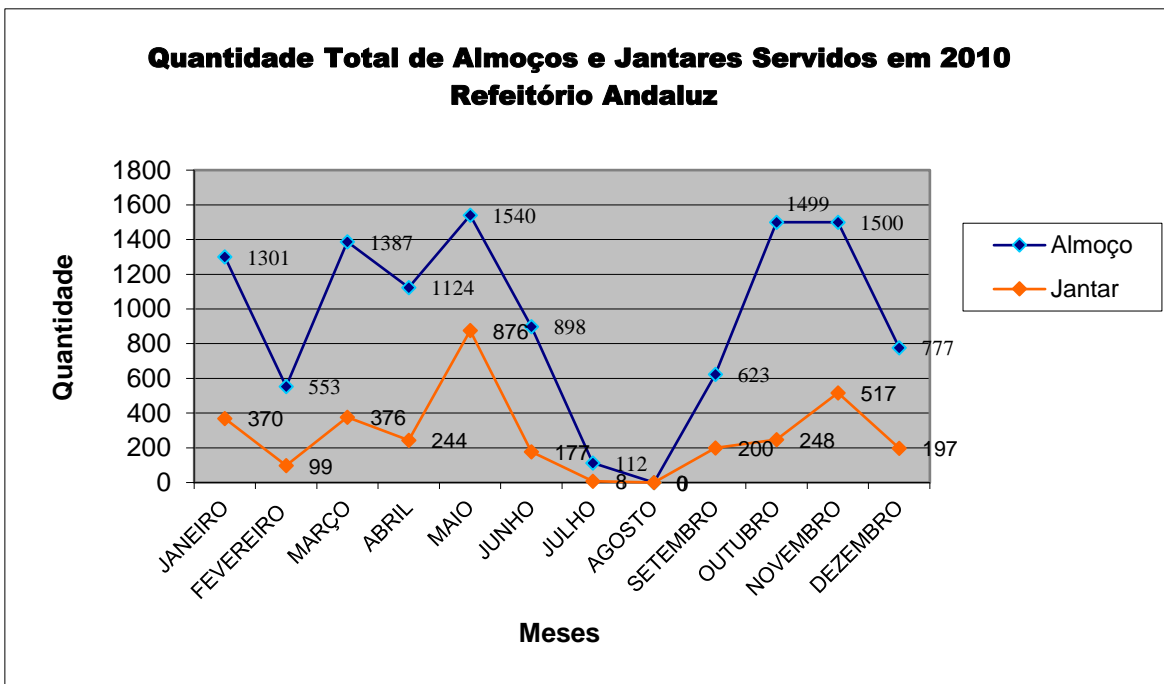
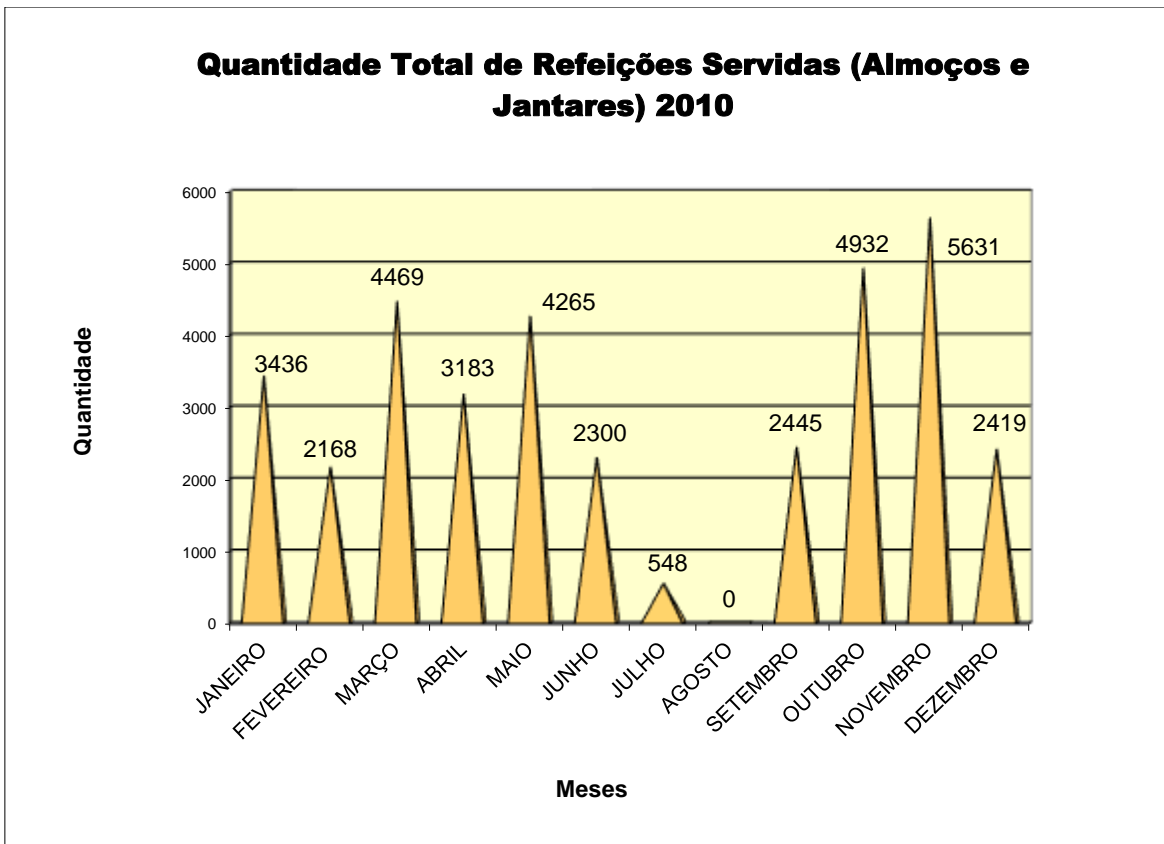
O fornecimento de refeições está adjudicado, por concurso público, a uma empresa especializada do sector.

A fim de facilitar o acesso dos estudantes estagiários à alimentação, os SASIPS celebraram acordos de cooperação com a escola Superior de Enfermagem de Lisboa e com o Hospital de Santarém de molde a permitir que os estudantes utilizem os respectivos refeitórios nas mesmas condições praticadas nos refeitórios dos SASIPS.

O apoio ao nível do serviço de refeições é aquele que tem maior peso tem na componente de despesa dos SAS.

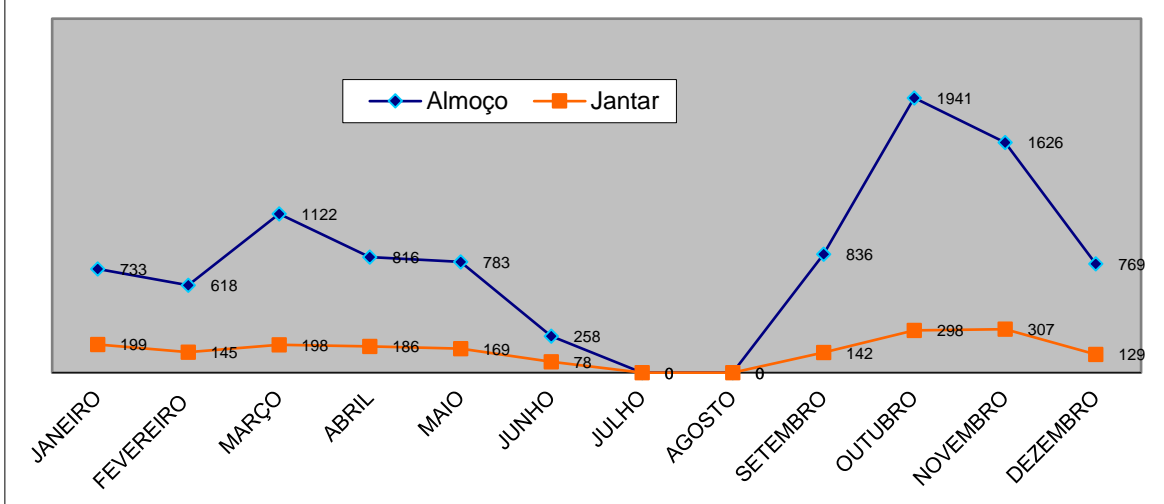


No ano de 2010, foi fornecido serviço de almoços e jantares nos refeitórios do Complexo Andaluz e de S. Pedro. No refeitório da Escola Superior de Saúde apenas foram servidos almoços. Nos gráficos abaixo expressam-se o total de almoços e jantares servidos em 2010 e a sua incidência por unidade alimentar.

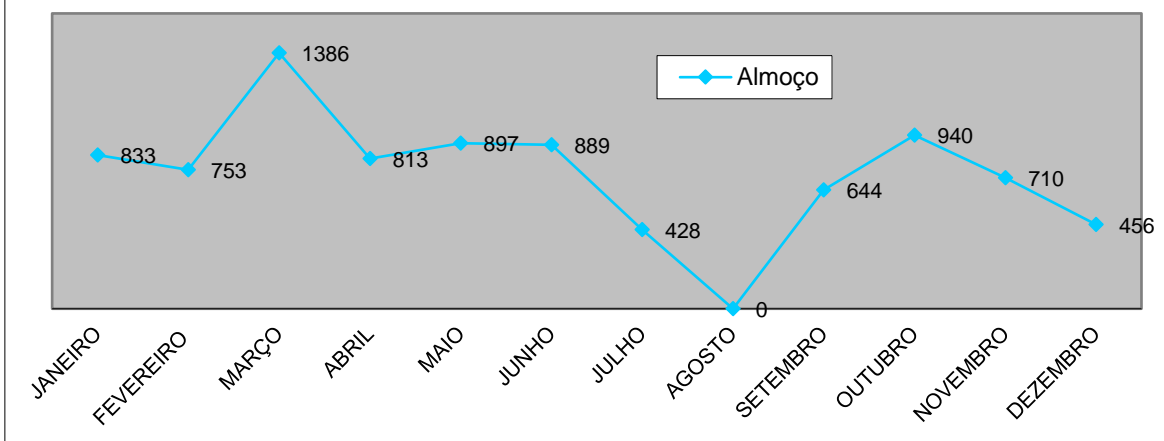




Quantidade Total de Almoços e Jantares Servidos em 2010 Refeitório S. Pedro



Quantidade Total de Almoços Servidos em 2010 Refeitório Esc Sup Saúde



Comparem-se agora o número de refeições servidas em 2010 em cada um dos refeitórios com o número de refeições servido nos mesmos refeitórios em 2009:



4.1.8.3 Alojamento

Os SASIPS têm a seu cargo três residências de estudantes, uma sita no Complexo Andaluz, com 153 camas e outra em S. Pedro (no campus da Escola Superior Agrária de Santarém) com 103 camas. A terceira residência de estudantes, denominada Pedro Álvares Cabral, situada no Centro Histórico de Santarém, tem capacidade para 25 camas.

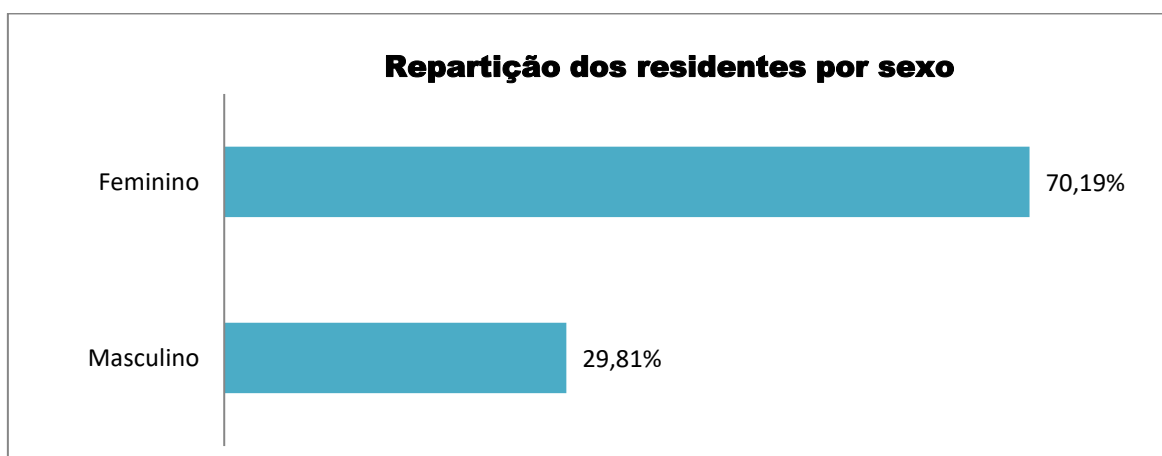
A taxa de ocupação das residências de estudantes a cargo dos SASIPS, no ano de 2010, encontra-se expressa no quadro a seguir apresentado:

TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS

Residência	Tipo de Alojamento						Ocupação	
	Individual	Duplo	Triplo	Quádruplo	Casal	Total camas	Camas	%
ANDALUZ	43	55	0	0	0	153	151	98
S. PEDRO	25	39	0	0	0	103	90	87
PEDRO ÁLVARES CABRAL	1	12	0	0	0	25	22	88
TOTAL	69	106	0	0	0	281	263	93

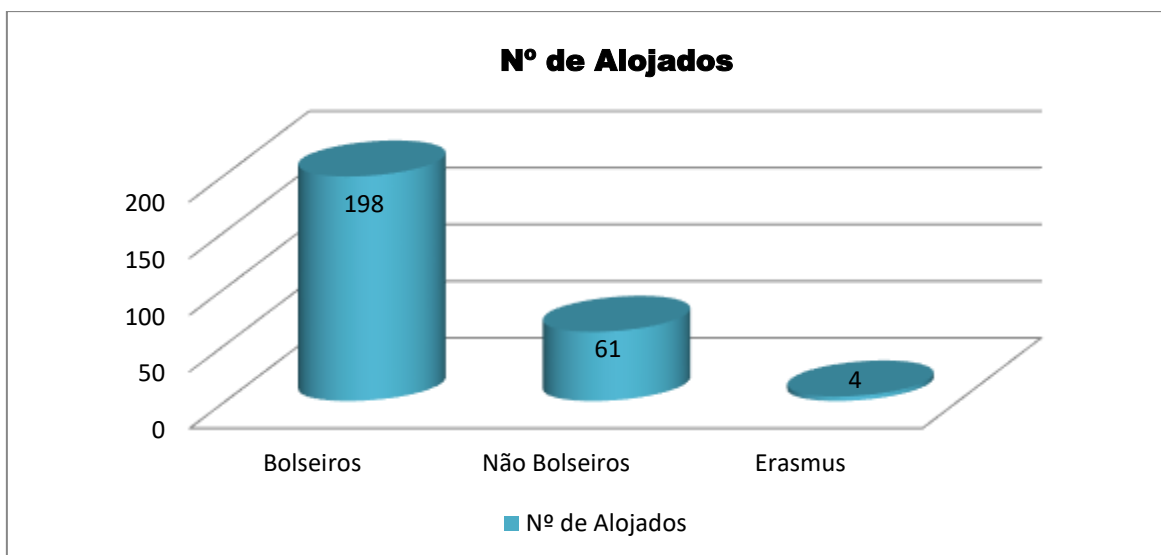
As residências de estudantes estão ocupadas plenamente durante todo o ano, à excepção do mês de Agosto em que se encontram encerradas para se proceder à manutenção dos edifícios designadamente pinturas, limpezas profundas.

Relativamente aos residentes, pode-se constatar que as residências de estudantes são ocupadas, na sua grande maioria, por pessoas do sexo feminino.





No ano lectivo 2009/2010 a taxa de ocupação dos estudantes bolseiros é bastante significativa, relativamente aos restantes estudantes alojados, como se pode verificar no mapa anexo:



No custo médio mensal do alojamento por cama em 2009/2010 não se verificou alteração relativamente ao ano anterior. Assim manteve-se em 94€, sendo o preço para os estudantes bolseiros de 63,90€.

4.1.8.4. Serviços de saúde

O Gabinete de Saúde e Acompanhamento Psico-Pedagógico (GSAPP) inclui a área de saúde e a área de acompanhamento psico-pedagógico. Na área da saúde os objectivos são: estudar e propor medidas que facilitem o acesso de estudantes a unidades de saúde; proporcionar o acesso dos estudantes a serviços de saúde e de apoio psicológico, propor formas de cooperação com o Serviço Nacional de saúde que facilitem as condições de utilização do mesmo. A área do acompanhamento psico-pedagógico tem como objectivos: apoiar os estudantes na condução do seu projecto de formação; identificar, prevenir e tratar problemas de stress e ansiedade e desenvolver estratégias para melhorar o desempenho dos estudantes.

No ano lectivo de 2009/10, o Gabinete de Acompanhamento Psico-Pedagógico registou um total de 131 sessões de trabalho. Destas, 59 consistiram em atendimentos a estudantes, 20 a docentes e 4 a não docentes.



Os SASIPS proporcionaram ainda aos estudantes condições favoráveis no acesso a cuidados de saúde através dos protocolos celebrados com o Centro de Saúde de Santarém, Centro de Saúde de Rio Maior e com o Instituto Português da Juventude. Neste âmbito foram disponibilizadas consultas de atendimento complementar e nas especialidades de Saúde e Sexualidade Juvenil, Psicologia e Nutrição.

4.1.8.5. Actividades desportivas e culturais

Nesta área foram desenvolvidas nos ginásios das Escolas Superiores Agrária, de Gestão e de Enfermagem as seguintes modalidades: Cardiofitness, Musculação, Cycling, Step, Total Conditioning, Hip Hop, Combat, Pilates e Circuit Training.

O número de utentes, incluindo elementos da comunidade local, registados nos Serviços de Acção Social não tem parado de aumentar registando-se um incremento notável em 2009/2010. Desde o início da gestão e dinamização das actividades desportivas pelos SASIPS, já se encontram 390 utentes registados. Em termos percentuais, a distribuição dos utentes é a seguinte:

	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
Estudantes	45 %	28 %	37 %	30 %
Docentes/Não Docentes	25 %	29 %	23 %	18 %
Externos	30 %	43 %	41 %	52 %

Foram também desenvolvidas, ao longo do ano, acções de promoção da actividade física e de socialização, como jogos de diversas modalidades, open day no ginásio da Agrária, passeio pedestre com orientação pela cidade de Santarém, “desafio total”, actividades de rafting, de paintball e participação na meia maratona de Lisboa.

Para além destas actividades os SASIPS asseguram a gestão, durante todo o ano lectivo, do Polidesportivo Descoberto e Campo de Ténis no Complexo Andaluz.

4.1.8.6. Infra-estruturas e equipamento

Esta área constitui uma das preocupações centrais dos SASIPS, já que as infra-estruturas para apoios sociais aos estudantes do IPS eram virtualmente inexistentes à



data da criação dos SASIPS, pelo que têm vindo a ser construídas de raiz ao longo dos anos.

O ano de 2010 destacou-se, no entanto, pelo seguinte:

- Aquisição de diverso equipamento para bares, refeitórios e ginásios;
- Realização de diversas obras de reabilitação, reparação e conservação das infra-estruturas existentes nomeadamente das residências de estudantes e refeitórios;

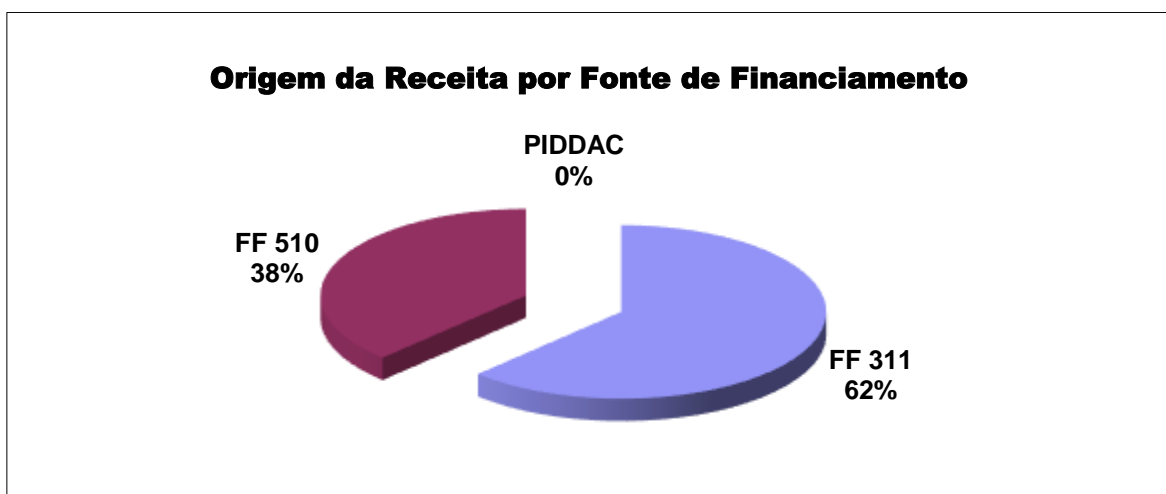
Nesta rubrica o saldo foi muito positivo, tendo-se atingido as metas programadas.

No entanto, devido a constrangimentos financeiros, verificou-se, mais uma vez, o adiamento das obras de adaptação das residências de estudantes de S. Pedro e Andaluz em conformidade com o projecto contra incêndios.

4.1.8.7. Gestão administrativa e financeira

Receita

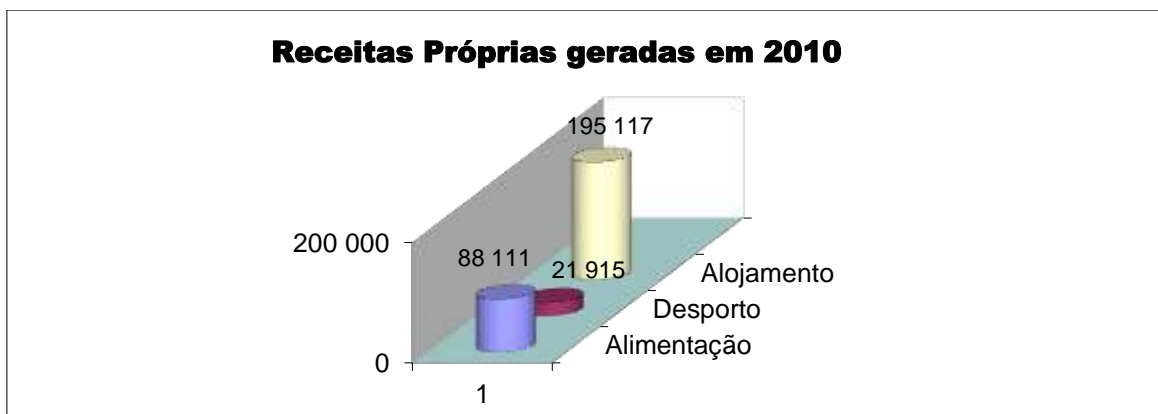
O Orçamento de Estado tem sido, ao longo dos anos, a maior fonte de financiamento ao dispor destes Serviços.



A Fonte de Financiamento 510 – Auto-financiamento abrange, tal como o próprio nome indica, as receitas próprias do serviço, designadamente as provenientes de senhas de refeição, alojamento, multas, reprografia, emolumentos, máquinas de bebidas quentes, lavandarias e inscrições nas actividades desportivas.



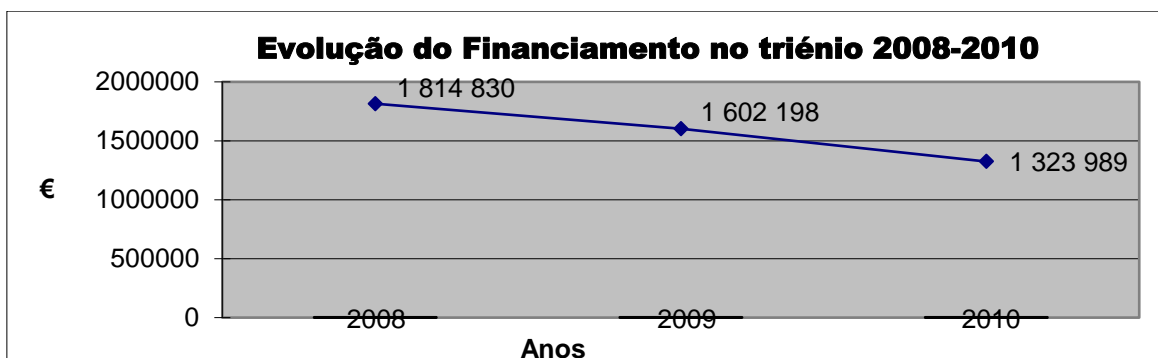
Na realidade, os SAS têm tido uma preocupação constante com a captação de receitas, que permitam um acréscimo do auto-financiamento.



Apresenta se, agora, uma análise sucinta da evolução financeira destes SAS:

Saldos da gerência anterior	2008	2009	2010
Orçamento de Estado	221.423	200.488	201.689
Receitas Próprias	372.875	192.241	193.519
PIDDAC	362.687	307.510	39.507
Sub-total	956.985	700.239	434.715
Orçamento anual final	2008	2009	2010
Orçamento de Estado	553.783	558.225	553.783
Receitas Próprias cobradas	304.062	343.734	335.491
PIDDAC	0	0	0
Sub-total	857.845	901.959	889.274
TOTAL	1.814.830	1.602.198	1.323.989

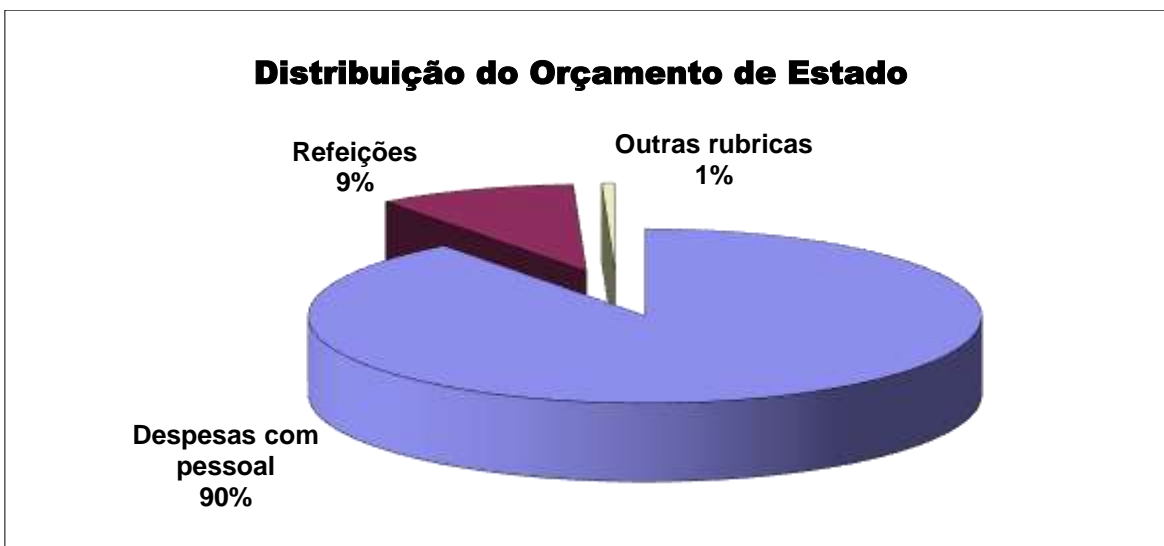
Pode, então constatar-se, que o valor do orçamento anual sofreu um decréscimo relativamente ao ano anterior.





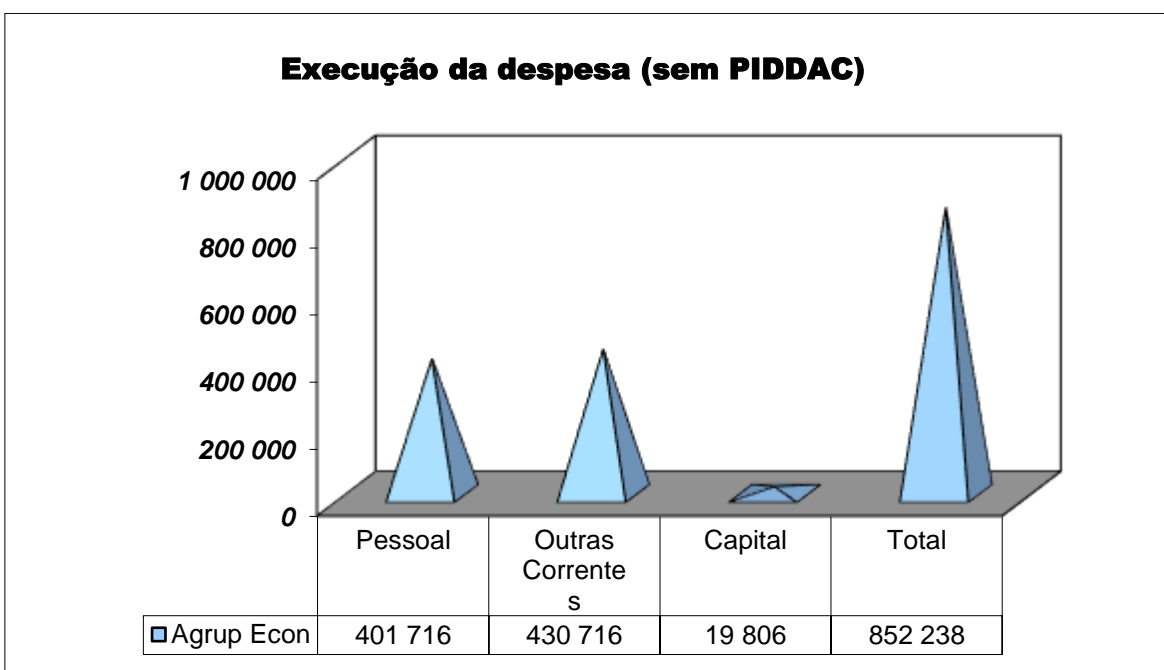
Despesa

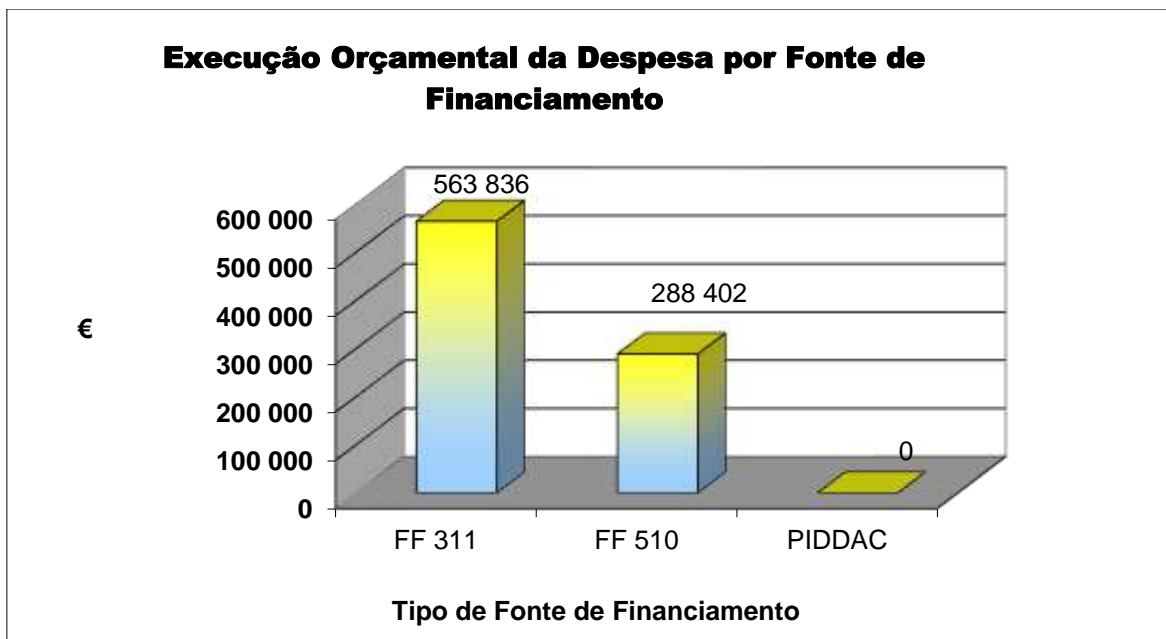
Na realidade, a maior “fatia” das transferências da Fonte de Financiamento 311 (OE) encontra-se sistematicamente afectada às Despesas com o Pessoal, como se pode verificar pelo gráfico seguinte.



Pela situação verificada na fonte de Financiamento 311 as outras despesas correntes tiveram de ser, maioritariamente, financiadas pela Fonte de Financiamento 510.

Mostremos, agora a execução orçamental da despesa.





4.1.8.8. Conclusões

Na sequência do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, os esforços dos SASIPS durante o ano de 2010 centraram-se na criação de condições materiais, técnicas e humanas para a melhoria e alargamento dos apoios prestados aos alunos do IPS.

Nesse sentido, a modernização e racionalização dos procedimentos e instrumentos de trabalho designadamente no campo da informática, assim como o esforço desenvolvido na melhoria das condições de acesso dos estudantes ao alojamento e à alimentação constituíram um factor digno de registo.

No que se refere às infra-estruturas importa destacar o grande esforço levado a efeito na substituição do equipamento obsoleto e degradado, no sentido resolver um vasto conjunto de não conformidades, tanto de nível estrutural, como de nível funcional, que foi necessário resolver urgentemente, em ordem ao cumprimento dos normativos legais, designadamente os Regulamentos (CE) nº 178/2002, nº 852/2004, nº853/2004 e nº 854/2004.

Importa realçar, mais uma vez, os aspectos negativos decorrentes da não aprovação, por parte do MCTES, do projecto de execução da Residência de Estudantes da Escola



Superior de Desporto de Rio Maior. Regista-se positivamente o bom andamento das obras de construção da Cantina na mesma Escola.

Tais situações, para além de frustrarem as expectativas criadas na respectiva comunidade escolar, têm vindo a colocar em causa a missão e prossecução dos grandes objectivos destes Serviços, nomeadamente na concessão dos apoios sociais indirectos aos estudantes da supracitada escola, originando, inclusivamente, situações de desigualdade no universo do Instituto Politécnico de Santarém.

Porém, considera-se que o ano de 2010 foi um ano positivo, não obstante as crescentes limitações orçamentais e as insuficiências em matéria de pessoal, supridas em larga medida pela dedicação da equipa dos SAS.

4.1.9. Processo de adjudicação das empreitadas do edifício de ensino da cantina da Escola Superior de Rio Maior

A aprovação do projecto e autorização da abertura dos concursos da Empreitada para a Construção do Edifício de Ensino e da Cantina da Escola Superior de Rio Maior foram autorizados por despacho da Senhora Ministra da Ciência Inovação e do Ensino Superior, datado de 8 de Março de 2005, tendo sido efectuadas as respectivas publicações no Diário da República e no Jornal Oficial das Comunidades. Os Relatórios Finais, incluindo a proposta de adjudicação foram concluídos respectivamente, em 11 de Abril de 2006 e 28 de Dezembro de 2005.

Os procedimentos foram desenvolvidos na expectativa da existência de dotação orçamental a nível do PIDDAC para o ano de 2006 e seguintes, situação que não veio a concretizar-se pelo que não foi possível adjudicar a obra.

Só em 2009 foram afectas no PIDDAC e nos Fundos Comunitários QREN-POVT as verbas necessárias para a concretização da adjudicação das empreitadas no âmbito dos concursos efectuados em 2005. A existência de financiamento permitiu que, por delegação, os contratos fossem adjudicados por despacho da Senhora Presidente deste Instituto, datado de 24 de Março de 2009, respectivamente, ao consórcio José Coutinho, SA. / EDIFER, SA, a empreitada do Edifício de Ensino no valor global de 5 986 461,74€ (IVA incluído), com um prazo de 540 dias. A empreitada do edifício da Cantina foi por



despacho da Presidente do IPS, datado de 9 de Janeiro de 2009, adjudicada à firma QUINAGRE, Construções SA no montante global de 1 122 249,90 € (IVA incluído) pelo prazo de 365 dias.

A execução física e financeira da obra do edifício de ensino decorreu entre 2009 e 2010. Esta execução, tal como se poderá observar, no quadro Nº 7 do anexo relativo à execução orçamental, ascendeu ao montante de 3 639 837,43 €, sendo que a parte relativa a 2010 foi de 2 742 313,56 €.

Quanto à empreitada da cantina, a mesma teve uma correspondente despesa efectiva de 732569,62 Euros, dos quais 658240,40 Euros são correspondentes à despesa efectuada já em 2010.

4.1.10. Biblioteca

A Unidade Biblioteca é uma unidade de gestão do Instituto Politécnico de Santarém, criada pelos seus Estatutos, aprovados pelo Despacho Normativo nº 56/08, de 23 de Outubro, publicado no Diário da República nº214, 2ª série, de 4 de Novembro.

Esta unidade surgiu da necessidade de se estabelecer uma estrutura integrada e centralizada de coordenação e de apoio técnico às Bibliotecas do IPSantarém de forma a incrementar o desenvolvimento necessário, neste domínio. Tem como missão o apoio à actividade académica e o objectivo de gerir e coordenar o acervo bibliográfico do Instituto, bem como os serviços prestados aos seus utilizadores.

A Direcção desta Unidade tomou posse em Fevereiro de 2010. No início da sua actividade foram realizadas reuniões com todas as direcções das Escolas Superiores e respectivos coordenadores das bibliotecas para fazer o diagnóstico de funcionamento de cada uma das Escolas.

Para o desenvolvimento da actividade da Unidade Biblioteca foram definidos os seguintes eixos de acção:

1. Institucionalização da Unidade

Foi criado um gabinete da Unidade Biblioteca nos Serviços Centrais, após tomada de



posse da direcção. De forma a iniciar a institucionalização da Unidade desenvolveu-se a designação de UB-IPSantarém. Posteriormente procedeu-se à elaboração do estudo para a criação do *website* da Unidade. Este estudo teve início com a pesquisa de vários *sites* de Unidades semelhantes, nos diversos Institutos Politécnicos e Universidades nacionais, passando-se depois à elaboração do mapa do *site*. Este mapa foi entregue ao responsável pela criação da página do Instituto Politécnico de Santarém, encontrando-se numa fase de desenvolvimento.

Para uniformizar os serviços pertencentes a esta Unidade, e para regulamentar o funcionamento da mesma, procedeu-se à elaboração do Regulamento Interno da Unidade Biblioteca do Instituto Politécnico de Santarém e das Bibliotecas integradas, com o apoio do Gabinete Jurídico do IPSantarém, de forma a cumprir o estipulado nos Estatutos. Este regulamento encontra-se na fase final com vista à aprovação do Presidente do Instituto.

2. Repositório Institucional do Instituto Politécnico de Santarém (RCIPS)

Em Fevereiro de 2010, o Instituto Politécnico de Santarém recebeu um *Call* para candidatura à implementação de um repositório institucional através do serviço SARI (Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais), a integrar no RCAAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal), projecto gerido pela FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional).

A candidatura efectuou-se em Março de 2010, a mesma foi aceite em conjunto com a da Universidade da Madeira, a da Universidade de Lisboa, a do Centro Hospitalar do Porto e a da Universidade Católica. Durante este mês foram feitas reuniões de trabalho, através de videoconferência, entre a equipa do Repositório do IPSantarém e a equipa do RCAAP, para definição do *layout* e outros elementos técnicos relativos à administração do RCIPS.

Em Abril e Maio de 2010 passou-se à construção do portal do RCIPS (<http://repositorio.ipsantarem.pt/> | repositorio@ipsantarem.pt), à parametrização do RCIPS (definição de comunidades e colecções de documentos), à definição da política de depósito do repositório (administradores, gestores e depositantes) e à elaboração dos documentos necessários à cedência de direitos de autor e ao depósito no RCIPS, assim como o seu regulamento geral, integrando a política mandatória de depósito e o auto-arquivo. (documento para aprovação).



Em Junho de 2010 iniciou-se a experimentação do RCIPS e início do processo de depósito de documentos. Foram feitas apresentações do RCIPS, em conjunto com a Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém (UIIPS), em todas as Escolas Superiores do IPSantarém, apresentando-se este como uma ferramenta indispensável a qualquer instituição de Ensino Superior e de investigação promovendo os seus autores e o trabalho dos mesmos. O RCIPS funciona ainda como um instrumento de gestão de avaliação das instituições.

Em Setembro de 2010, o IPSantarém acolheu a reunião nacional dos repositórios integrados no RCAAP, reunião de trabalho onde foram apresentadas linhas de acção para 2011.

Em Outubro de 2010 o IPSantarém aderiu à semana internacional “*Open Access Week*”, que decorreu entre 18 e 24 de Outubro, promovida pela SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition - <http://www.arl.org/sparc/>), na qual o Instituto Politécnico de Santarém mereceu destaque pela sua iniciativa “The largest, most successful International Open Access Week yet has just come to a close. With just under 900 participants in 94 countries, this year’s event was no less than three times larger than it was just a year ago. (...) In Portugal, the Polytechnic Institute of Santarém held a portion of their Open Access Week program in Second Life.” (ver notícia completa em anexo ou em <http://www.arl.org/sparc/media/10-1026.shtml>). Nesta semana todas as bibliotecas das Escolas Superiores do IPSantarém colaboraram com a realização de *workshops* sobre *Open Access* e Auto-Arquivo no RCIPS, assim como exposições temáticas sobre acesso livre ao conhecimento, RCAAP e RCIPS. Foram distribuídos diversos produtos elaborados pela Unidade Biblioteca de forma a promover o Repositório (marcadores de livros, *posters*, crachás e desdobráveis/*flyers*) e informação enviada aos órgãos de comunicação social.

No dia 21 de Outubro realizou-se a Conferência Geral sobre o *Open Access* que assinalou a institucionalização do Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém.

Como forma de visibilidade foi feito um trabalho de divulgação do RCIPS e do IPSantarém, em estruturas nacionais e internacionais, integrando os seguintes recursos:

- Assinatura da Declaração de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades <http://oa.mpg.de/lang/en-uk/berlin-prozess/signatoren/>



- ROAR (Registry of Open Access Repositories) <http://roar.eprints.org/>
- OpenDOAR (The directory of Open Access Repositories) <http://www.opendoar.org/>
- RCAAP - <http://www.rcaap.pt/>
- Directório Luso-Brasileiro - <http://directorio.rcaap.pt/>
- B-On - <http://www.b-on.pt/>
- Acesso Livre - <http://www.acessolivre.pt/semana/>

3. Uniformização do acesso aos serviços de informação nas Bibliotecas do IPSantarém

O maior objectivo deste eixo de acção é a aquisição de um sistema integrado de gestão de bibliotecas para que exista uma pesquisa integrada a toda a comunidade IPSantarém, bem como a optimização e parametrização de serviços e recursos prestados pelas bibliotecas que compõem esta Unidade. Neste sentido, foram contactadas várias empresas que comercializam este tipo de *software*, para demonstração e apresentação de orçamentos. Em conjunto com o CIIPS e a Caixa Geral de Depósitos deu-se início ao sistema de gestão integrada de público, para que, através do cartão de estudante, se consiga aceder aos vários serviços prestados em todas as bibliotecas do IPSantarém. Este item ficou para estudo e análise devido às restrições orçamentais impostas.

4. Apoio à biblioteca da ESDRM

Procedeu-se à recolha de informação e documentação para o novo espaço, nomeadamente o sistema de gestão integrada, o mobiliário, apoio técnico, sistemas anti-furto e outros equipamentos necessários ao seu funcionamento.

5. Formação

No domínio da formação realizaram-se diversas actividades, nomeadamente *workshops* de promoção e divulgação do RCIPS e *Open Access*, assim como de outros produtos associados à pesquisa *online*. Esta formação foi direccionada a docentes, não docentes e estudantes das várias Escolas do IPSantarém.

Houve, igualmente, formação direccionada para os responsáveis pelas Bibliotecas integradas na UB-IPSantarém, enquanto gestores e depositantes do RCIPS. Pontualmente foram feitas sessões solicitadas pelo corpo docente, integradas em unidades curriculares, quer de 1ºciclo quer de mestrado, a nível da utilização de fontes de pesquisa *online*.



Estas sessões foram elaboradas pelos vários responsáveis das várias Bibliotecas integradas na UB-IPSantarém, assim como pela sua Directora.

Neste momento encontra-se em fase de elaboração um CET na área da Informação e Documentação em conjunto com a Unidade de Formação Pós-Secundária e Profissional. A UB-IPSantarém integra neste momento o Projecto de *e-Learning* do Instituto Politécnico de Santarém, sobretudo ao nível da participação neste âmbito assim, como de e-Tutoria, na plataforma *e-Learning* e.raízes.redes.

6. B-On

A UB-IPSantarém coordena, neste Instituto, o projecto da Biblioteca do Conhecimento *Online* (B-On), gerida pela FCCN. No ano de 2010 foram promovidas duas formações pela equipa da B-On, no Instituto Politécnico de Santarém (29 e 30 de Abril), tendo como objectivo dar a conhecer as novas potencialidades do recurso assim como a utilização do *Endnote Web* (gestor de referências bibliográficas) integrado na B-On. No dia 29 de Abril a formação foi direccionada para a equipa das bibliotecas e no dia 30 de Abril para a comunidade do IPSantarém, no geral.

Todas as Bibliotecas integradas na UB-IPSantarém desenvolveram actividades de promoção deste recurso através de *workshops*, sessões em contexto sala de aula, publicitação nas páginas das Escolas Superiores e distribuição de folhetos informativos.

A utilização deste recurso, por parte da comunidade do IPSantarém, tem sido crescente ao longo dos anos, sendo que, em 2009, obtiveram-se 8705 *downloads*, o que é significativo para o conjunto da comunidade académica.

Ao longo de 2010 fez-se um esforço de utilização do recurso através da rede VPN, de forma a proporcionar aos utilizadores melhores condições de acesso.

7. Apoio a actividades no âmbito da gestão documental

De forma a organizar os espaços de arquivo existente nos Serviços Centrais deste Instituto Politécnico, procedeu-se à eliminação de alguma documentação. Contactou-se a Direcção Geral de Arquivo, enquanto parceira, para a elaboração do Regulamento de Arquivo e da Tabela de Eliminação de Documentos. Esta parceria encontra-se em fase de desenvolvimento.

Iniciou-se o planeamento de acções, nomeadamente com a elaboração da grelha de



diagnóstico e o cronograma de reestruturação. Ainda dentro deste âmbito procedeu-se à sensibilização para a utilização de sistemas de gestão documental em *workflow*, em conjunto com o CIIPS.

Neste momento este projecto encontra-se numa fase de selecção de documentos, por áreas.

4.1.11. Apoio a actividades culturais e desportivas e ao Movimento Estudantil

4.1.11.1. Projecto Museu da Agrária

Por iniciativa do Sr. Presidente do Instituto Politécnico de Santarém e em conjunto com a Associação “Os amigos da Escola Agrária”, procurou-se desenvolver um projecto denominado “Museu da Agrária” ou “Ensino Agrário”. Neste sentido foram realizadas reuniões de trabalho e visitas ao espólio, por parte da Directora da UB-IPSantarém e da Coordenadora da Biblioteca da Escola Superior Agrária, Eng^a Ana Teresa Jorge, tendo sido elaborado um relatório diagnóstico sobre a situação e apresentadas propostas para o arranque do projecto. Este projecto continua em fase de decisão para concretização, por parte da Presidência deste Instituto.

4.1.11.2. Participação no programa das comemorações do Centenário da República

A UB-IPSantarém participou, em representação do Instituto Politécnico de Santarém, nas Comemorações do Centenário da República, promovidas pelo Círculo Cultural Scalabitano, tendo o Sr. Presidente do IPSantarém integrado a Comissão de Honra.

Das actividades desenvolvidas destaca-se a organização da Biblioteca Guilherme de Azevedo e a divulgação no *site* do IPSantarém do programa das comemorações.



4.1.11.3. Apoio a Tunas e Associações de Estudantes

Entidade	Ação	Montante
Associação de Estudantes da ESAS	Patrocínio da Semana Académica	1000Euros
Associação de Estudantes da ESSSS	Patrocínio da Semana Académica	1000Euros
Associação de Estudantes da ESES	Patrocínio da Semana Académica	1000Euros
Tuna da ESES	Apoio ao funcionamento	300Euros
Associação de Estudantes da ESDRM	Patrocínio da Semana Académica	1000Euros
Associação de Estudantes da ESGTS	Patrocínio da Semana Académica	1000Euros
Associação de Estudantes da ESGTS	Gravação de CD	927 Euros

4.2. Melhoria da qualificação do pessoal docente e não docente

4.2.1. Protec – Programa de apoio à formação avançada dos docentes do Ensino Superior Politécnico

Ao longo de 2010, com o objectivo de proceder à valorização e qualificação do respectivo pessoal docente, o IPS utilizou no limite das suas possibilidades, o principal instrumento institucional existente ao seu dispor: O Programa de Apoio à Formação Avançada dos Docentes do Ensino Superior Politécnico, habitualmente designado PROTEC.

Considerando que o ano civil se reparte pela existência de 2 anos lectivos, (neste caso 2009/2010 e 2010/2011), temos que, em conjunto, o Instituto Politécnico de Santarém, inscreveu em PROTEC, 49 docentes, sendo que se registou entretanto a conclusão de um doutoramento e se observou a desistência de um candidato, pelo que, tem inscritos em PROTEC 47 docentes.

É de referir que dos 49 docentes que foram inscritos, 24 fizeram-no na primeira edição do Programa e 25 fizeram-no na segunda. Ou seja, respectivamente 49% e 51%.

No que respeita à distribuição dos docentes em PROTEC por escola, diga-se que 6 (12,2%) pertencem à ESAS; igual número à ESDRM; 13 pertencem à ESES (26,5%) e 24 (48,9%) à ESGTS.



Edição	Nome	Escola
1ª	Rosa Maria Gomes Marques Santos Coelho	ESAS 6 (12,2%)
2ª	António Pedro Andrade Vicente	
2ª	José Manuel Oliveira Carvalho	
2ª	Maria Adelaide Mota de Oliveira	
2ª	Maria Gabriela de Oliveira L. Basto de Lima	
2ª	Maria Margarida C. F. Correia de Oliveira	
1ª	Luís Filipe Cid Serra	ESDRM 6 (12,2%)
2ª	Elsa Regina Monteiro Vieira	
2ª	João Miguel Raimundo Peres Moutão	
2ª	Teresa Paula Domingues da Cunha Bento	
2ª	Vera Alexandra da Costa Simões	
2ª	Vitor Manuel Alves Milheiro	
1ª	Ana Luísa Mateus Oliveira Chanca Torres	
1ª	Cristina Maria Junceiro Novo Santos Canez	
1ª	Elisabete Fernandes Linhares	
1ª	Helena Maria Ferreira Moreno Luís	
1ª	Maria Clara Rodrigues Silva de Brito	
1ª	Nelson José Mestrinho Lopes	
2ª	Ana Cristina da Silva Rodrigues Gomes	ESES 13 (26,5%)
2ª	Ana Cristina de Castro Loureiro	
2ª	Francisco Paulo Vieira da Silva	
2ª	Leonor de Lemos Fernandes Dias Teixeira	
2ª	Luísa Maria da Silva Delgado	
2ª	Maria Clara Marques dos Santos Martins	
2	Maria Teresa de Almeida Maia e Carmo	
1ª	Ana Cristina Silva Gomes	ESGTS 23 (47%)
1ª	Ana Teresa Silva Veiga Duarte	
1ª	Artur Manuel Sancho Marques	
1ª	Carla Isabel Russo Vivas	
1ª	Filipe Montez Coelho Madeira	
1ª	Herlânder Tomas Gomes Ferreira	
1ª	João Paulo Correia Teodósio	
1ª	Maria Filipa S. Ferreira Lima Miranda Nogueira	
1ª	Maria Goreti Jesus Dâmaso	
1ª	Nuno Francisco Mendes Santos Jorge	
1ª	Paulo José Araújo dos Santos	
1ª	Pedro Miguel Domingos Duarte de Oliveira	
1ª	Ricardo Miguel Vieira de São João	
1ª	Sandra Margarida Bernardes de Oliveira	



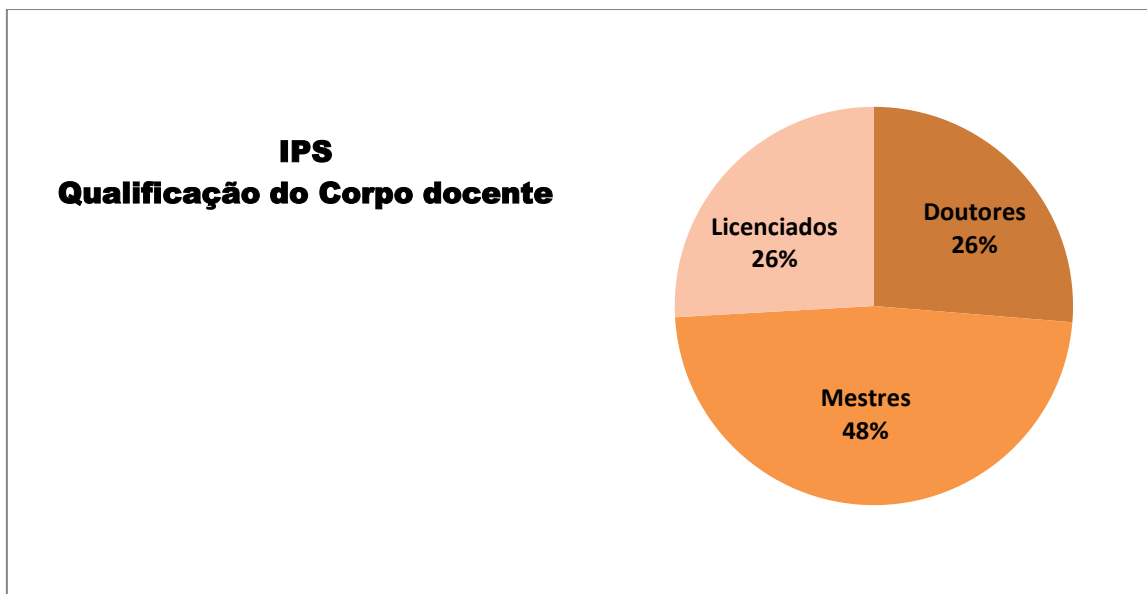
1ª	Susana Cristina Henriques Leal	
2ª	Agostinho Aires Pereira	
2ª	José Carlos de Almeida Maurício Nunes	
2ª	Luís Cláudio dos Santos Barradas	
2ª	Maria Manuel Manteigueiro V. Vairinho	
1ª	Maria Regina do Céu Furtado Ferreira	
2ª	Hélia Maria da Silva Dias	
2ª	Isabel Maria Rodrigues R. Barroso da Silva	
2ª	Maria do Carmo da Silva Figueiredo Pereira	
2ª	Maria Irene Mendes Pedro	ESSS 1 (2%)
	Total	49 (100%)

**QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE
(DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL)**

Escola	Doutores			Mestres			Licenciados			Total
	Número Absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número Absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	Número Absoluto	% Total da Escola	% Total do Instituto	
ESAS	17	32,1%	23,6%	28	52,8%	21,4%	8	15,1%	11,3%	53
ESES	27	44,3%	37,5%	25	41%	19,1%	9	14,8%	12,7%	61
ESGTS	10	15,9%	13,9%	38	60,3%	29%	15	23,8%	21,1%	63
ESDRM	14	22,6%	19,4%	27	43,5%	20,6%	21	33,9%	29,6%	62
ESSS	4	11,4%	5,6%	13	37,1%	9,9%	18	51,4%	25,4%	35
Total	72	-	100%	131	-	100%	71	-	100%	274

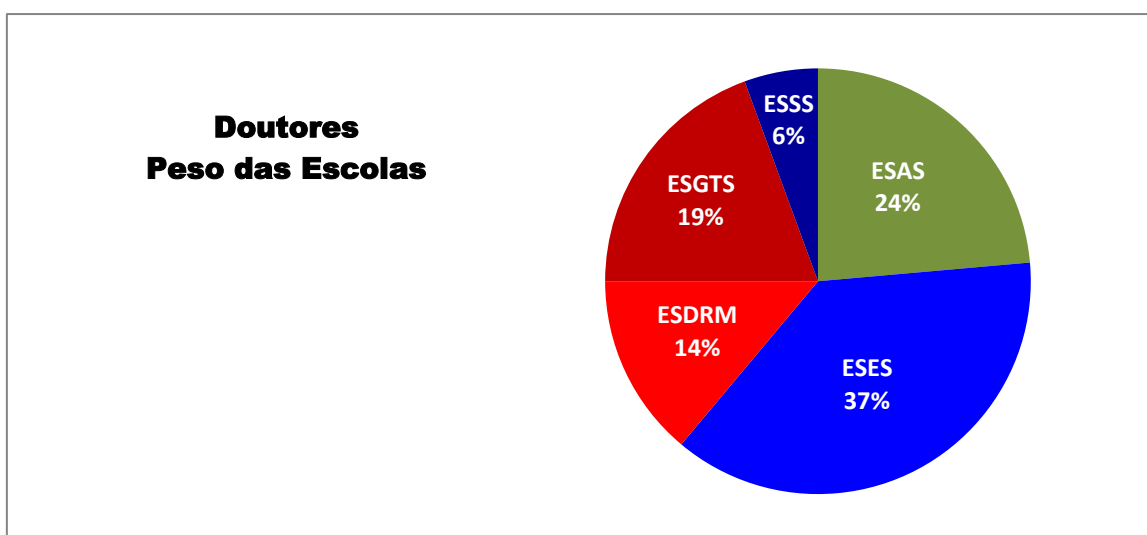
Em relação à qualificação actual do corpo docente do Instituto, dir-se-á que em 31 de Dezembro de 2010, do universo do pessoal docente a exercer funções em tempo integral, 72 possuíam o grau de Doutor, 131 o grau de Mestre e 71 o grau de Licenciatura. Deste modo, significa que 26,2% do corpo docente a tempo integral são Doutores, 47,8% Mestres e 25,9% são licenciados.

Quer isto dizer que se se tiver em consideração o elevado número de docentes inscritos no Protec, poder-se-á afirmar que a curto prazo mais de 40% deste universo estará qualificada ao nível do doutoramento.

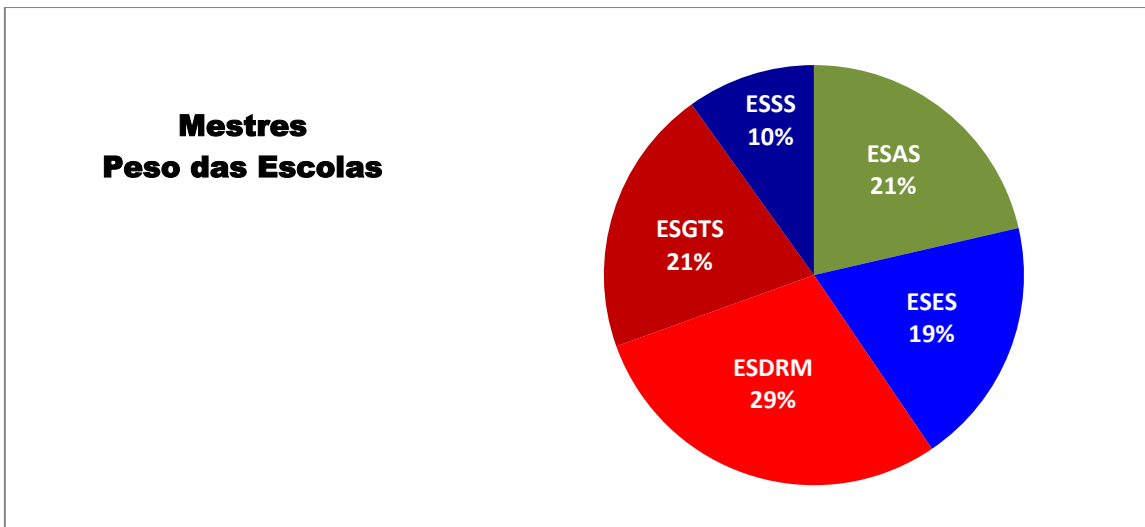


Quando os dados se revelam desagregados por unidade orgânica, constata-se que nesta altura mais de 1/3 dos docentes em tempo integral habilitados com o doutoramento são oriundos da ESES e 23,6% da ESAS. Ou seja mais de metade dos doutorados (61,1%) do Instituto pertencem a estas duas Escolas.

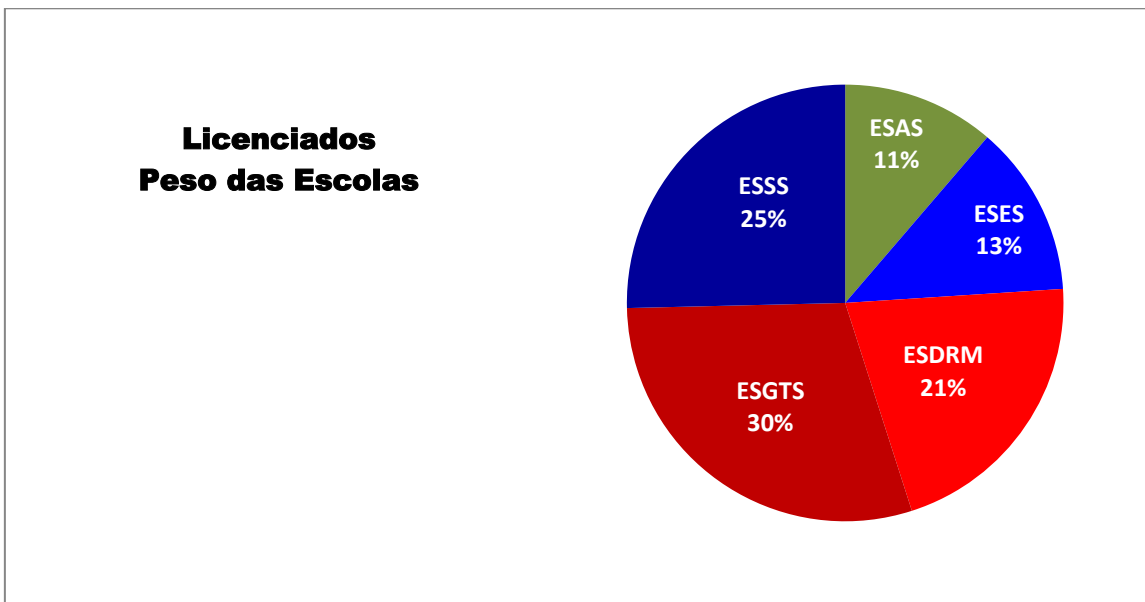
A ESDRM apresenta 19,4% dos doutorados, a ESGTS, 13,9% e a ESSS apenas 5,6%.



Relativamente aos docentes habilitados com o grau de mestre, observa-se que a Escola com maior peso é a ESGTS (29%), no que é seguida pela ESAS e pela ESDRM. A Escola do Instituto com um menor peso de mestres é a ESSS.



Por contraste, mais de 50% dos docentes a tempo integral, com grau de licenciatura pertencem à ESDRM e à ESSS. A ESGTS contribui com 21,1% e, quer à ESA, quer à ESES têm pouco mais de 10% do docentes do Instituto habilitados com o grau de licenciado.

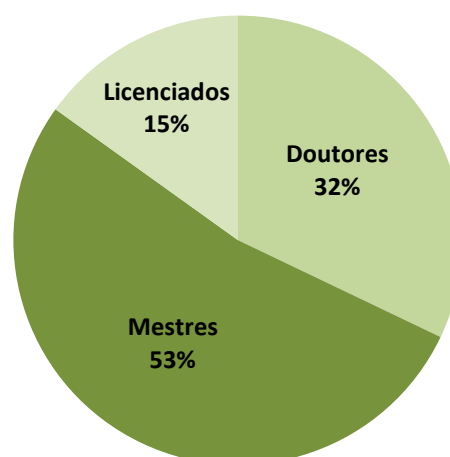


Quanto à composição do corpo docente existente em cada uma das unidades orgânicas, notamos que apenas na ESSS é que o corpo docente a tempo integral não é constituído maioritariamente por Doutores e Mestres. Nas demais escolas do Instituto observa-se essa característica, sendo que na ESE, esse peso atinge 85,3% do corpo docente, na ESAS, 84,9%, na ESGTS 74,2% e na ESDRM 66,1%.

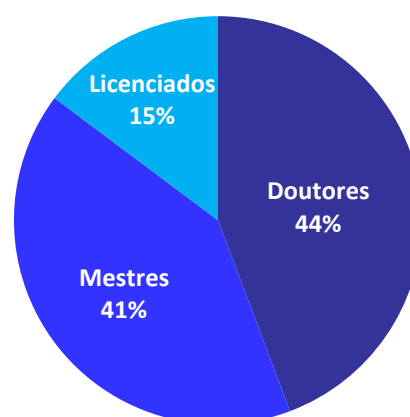


A escola que apresenta um maior peso de doutores no seu corpo docente é a ESSE (44%), seguindo-se-lhe a ESAS (32,1%), a ESDRM (22,6%); a ESGTS (15,9%) e finalmente a ESSS onde 11,4% do respectivo corpo docente em tempo integral possui um doutoramento.

**Composição do
Corpo Docente da ESAS**

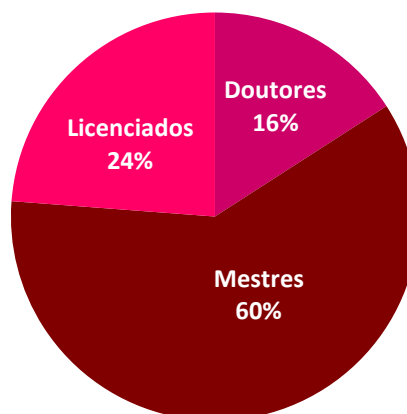


**Composição do
Corpo Docente da ESSE**

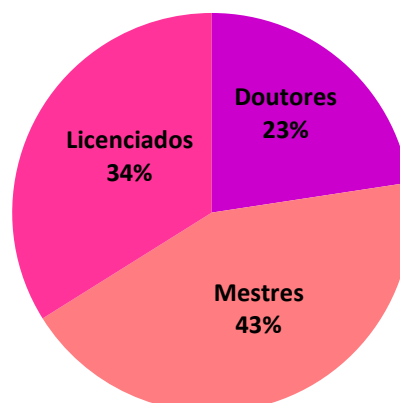




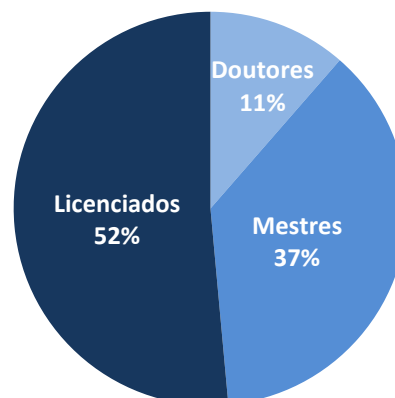
**Composição do
Corpo Docente da ESGTS**



**Composição do
Corpo Docente da ESDRM**



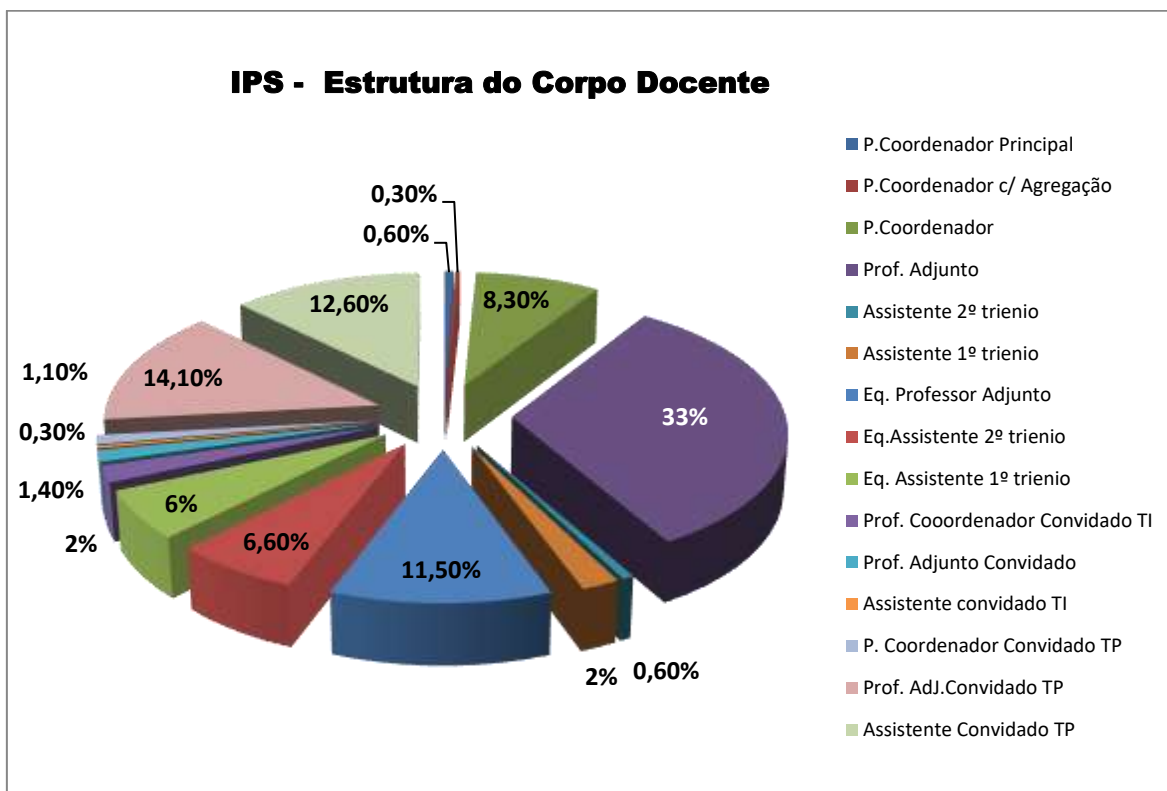
**Composição do
Corpo Docente da ESSS**





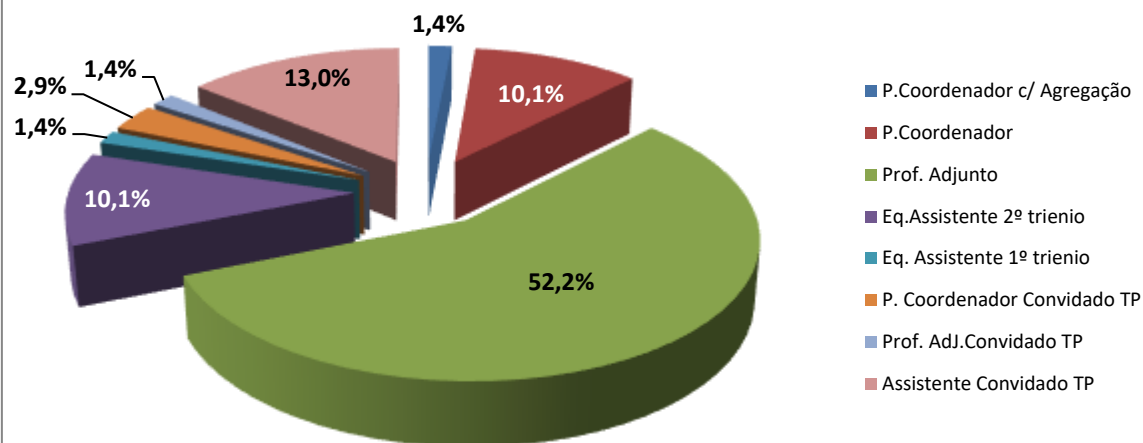
Nesta conformidade, a distribuição do total ETI e não-ETI do pessoal docente, por categorias, é a seguinte:

Categorias/Pessoal docente	ESES	ESAS	ESDRM	ESGTS	ESSS	TOTAL
Professor Coord. Principal	1		1			2
Prof. Coordenador c/agregação		1				1
Prof. Coordenador s/agregação	5	7	5	5	7	29
Professor Adjunto	17	36	14	25	21	113
Assistente 2º Triénio				2		2
Assistente 1º Triénio			2		5	7
Eq. Professor Adjunto	7		14	19		40
Eq.Assistente 2º Triénio	9	7		7		23
Eq.Assistente 1º Triénio	14	1	6			21
Prof. Coordenador Convidado TI	6				1	7
Prof. Adjunto Convidado TI		2		1	2	5
Assistente Convidado TI	1					1
Prof. Coordenador Convidado TP		1		2	1	4
Prof. Adjunto Convidado TP	2	5	13	6	23	49
Assistente Convidado TP	10	9	12	11	2	44
TOTAL	72	69	67	78	62	348

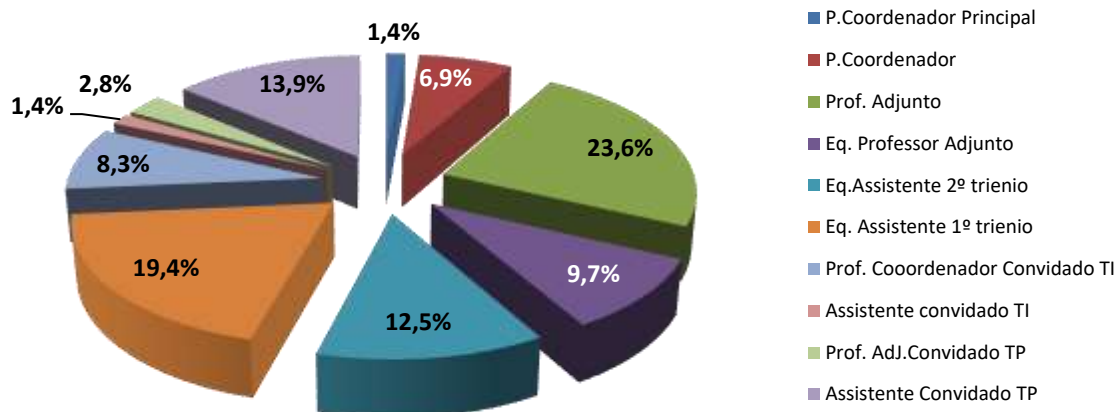




ESAS - Estrutura do Corpo Docente

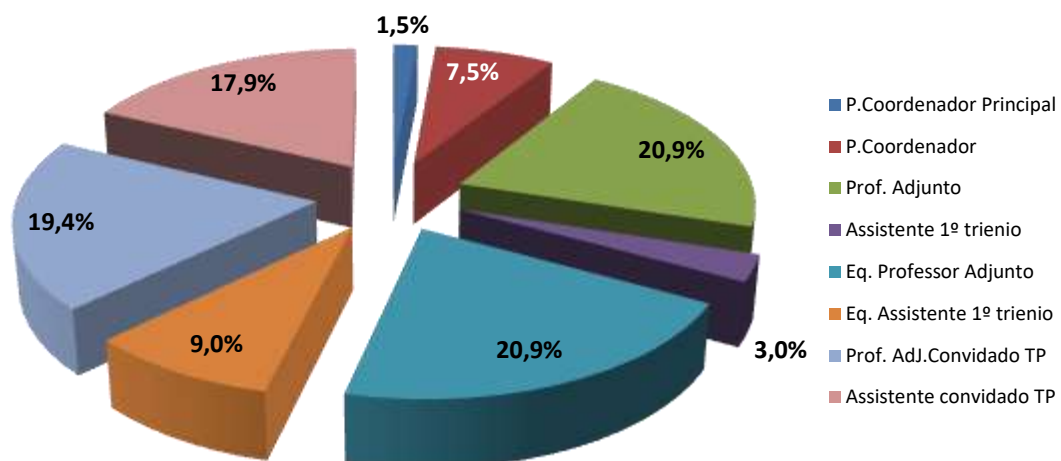


ESES - Estrutura do Corpo Docente

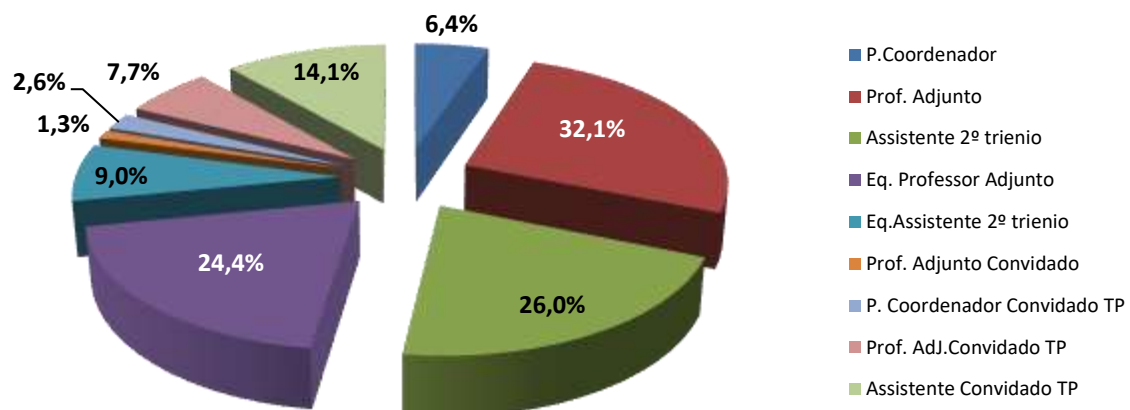




ESDRM - Estrutura do Corpo Docente

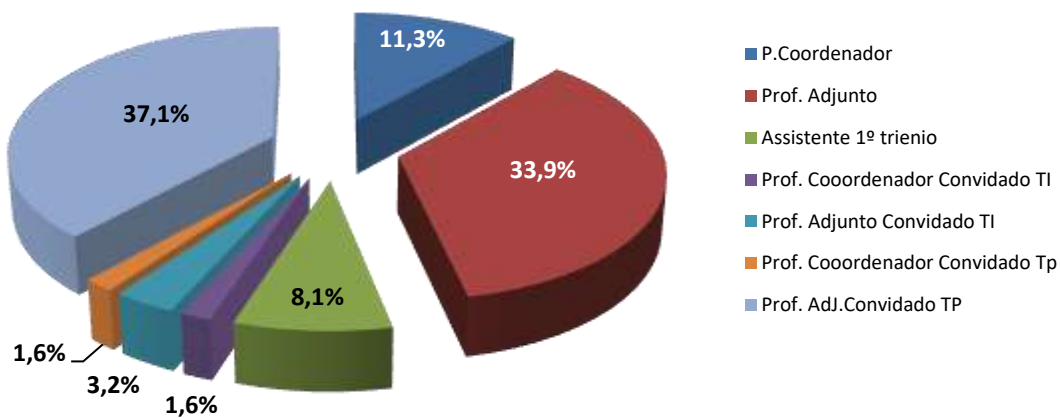


ESGTS - Estrutura do Corpo Docente

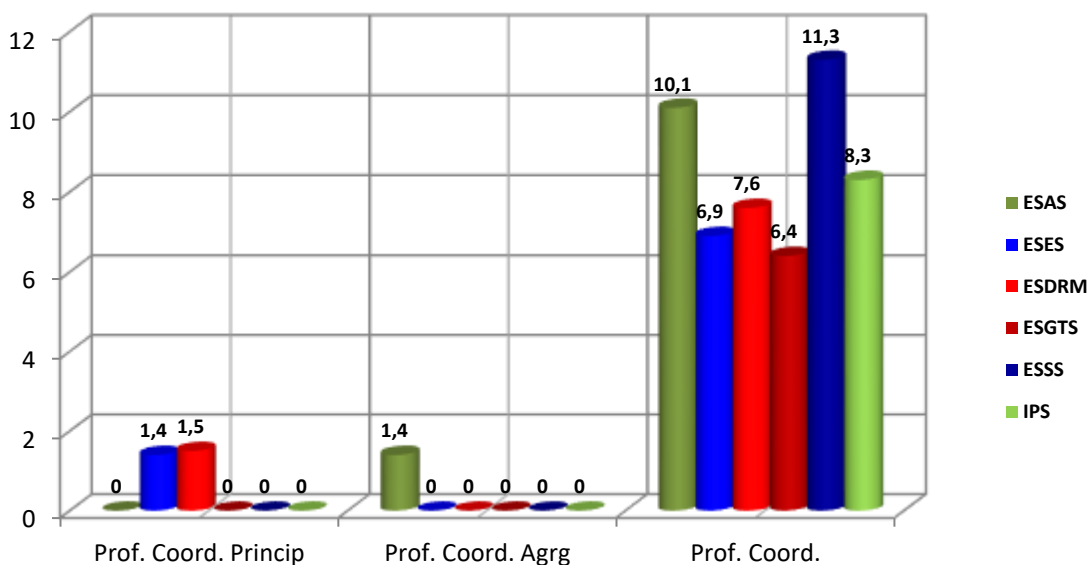


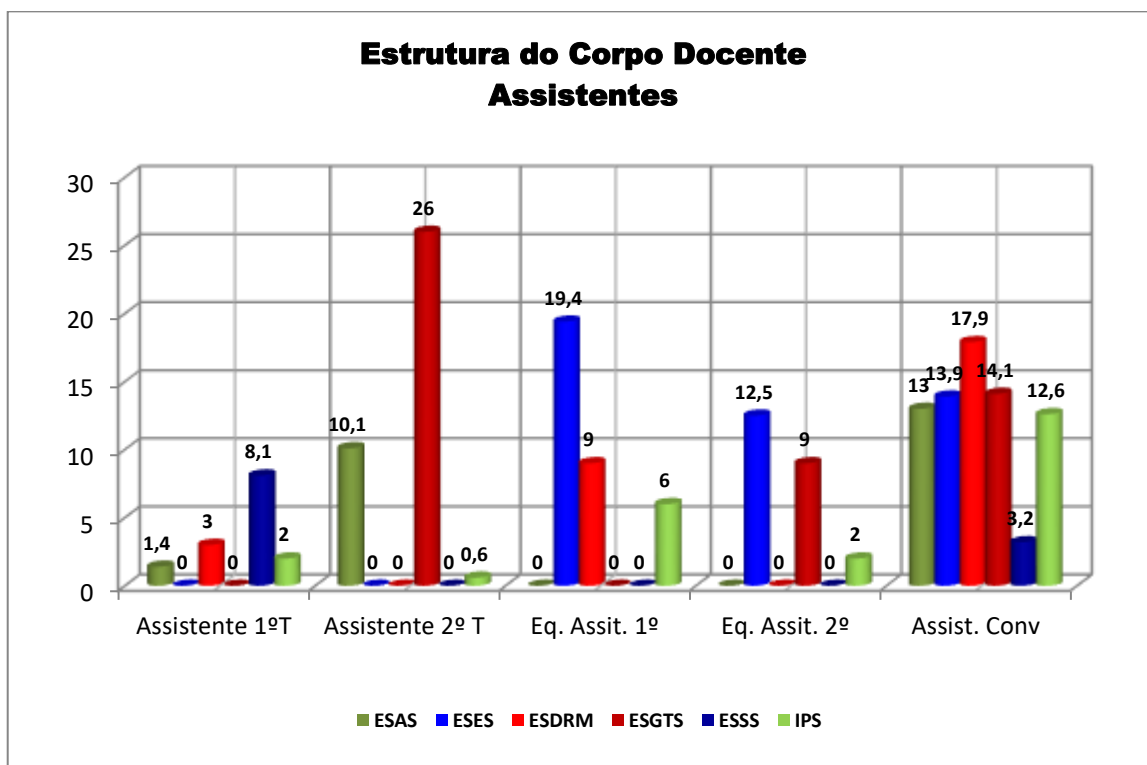
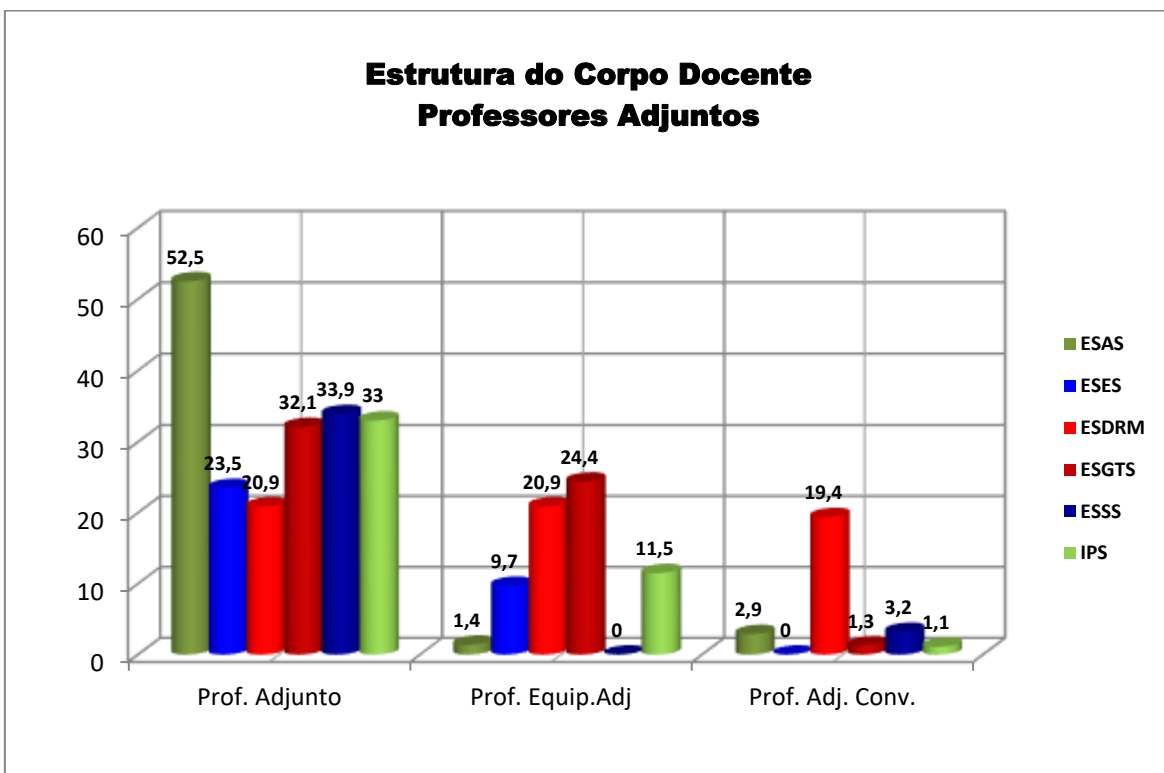


ESSS - Estrutura do Corpo Docente



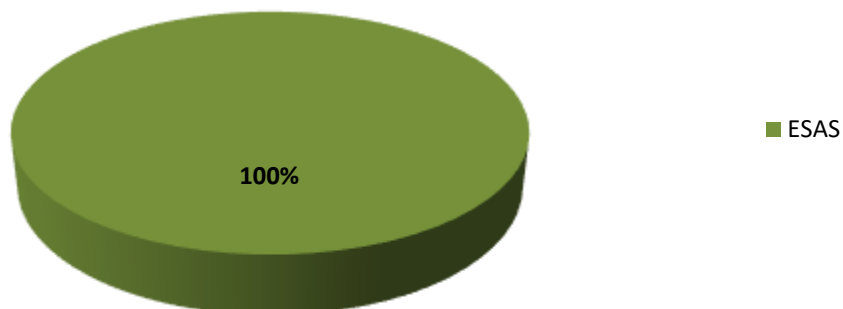
Estrutura do Corpo Docente Professores Coordenadores



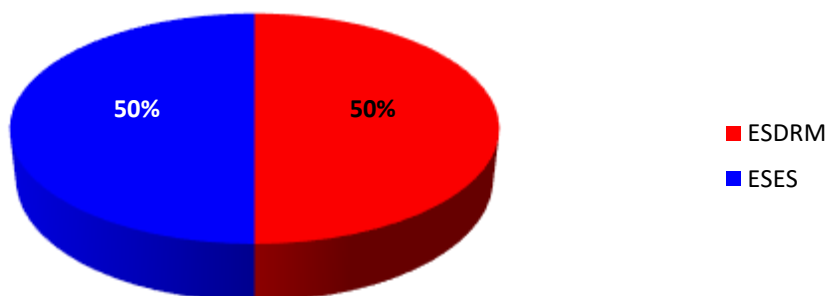




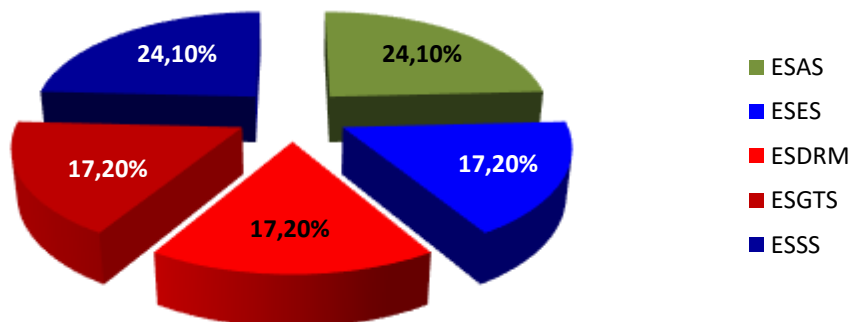
**Distribuição do Pessoal docente
Professor coordenador C/ Agregação**



**Distribuição do Pessoal Docente
Professor Coordenador Principal**

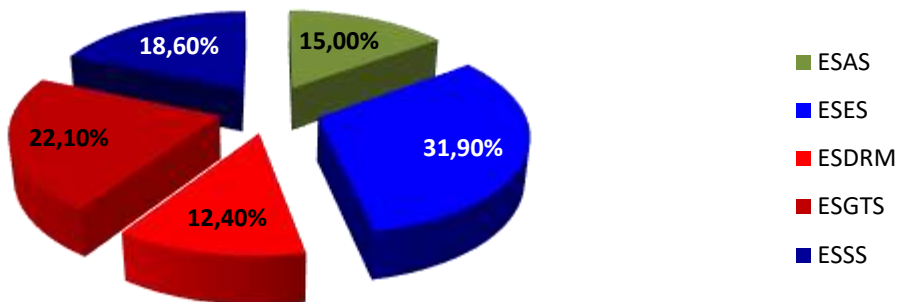


**Distribuição do Pessoal Docente
Professor Coordenador**

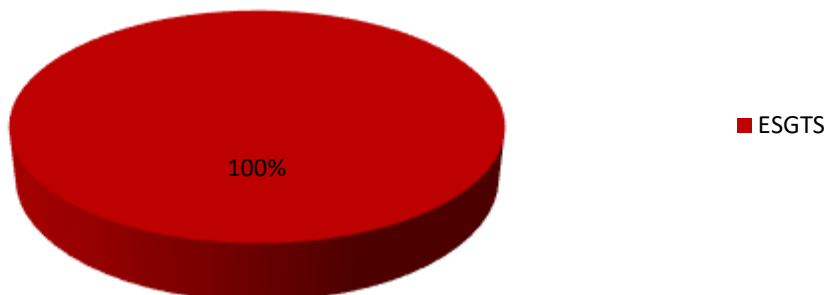




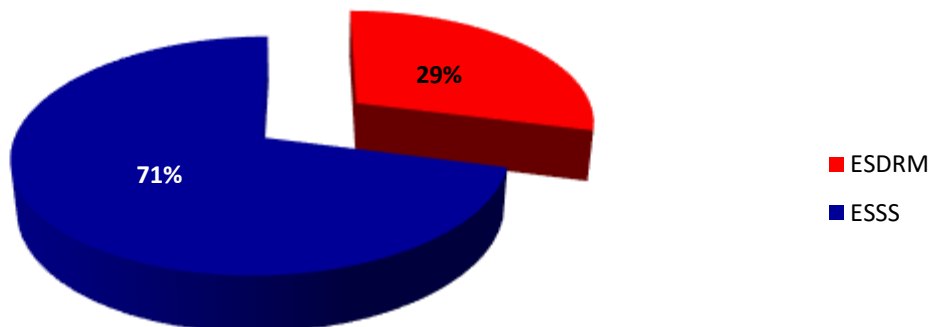
Distribuição do Pessoal Docente Professor Adjunto



Distribuição do Pessoal docente Assistente do 2º Triénio

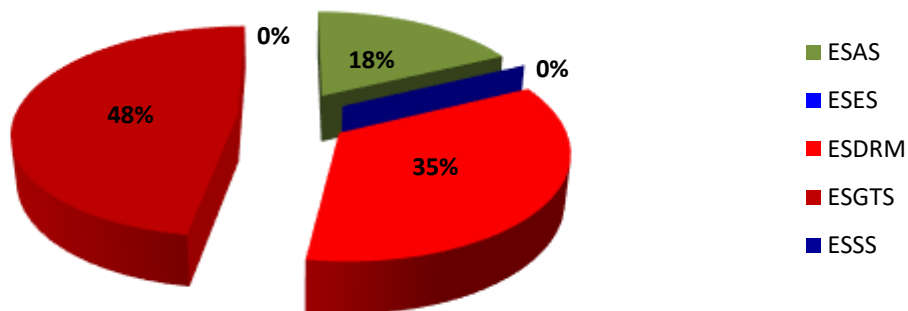


Distribuição do Pessoal docente Assistente do 1º Triénio

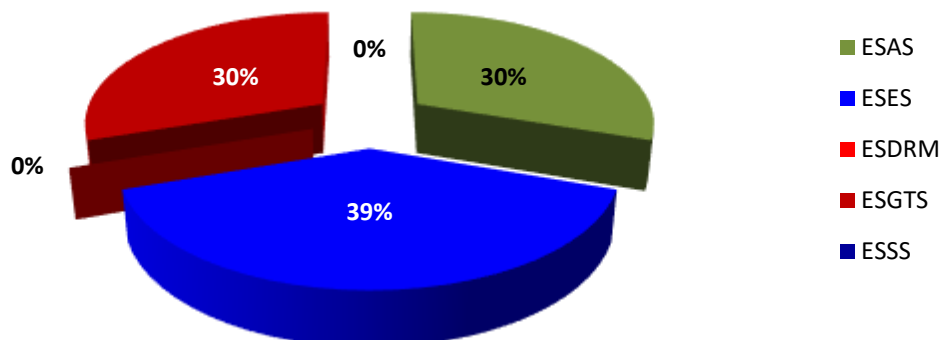




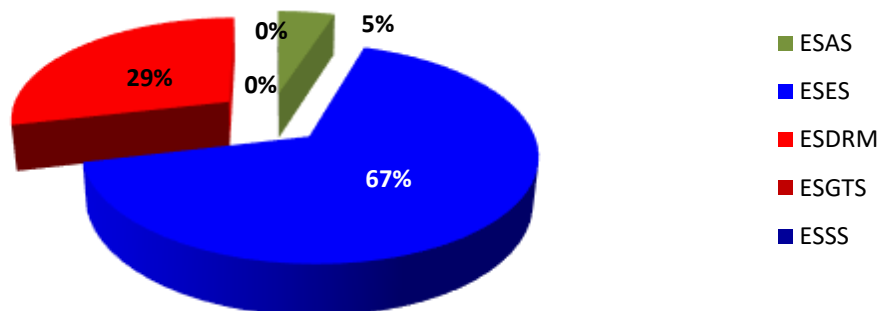
Distribuição do Pessoal docente Equiparado a Prof. Adjunto



Distribuição do Pessoal docente Equiparado a Assistente do 2º Triénio



Distribuição do Pessoal docente Equiparado a Assistente do 1º Triénio





4.2.2. Concursos para atribuição do título de especialista

O Artigo 48.º da Lei 62/2007 (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) determina que no âmbito do ensino politécnico seja conferido o título de especialista, o qual comprova a qualidade e a especial relevância do currículo profissional numa dada área científica para o exercício de funções docentes no ensino superior politécnico.

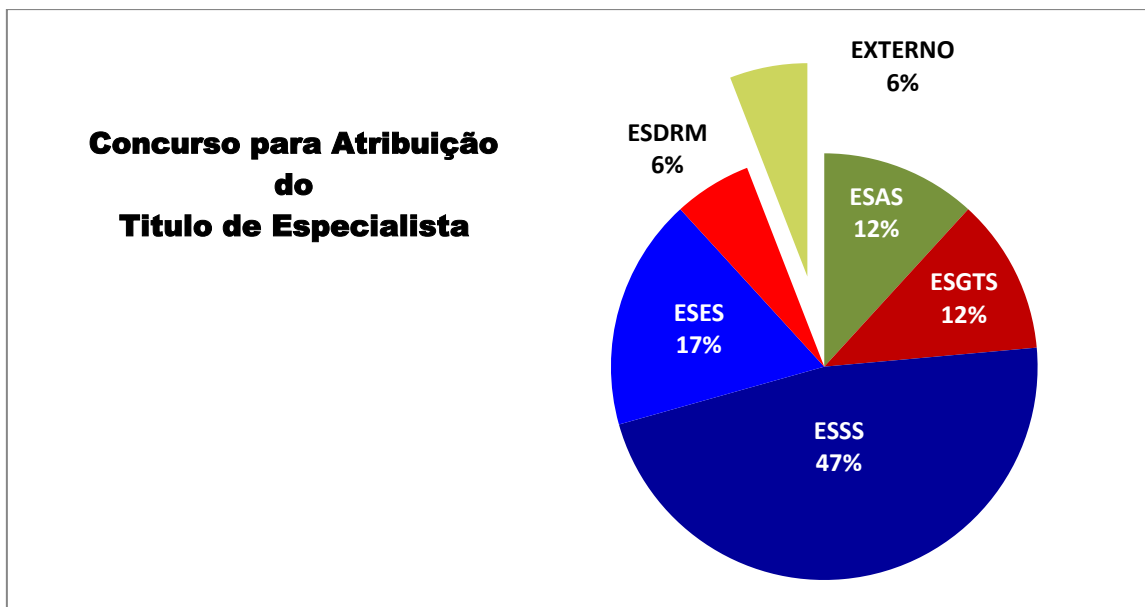
Posteriormente, o Decreto-lei Nº206/2009 de 31 de Agosto vem definir os procedimentos necessários para a realização das provas para atribuição do referido título.

Requerente	Data do Requerimento	Unidade Orgânica	Área do Título	Estado
Dário Elias Oliveira Rodrigues	30 de Junho	ESGTS	Marketing	Em curso
José Mira de Villas-Boas Potes	12 de Julho	ESAS	Agro Silvo Pastorícia	Concluído - Aprovado
Alcinda Costa Reis	30 de Julho	ESSS	Enfermagem	Em curso
João Manuel Oliveira Alves	30 de Julho	ESSS	Enfermagem	Em curso
Maria Olímpia Cruz Fonseca	30 de Julho	ESSS	Enfermagem	Em curso
Maria de Fátima Saragoila	30 de Julho	ESSS	Enfermagem	Em curso
Maria Teresa Maia e Carmo	30 de Julho	ESES	Audiovisuais e Produção Multi-Média	Concluído - Aprovado
Jean Louis Francois Campiche	6 de Agosto	ESES	Belas – Artes (Escultura)	Concluído - Aprovado
Carlos Pedro de Oliveira Trindade	16 de Setembro	ESAS	Economia Agrária	Em curso
Isilda Maria Duarte Ferreira	17 de Setembro	ESSS	Enfermagem	Em curso
Maria da Costa Santa Clara Barbas	19 de Setembro	ESES	Educação e Comunicação Multimédia	Concluído - Aprovado
Marcolino José Pedreiro	19 de Setembro	ESGTS	Direito Fiscal	Em curso
José Ferreira Curado	23 de Setembro	ESDRM	Desporto - Formação de treinadores	Concluído - Aprovado
Mário João Ribeiro da Silva	10 de Novembro	ESSS	Enfermagem	Em curso
Catarina Isabel Bernardes Fonseca	12 de Novembro	Externa	Psicologia Clínica	Em curso
Maria de La Salette Nunes Ferreira	22 de Novembro	ESSS	Enfermagem	Em curso
Helena Maria Aparício Carvalho	16 de Dezembro	ESSS	Enfermagem	Em curso

De acordo com aquele diploma, ao longo do ano de 2010 requereram a realização de provas 17 indivíduos, dos quais 5 estão concluídos (com aprovação) e 12 encontram-se em curso.



Dos requerentes do título de especialista, 2 são docentes da ESGTS; 2 da ESAS; 3 da ESES; 8 da ESSS; 1 da ESDRM e 1 candidato não pertence a qualquer unidade orgânica do Instituto.



4.2.3. Concursos para admissão e progressão na carreira

Dando cumprimento ao desígnio da valorização e da progressão na carreira, foram abertos ou encontram-se a decorrer no seio do Instituto Politécnico de Santarém, ao longo do ano de 2010, os seguintes concursos com provas públicas, documentais ou de avaliação curricular.

CONCURSOS COM PROVAS PÚBLICAS

Nome Candidato	Categoria anterior	Categoria de Abertura de Concurso	Unidade Orgânica	Observações
Nuno Martins	Secretário	Secretário	Escola Superior de Saúde	Concluído

CONCURSOS COM PROVAS DOCUMENTAIS

Nome Candidato	Categoria anterior	Categoria de Abertura de Concurso	Unidade Orgânica	Observações
Ramiro Marques	Prof. Coordenador	Prof. Coord. Principal	ESES	Concluído



José Rodrigues	Prof. Coordenador	Prof. Coord. Principal	ESDRM	Concluído
Jorge Justino	Prof. Coordenador	Prof. Coord. Principal	ESAS	Concluído
		Prof. Coordenador	ESAS	A decorrer
		Prof. Coordenador	ESDRM	A decorrer
		Prof. Adjunto	ESES	A decorrer
		Prof. Adjunto	ESES	A decorrer
		Prof. Adjunto	ESES	A decorrer

CONCURSOS COM PROVAS DE CONHECIMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR E PSICOLÓGICA

Nome Candidato	Categoria anterior	Categoria de Abertura de Concurso	Unidade Orgânica	Observações
Vítor Alexandre	Chefe de Divisão	Director de serviços	Serviços Centrais	Concluído
Silvia Matias	Técnico Superior	Chefe de Divisão	Serviços Centrais	Concluído
Miguel Silva	Técnico Superior	Técnico Superior	Serviços Centrais	Concluído
José Cruz	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Dina Nunes	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Maria do Céu Matos	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Dária Gavela	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Antonieta Mouta	Assistente Técnico	Técnico Superior	ESGTS	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Cátia Reis	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Susana Marques	Assistente Técnico	Técnico Superior	ESDRM	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Mónica Henriques	Assistente Técnico	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
Alberto Nunes	Esp. Informática	Técnico Superior	Serviços Centrais	Aberto em 2009 e Concluído 2010
		Técnico Superior	ESAS	A decorrer
		Técnico Superior	ESAS	A decorrer
		Assistente Técnico	ESAS	A decorrer
			ESAS	A decorrer
Amélia Frazão	Assistente Técnico	Assistente Técnico	ESDRM	Aberto em 2010 e Concluído 2011
Vânia Santos	Assistente Técnico	Assistente Técnico	ESDRM	Aberto em 2010 e Concluído 2011
Florbela Frazão	Assistente Técnico	Assistente Técnico	ESDRM	Aberto em 2010 e Concluído 2011
		Assistente Técnico	ESES	A decorrer
		Assistente Técnico	ESES	A decorrer



4.2.4. Qualificação do pessoal não docente

Nome do Funcionário	Ação	Data
Susana Nunes	“Como Elaborar Regulamentos e Estatutos na Administração Pública”	3 a 7 de Maio de 2010
Maurício Dias	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Paulo Batalha	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Luís Filipe	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Filipe Miguel	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Alberto Nunes	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Luís Martins	“Formação SIGARRA – base de dados e instalação de módulos”	3, 4 e 5 de Maio de 2010
Dina Rocha	“Formação Pedagógica de Formadores”	
14 Formandos	“Formação Pedagógica de Formadores”	
José Cruz	“TERP10 SAP ERP – Integration of business”	26 de Julho a 6 de Agosto de 2010
12 Formandos	“TERP10 SAP ERP – Integration of business”	26 de Julho a 6 de Agosto de 2010
Célia Vieira	“Regime do Contrato de Trabalho em funções públicas”	11 a 15 de Outubro de 2010

Dando continuidade à política de formação e qualificação do pessoal não docente pertencente aos serviços centrais do Instituto, no ano objecto do presente relatório, de acordo com a tabela acima, foram beneficiários de acções de formação custeadas pelo Instituto 34 funcionários, os quais frequentaram as acções de formação também acima descritas. As mesmas tiveram um custo total que ascendeu a 22801 Euros.

4.3. Apoio ao desenvolvimento regional

4.3.1. Celebração de protocolos

Entidade	Data de Assinatura	Âmbito
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	14 Dezembro 2010	Ensino e Investigação
Associação Indiveri Colucci	14 Dezembro 2010	Ensino e Investigação
Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos, Secção Regional do Sul	7 Dezembro 2010	Formação
Comité Olímpico de Portugal	7 Dezembro 2010	Cooperação Geral
Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	3 Dezembro de 2010	Ensino e Investigação
Escola Internacional de Línguas	10 Novembro 2010	Formação



Inalentejo – Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo	19 Outubro 2010	Desenvolvimento Regional
Universidade de Oviedo - Natural Queijos	14 Outubro 2010 1 Outubro 2010	Ensino e Investigação Investigação e Desenvolvimento
Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria	27 Setembro 2010	Assessoria Técnica
Centro Hospitalar Médio Tejo	9 Setembro 2010	Assessoria Técnica
Universidade de S. Paulo	13 Setembro 2010	Ensino e Investigação
Universidade Federal da Uberlândia	13 Setembro 2010	Ensino e Investigação
Câmara Municipal da Chamusca	30 Julho 2010	Desenvolvimento Regional
Panicongelados – Massas Congeladas, SA	21 Junho de 2010	Assessoria Técnica
Technische Universität München	8 Junho de 2010	Ensino e Investigação
Isla Lisboa	26 Maio 2010	Ensino e Investigação
Vinirosa-comércio de bebidas e representações, lda.,	4 Maio 2010	Cooperação Geral
Universidade do Minho	16 Março 2010	Ensino e Investigação
Hospital Distrital de Santarém	9 Março 2010	Cooperação Geral
Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal	8 Março 2010	Ensino e Investigação
Junta de Freguesia do Pó	8 Março 2010	Cooperação Geral
Hospital Reynaldo dos Santos	1 Março 2010	Cooperação Geral
Escola Profissional de Rio Maior	18 Fevereiro 2010	Ensino e Investigação
Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal	28 Janeiro 2010	Cooperação Geral
Agrupamento Vertical Fernando Casimiro Pereira da Silva	28 Janeiro 2010	Cooperação Geral
Ess. Sup. Enf. Porto	25 Janeiro 2010	Ensino e Investigação
Instituto Politécnico de Viseu	5 Janeiro 2009	Ensino e Investigação
Universidade Aberta	4 Janeiro 2010	Ensino e Investigação
Instituto da Droga e da Toxicod dependência	4 Janeiro 2010	Cooperação Geral

4.3.2. Projecto “A Cultura Avieira a Património Nacional”

“A candidatura designada “Projecto Âncora 10 - A Cultura Avieira a Património Nacional - Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva” foi apresentada pelo Instituto Politécnico de Santarém e tem como principais objectivos:

- Assegurar os fluxos de informação para a gestão entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) e os membros do consórcio;
- Apoiar os consortes na elaboração e apresentação dos seus projectos de investimento;
- Acompanhar e assegurar a boa execução física e financeira dos projectos.



De acordo com a documentação remetida confirma-se o cumprimento de todos os requisitos formais relativos às condições de admissão e aceitação dos beneficiários e da operação, previstas nos Artigos 12.º e 13º do Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão, e Artigos 6.º e 7.º do Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional, bem como das condições previstas no Convite Público a que a operação se candidata.

“Pelo acima exposto considera-se que a candidatura cumpre as condições de admissão e aceitação do beneficiário bem como as condições de admissão e aceitação da operação.” Este foi o parecer técnico que permitiu a decisão de aprovação da candidatura do Projecto Âncora 10 - A Cultura Avieira a Património Nacional - Gestão, Coordenação e Execução da Estratégia de Eficiência Colectiva, em 07 de Setembro de 2010, pelo Presidente da Comissão Directiva do INALENTEJO, João de Deus Cabral Cordovil, depois de ter aprovado a pré-candidatura deste mesmo projecto a 22 de Junho de 2010.

O projecto dos Avieiros aprovado como estratégia de eficiência colectiva visa criar condições para o desenvolvimento regional sustentado, tendo por ideia integradora o rio Tejo e como pontos fortes de acção o conjunto de projectos de natureza material e imaterial apresentados. O modelo de desenvolvimento apresentado e aprovado assenta na cooperação inter-institucional de um conjunto de 39 entidades e só será possível concretizá-lo se forem criadas as condições para que cada um dos consortes realize com sucesso o seu próprio projecto. Esta proposta é fundamental para assegurar o desenvolvimento de um território vasto, de baixa densidade populacional e deprimido em algumas das suas áreas.

Na estratégia de desenvolvimento regional aceite estão considerados, entre outros, projectos diferenciados mas interligados e complementares nomeadamente na hotelaria, restauração, transportes fluviais e terrestres, investigação científica e técnica, musealização, formação profissional e cívica e sinalização do Tejo. Uma tão diversificada proposta de oferta de investimentos em áreas tão diversas, coloca o sério problema de saber compatibilizar diferentes sensibilidades e hábitos de trabalho e de acção. O consórcio é por isso obrigado a criar a sua própria capacidade para compatibilizar formas diferentes sensibilidades e atitudes na abordagem do risco de investimento. A acção de liderança é por isso imprescindível para promover e implementar a estratégia do consórcio, apoiada numa clara co-responsabilização dos seus membros. Neste aspecto particular, a candidatura apresentada visa fundamentalmente a criação de hábitos e de práticas de trabalho em rede, para otimizar a alocação das diversas competências em



presença e fomentar a criatividade dos membros do consórcio, criando um efeito de demonstração favorável à consolidação da parceria público-privada que constitui a base de toda a acção e que esteve na origem da criação do consórcio.

Assim, neste projecto, a liderança do Instituto Politécnico de Santarém, consiste em promover - uma sólida proposta de capacitação institucional.

Para a concretização deste ambicioso projecto, foram levadas a cabo diversas actividades concretas. Designadamente:

- Foram produzidas newsletters, num total de 37 folhas informativas e 19 folhas informativas especiais, publicadas e enviadas para uma base de dados de contactos de pessoas, instituições e meios de comunicação, com cerca de 1.000 entradas.
- Participação em eventos, como entidade organizadora:
 - 13 de Março: I Fórum Escolar da Cultura Avieira.
 - 07 a 09 de Maio: I Congresso Nacional da Cultura Avieira, com o alto patrocínio da Presidência da República.
 - 12 de Novembro: I Workshop do DNA da Cultura Avieira, com a colaboração da Ideas(R)evolution.
- Participação em eventos, como expositor.
 - 13 a 17 de Janeiro: Bolsa de Turismo de Lisboa.
 - 03 a 07 de Fevereiro: Lisboa Sport Show.
 - 12 a 14 de Março: I Encontro Terra Lazer/Ribatejo, em Vila Franca de Xira.
 - 12 de Março: Jogos Nacionais de Matemática.
 - 03 a 05 de Abril: Festas de Constância.
 - 05 a 13 de Junho: 47ª Feira Nacional de Agricultura / 57ª Feira do Ribatejo.
 - 03 de Julho: Sabor&Arte, Instituto Superior de Novas Profissões, em Lisboa.
 - 13 a 15 de Agosto: Festas do Tejo, no Escaroupim.
- Notícias na imprensa escrita:
 - De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de Janeiro de 2010, foram divulgados na comunicação social regional e nacional 25 anúncios publicitários, que referiam explicitamente a candidatura deste projecto e/ou o Instituto Politécnico de Santarém, como líder do projecto, em jornais como 'Público'



(1), 'O Ribatejo' (7), 'Correio do Ribatejo' (9), 'O Mirante' (3), 'Vida Ribatejana' (3), 'Região de Leiria' (1) e 'O Almeirinese' (1).

- **Protocolos celebrados:**

A 19 de Setembro, foi celebrado um contrato de financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007.2013, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (numa iniciativa QREN, em presença do co-financiamento comunitário e do Programa Operacional INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007.2013). O objecto do contrato assenta no co-financiamento pelo FEDER de uma comparticipação financeira para aplicação na operação.

Em complemento a este contrato, foi celebrado um acordo de co-financiamento, entre o Instituto Politécnico de Santarém e as Câmaras Municipais de Alpiarça, Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Salvaterra de Magos e Santarém. O objecto do referido acordo é o co-financiamento dos custos de financiamento do projecto de capacitação institucional instituído no âmbito da Estratégia de Eficiência Colectiva pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

A 27 de Setembro foi celebrado um protocolo de cooperação com o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, que fomenta a promoção da cooperação na assessoria técnica e científica por parte dos docentes, o desenvolvimento de projectos nos campos da gestão, produção e programação culturais e das novas tecnologias.

- **Execução de Relatórios:**

Durante o passado ano foram apresentados à Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional do Alentejo, autoridade de gestão desta candidatura, um relatório anual, um relatório semestral e um relatório trimestral.

- **Realização de reuniões de trabalho:**

Foram concretizadas reuniões com consortes, autarquias locais, entidades de gestão, comunicação social e outros grupos de trabalho que participam na orientação, execução e concretização desta candidatura. No período de 01 de Janeiro a 29 de Julho de 2010, registaram-se cerca de 203 reuniões.



4.3.3. Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo

O parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, é um projecto global da NUT II que resulta do consenso obtido entre diversos parceiros regionais no quadro do Sistema de Ciência e Tecnologia Regional.

O PCTA assenta na e Rede de Ciência e Tecnologia do Alentejo criada em 2008, agregando as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Investigação e Conhecimento, a Agencia de Desenvolvimento Regional do Alentejo, as Autarquias E as Empresas.

O Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo é uma rede formal, baseada nas oportunidades que os diferentes estabelecimentos de ensino superior vão gerar, bem como no desenvolvimento nos próximos anos das acessibilidades, da logística, das comunicações e dos equipamentos.

Estas oportunidades serão, num futuro, próximo potenciadas pela utilização dos fundos estruturais que se perspectivam para a região num horizonte temporal próximo.

Deste modo, o PCTA, irá procurar responder à necessidade de promoção dos recursos humanos em actividades de I&D, e à necessidade de basear essa promoção num modelo assente na proximidade, quer local, quer de conhecimento. Procura definir e montar um sistema de mediação e acompanhamento entre a oferta científica e tecnológicas as necessidades das empresas da região alentejana. Sendo aqui entendido o Alentejo numa perspectiva que cobre o também território da chamada Lezíria do Tejo, região a qual se caracteriza, entre outros aspectos, por um baixo índice de inovação empresarial e pouca competitividade económica regional.

Assim, a estratégia definida para a implementação de um parque de Ciência e Tecnologia, assume-se como uma resposta dos recursos endógenos regionais da área de I&D., aos desafios sentidos regionalmente, designadamente em termos de qualificação de base económica regional e de aumento da sua competitividade Para além disso apoia-se ainda nas orientações definidas pelos diferentes instrumentos de planeamento estratégico e de ordenamento do território, com especial destaque para o Plano Regional de Inovação do Alentejo e para o Plano Regional de Desenvolvimento do Território.



Considerando as especificidades regionais, as dinâmicas empresariais e a localização dos estabelecimentos de ensino superior (Beja, Évora, Portalegre e Santarém), desenvolveu-se uma estratégia e um modelo funcional de gestão do PCTA, assente no conceito de “ valor em rede “ As interações geradas pelo estabelecimento desta rede poderão revestir-se de natureza material ou imaterial, traduzindo a articulação de recursos, infra-estruturas e equipamentos, mas também de conhecimento, planos e infra-estruturas de comunicação, promoção e internacionalização com vista à obtenção de objectivos comuns.

São três, os domínios estratégicos em que se fundamenta o PCTA:

- Área de I&D e Inovação
- Área de Transferência Tecnológica e Incubação
- Área de Serviços Comuns

São promotores do PCTA:

- Estabelecimentos de Ensino Superior
 - Universidade de Évora
 - Instituto Politécnico de Beja
 - Instituto Politécnico de Portalegre
 - Instituto Politécnico de Santarém

- Centros de Investigação e Conhecimento
 - CEVALOR
 - CEBAL
 - LNEG
 - COTR
 - INRB/INIA
 - ICT-VR
 - ADRAL

São parceiros do PCTA:

- Câmara Municipal de Évora
- Câmara Municipal de Beja



- Câmara Municipal de Portalegre
- Câmara Municipal de Niza
- Câmara Municipal de Elvas
- Câmara Municipal de Rio Maior
- Lógica
- Sines Tecnopólo
- Núcleo Empresarial da Região de Évora
- Núcleo Empresarial da Região de Beja e Alentejo Litoral
- Associação Nacional de Jovens Empresários

São objectivos gerais do PCTA:

- Criação de um ambiente propício à inovação e à transferência de conhecimento vocacionado para o mercado;
- Constituição de alianças estratégicas com outros centros do conhecimento a nível nacional e internacional que permitam o desenvolvimento e a partilha de conhecimento do PCTA;
- Aumento da competitividade empresarial por via da integração tecnológica e da inovação e criação de valor acrescentado e aumento da competitividade regional;
- Valorizar os recursos, potencialidades e conhecimentos partilhados e os factores de diferenciação;
- Fortalecimento do sistema de C&T com vista ao desenvolvimento e apoio aos sectores tradicionais e emergentes da base económica regional;
- Acessibilidade ao empreendedorismo – Desenvolvimento de uma política regional de apoio ao empreendedorismo;
- Criação de novos públicos empresariais – aposta na promoção nacional e internacional das competências do CPTA;
- Afirmação da região Alentejo enquanto região inovadora e com fortes competências na área tecnológica e científica;
- Revitalização Urbana – afirmar os centros urbanos enquanto pólos de desenvolvimento sustentável através do recurso à inovação a assente nas áreas da ciência e tecnologia.



Tipologia de Projectos:

- Infra-estruturas de incubadoras
- Projectos de transferência de tecnologia e conhecimento para as empresas
- Projectos de apoio e incentivo a uma cultura empreendedora
- Projectos de atracção de investimento e internacionalização do parque
- Projectos de qualificação e reforço de competência

**CANDIDATURAS/PROJECTOS DO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM**

Unidade Orgânica	Projecto	Parceria	Descrição do Projecto
Escola Superior Agrária/ Unidade de investigação	Unidade de sistemas de Agricultura e Sustentabilidade	Agrotejo, Agromais, Agroterra, Agrocampo, Associação de Agricultores do Ribatejo, Achar, Bonduelle, CCRV, Aproder, Interaves, I-Inia, COTHN, Irricampo, Valiinvest, Compal	Construção de uma estufa compartimentada de vidro polivalente. Construção de um horto agrícola. Abertura de furo e instalação da respectiva rede de distribuição de água. Reequipamento de laboratórios.
Escola Superior Agrária/ Universidade de Évora	Unidade de Biodiversidade e Sistemas Aquáticos	Faculdade de Ciências de Lisboa, Instituto Nacional de Recursos Biológicos, Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa	Monitorização da qualidade química e física e biológica de águas fluviais e estuarinas. Avaliação da biodiversidade. Criação de espécies aquáticas em sistemas de produção. Educação ambiental.
Escola Superior de Desporto de Rio Maior / Escola Superior de Saúde de Santarém	Observatório do Desporto e Saúde	IPB – Escola Superior de Educação e Escola Superior de Saúde da Universidade de Évora – Escola Superior de Enfermagem e CISTS, IPP -Escola Superior de Saúde, Câmaras Municipais, Comunidades intermunicipais, Empresas Municipais de Desporto, Ginásios Clubes, Empresas de Animação e de Desporto, Hospitais da área de influencia das Escolas, Centros de Saúde da Área de influencia das Escolas, Unidades de Investigação, Laboratórios Farmacêuticos, Laboratórios de equipamento de diagnóstico e terapêutica, Jardins-de-infância e Escolas de 1.º Ciclo, Escolas Secundárias	O ODS constitui-se como uma ferramenta para a monitorização de indicadores de desporto e saúde, para a promoção do desporto e saúde, para a prestação de serviços e para o desenvolvimento de estudos nestes âmbitos. Consubstancia-se num website, sendo constituído à partida, por 5 unidades: 1 – Unidade de monitorização de indicadores em desporto. 2 – Unidade de monitorização de indicadores em saúde. 3 – Unidade de estudo do comportamento motor. 4 – Unidade de estudo dos estilos de vida dos jovens. 5– Unidade de desenvolvimento profissional.
Escola Superior de Desporto de Rio Maior	Laboratório de Investigação no Desporto	Instituto politécnico de Beja – Escola Superior de Educação de Beja, Universidade de Évora, Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Saúde de Santarém, Instituto Politécnico de Portalegre, Câmara Municipais (Alentejo e Lezíria do Tejo), Comunidades Intermunicipais, Empresas Municipais de	O LID direcciona-se para a prestação de serviços e para o desenvolvimento de estudos na área das Ciências do Desporto, em articulação com outras unidades de investigação.



		Desporto, Ginásios e Clubes Desportivos, Empresas de animação desportiva e de desporto de natureza	
Escola Superior de Gestão e Tecnologia/ Unidade de Investigação	Expansão da Sub-rede de Ciências Sociais e Empresariais e da Sub-rede de Tecnologia de informação, Comunicação e Multimédia	Escolas do IPS, UIIPS, Departamento de Gestão da U. Évora, FENACOOP, CASES, NERSANT, RISA, Câmara Municipal de Santarém; Tecido Empresarial	Exploração de Plataformas, simulação, redes, sociais, adequadas à função empreendedora e orientadas para o conceito operacional “connecting innovation people”, actuando assim, ao nível do empreendedorismo tecnológico; Desenvolver plataforma para a exploração de modelos de ensino colaborativo orientados para as organizações e integrados no âmbito da unidade de incubação de empresas de base tecnológica
Escola Superior de Educação	Laboratório Comunicacional Hipermédia: de Real Life a Second Life	CTEdu, ADRAL, Ydreams; FDTI, IPP, IPB	Criar um espaço em SL para o Laboratório Comunicacional Hipermédia

4.4. Reforço das actividades de investigação e desenvolvimento

4.4.1. Unidade de investigação

A primeira Direcção da UIIPS tomou posse no dia 8 de Fevereiro de 2010. Dado ser uma nova Unidade Orgânica houve, de início, um grande preocupação em promover a respectiva organização e processo de instalação.

Em 2010 a UIIPS, através do seu Conselho Científico, aprovou o respectivo Regulamento interno, bem como o plano de actividades. Ao longo do ano, a Direcção da UIIOS organizou sessões em todas as Escolas do IPS, onde, para além de se apresentar, criou sinergias para o envolvimento dos investigadores das escolas e promoveu a criação de linhas e de projectos.

Foi também durante este ano que se efectuou a primeira reunião plenária da UIIPS.

Em 2010 lançaram-se as primeiras linhas de investigação da UIIPS, com o objectivo de organizar os seus membros em áreas com que se identificassem. Foram criadas as seguintes linhas: Intercompreensão e literacias multimodais, A Pedagogia no Ensino Superior, Estudos meta-analíticos, Alimentação Humana, Desenvolvimento da criança, Educação e Formação dos jovens na sociedade e Culturas comunitárias.

Como forma de fomentar a aproximação aos docentes do IPS, criou um espaço de



informação e partilha no Moodle do Instituto Politécnico de Santarém. Em finais de 2010 saiu a 1ª Newsletter da Unidade.

Com o objectivo de colher boas práticas, houve a preocupação por parte da Direcção da Unidade, em reunir com uma estrutura semelhante, existente há mais tempo: o INDEA do Instituto Politécnico de Lisboa.

No final do ano a Direcção da Unidade, reuniu também com a FCT, com o objectivo de entender qual a sua posição e enquadramento perante a UIIPS, face ao novo regime jurídico do Ensino Superior.

A Unidade organizou ainda três oficinas para todos os docentes (Tutorias em Bolonha, Acordo Ortográfico e Google Docs ao serviço do investigador).

Por último, iniciou o processo de dinamizar as revistas Intercompreensão - Revista de didáctica de Línguas – FCT e a Intercompreensão – REDINTER que passaram a estar sobre a alçada da UIIPS.

4.4.2. Observatório Segurança na Escola

O projecto “Observatório de Segurança na Escola” realizou em 2010 os seguintes actividades:

- Relatório 1.º Período 2009_10
- Relatório 2.º Período 2009_10
- Relatório 3.º Período 2009_10
- Relatório Anual 2009_2010

Para além da elaboração destes relatórios quadrimestrais, elaborou ainda o estudo de caso "Contextos escolares e violência: uma análise comparada das determinantes organizacionais, formas de regulação e prevenção", bem como as seguintes publicações, as quais foram realizadas no âmbito do Observatório:

- João Sebastião (org.) (2010) Violência na Escola. Tendências, contextos, olhares., Golegã, Editorial Cosmos.
- "Violência na Escola e Sociedade de Risco: uma aproximação ao caso português",



com João Sebastião, Mariana Gaio Alves e Joana Campos, em João Sebastião (org.) (2010) Violência na Escola. Tendências, contextos, olhares., Golegã, Editorial Cosmos, 2010.

4.5. Incentivo à competitividade, inovação e empreendedorismo

4.5.1. Poliemprende

Desenrolaram-se as actividades relacionadas 7.º Concurso Poliemprende, o qual contou este ano com o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos, da Equitejo - Sociedade Equipamentos Escritório, Lda.- pertencente ao concelho de Santarém e do Jornal do Ribatejo, Jortejo Jornais, Rádio, Televisão, Lda. Também sediada no concelho de Santarém.

No âmbito do concurso Poliemprende, ao longo do ano de 2010 desenrolaram-se as seguintes actividades:

Data	Actividade	Objectivo
Fevereiro de 2010	Sessões ministradas aos alunos das turmas diurna e pós-laboral da Licenciatura em Informática – Integrado na UC de Projecto Aplicado do 3º ano	Fomentar o espírito empreendedor e criativo nos alunos
10 de Março de 2010	Deslocação à Futurália, na Fil em Lisboa	Recolher informação acerca das propostas de formação que estavam disponíveis para o ano lectivo seguinte
11 de Março de 2010	Workshop com alunos da U. Évora, sobre a temática do Empreendedorismo	Divulgar junto dos formandos todas as informações necessárias para que pudessem fazer mais tarde planos de negócio.
12 de Março de 2010	Acção Junto dos alunos do Ensino Secundário (CNEMA)	Fazer os formandos apresentarem uma ideia inovadora e conseguirem vendê-la.
13 de Março de 2010	Seminário "SAS, The power of know" Eng.Jos van der Velden. - Sessão aberta no Auditório da ESGTS	Apresentar aos alunos soluções e tecnologias de sucesso no âmbito do conceito de inovação de base ecológica.
23 e 25 de Março de 2010	Seminário «How and for what purposes blogs could be used in educational environment» por Professor Ercan Top, Ph. D., Abant Izzet Baysal University, BOLU / TURKEY	A importância da comunicação em ambientes educacionais de desenvolvimento de aplicações e tecnologias.
27 de Abril de 2010	Início de uma formação com os alunos de 2º ano do curso de Artes Plásticas e Multimédia.	Fazer um pequeno plano de negócios de uma empresa fictícia que mais tarde iriam implementar na escola.



28 a 30 de Abril de 2010	Realização de pequenos workshops na ESES e sessões de esclarecimentos relativas ao Empreendedorismo e ao Poliemprende.	Divulgação
6 de Maio de 2010	Seminário: "Processos Logísticos. Solução SAP Business Suite" Orador: Dr. Rajés Liladar; Dr. Paulo Almeida	Levar os alunos a conhecer localmente funcionamento de empresas inovadoras e de sucesso.
11 e 12 de Maio de 2010	Formação em Empreendedorismo, ministrada aos alunos dos cursos de da ESES, onde lhes foi explicado sucintamente todos os passos para realizar projectos de sucesso.	Os alunos conseguirem fazer 25€ durante 4 horas com as suas "empresas".
4 de Maio de 2010	Seminário pelo Professor Doutor Pedro Pimenta, Professor do Departamento de Sistemas de Informação da Escola de Engenharia (Pólo de Azurém) da Universidade do Minho	Exercitar os alunos e estimular a capacidade de exploração de tecnologias emergentes.
4 e 6 de Maio	Jornadas de Empreendedorismo	Divulgação
17 de Maio de 2010	Deslocação às instalações da AMS da Deloitte (Saldanha Lisboa)	Realização do teste relativo ao "modelo de recrutamento"
27 de Maio	O panorama do Empreendedorismo e da Inovação em Portugal e o seu Impacto nas Empresas	Divulgação

O saldo desta edição do Poliemprende foi o seguinte:

Indicadores relevantes	Número
Ideias de Negócio apresentadas a concurso	12
Projectos de negócios apresentados a concurso regional	7
Projectos de negócios apresentados a concurso nacional	1
Empresas criadas	1
Contactos que resultem da aplicação desta iniciativa (protocolos/ parcerias)	1
Notícias na imprensa sobre o Poliemprende	3

O 1.º Prémio a nível regional foi atribuído ao projecto "Seniors in Second Life" – Projecto equipa conjunta Escola Superior de Educação / Escola Superior de Gestão e Tecnologia Projectos apresentados por grupos de alunos da Licenciatura em Informática e do CET em Desenvolvimento de Produtos Multimédia.

4.6. Estímulo à mobilidade e internacionalização

4.6.1. Nomeação da Pró-Presidência para a internacionalização

Com o objectivo de atribuir uma importância primordial à área da Internacionalização, a Presidência do Instituto decidiu nomear pela primeira vez um Pró-Presidente com este



pelouro específico. Essa nomeação ocorreu em 1 de Novembro de 2010, tendo sido nomeado o Prof. Hélder Pereira.

O mandato desta Pró-Presidência desenvolveu-se entre a data acima referida e 27 de Dezembro de 2010, data em que esta Pró-Presidência foi extinta, devido ao seu titular ter assumido as funções de Vice-Presidente do Instituto.

Neste período, a Pró-Presidência para a Internacionalização, elaborou e submeteu à aprovação do Presidente do IPS, o “Regulamento de Mobilidade de Estudantes Erasmus” (Outgoing) e o “Regulamento de Mobilidade de Docentes”.

Para além disso elaborou o “Relatório de Mobilidade Erasmus”, do qual se inserem abaixo os aspectos mais significativos

4.6.2. Programa Erasmus

A primeira abordagem à evolução do modo como tem evoluído a concretização do Programa Erasmus no Instituto, passa por analisar como se têm desenvolvido os acordos com instituições estrangeiras com a finalidade de enviar e receber alunos das Escolas do IPS.

O desenvolvimento de uma ampla e diversificada rede de acordos institucionais, será uma condição prévia para o aumento e desenvolvimento do fluxo de estudantes recebidos e, particularmente, de estudantes enviados.





Antes de 2005, estavam celebrados apenas 15 acordos bilaterais destinados à mobilidade de estudantes Erasmus. Actualmente já possuímos acordos de mobilidade com 108 instituições estrangeiras, sendo que em 2010 foram assinados 18 acordos bilaterais, o que representa um aumento percentual face ao ano anterior de 17%.

Deste modo, pode dizer-se que actualmente, estão criadas as necessárias condições para, a nível do Instituto Politécnico de Santarém, se aumentar o fluxo de mobilidade, quer de estudantes, quer de docentes.

Assim, mais do que concentrar esforços no crescimento quantitativo da rede, importa agora passar a uma nova fase e determinar estrategicamente quais as instituições e, principalmente, quais os países que, em cada Escola, terão de ser privilegiados na celebração de novos acordos.

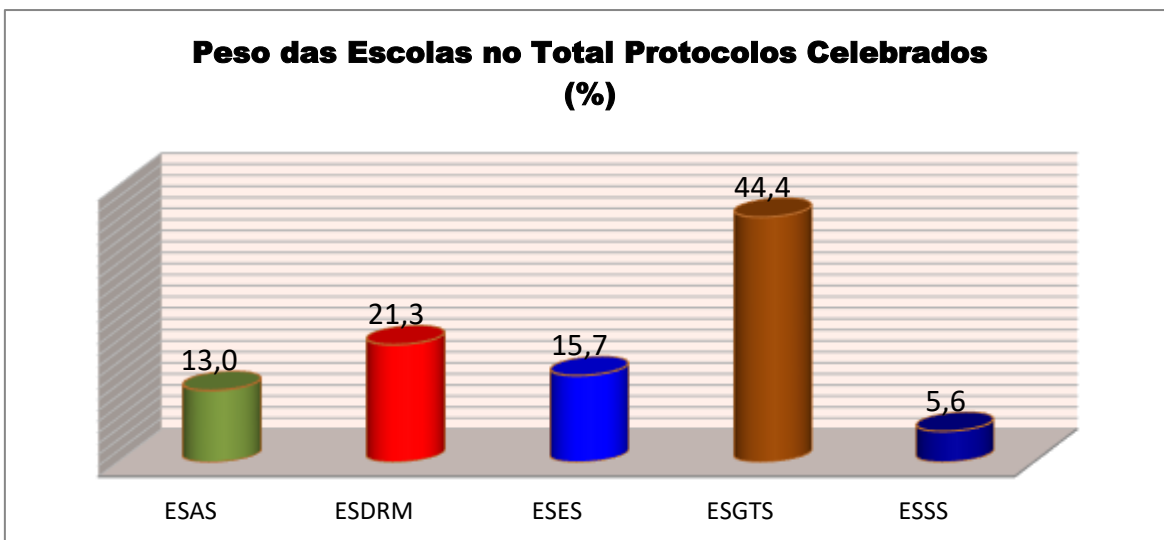
NÚMERO DE PROTOCOLOS CELEBRADOS EM 2010

Escolas										IPS	
ESAS		ESDRM		ESES		ESGTS		ESSS		Nº	%
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1	+7,6	4	21,1	0	0	11	37	0	0	16	17,4

Como se observa pela tabela acima, o incremento registado na celebração de acordos bilaterais, sendo bastante significativo (+17,4%) não teve uma dinâmica concertada em todas as escolas. Ficou essencialmente a dever-se ao grande impulso que a ESGTS teve e tem tido neste domínio. Este ano aumentou em 37% o respectivo número de protocolos.

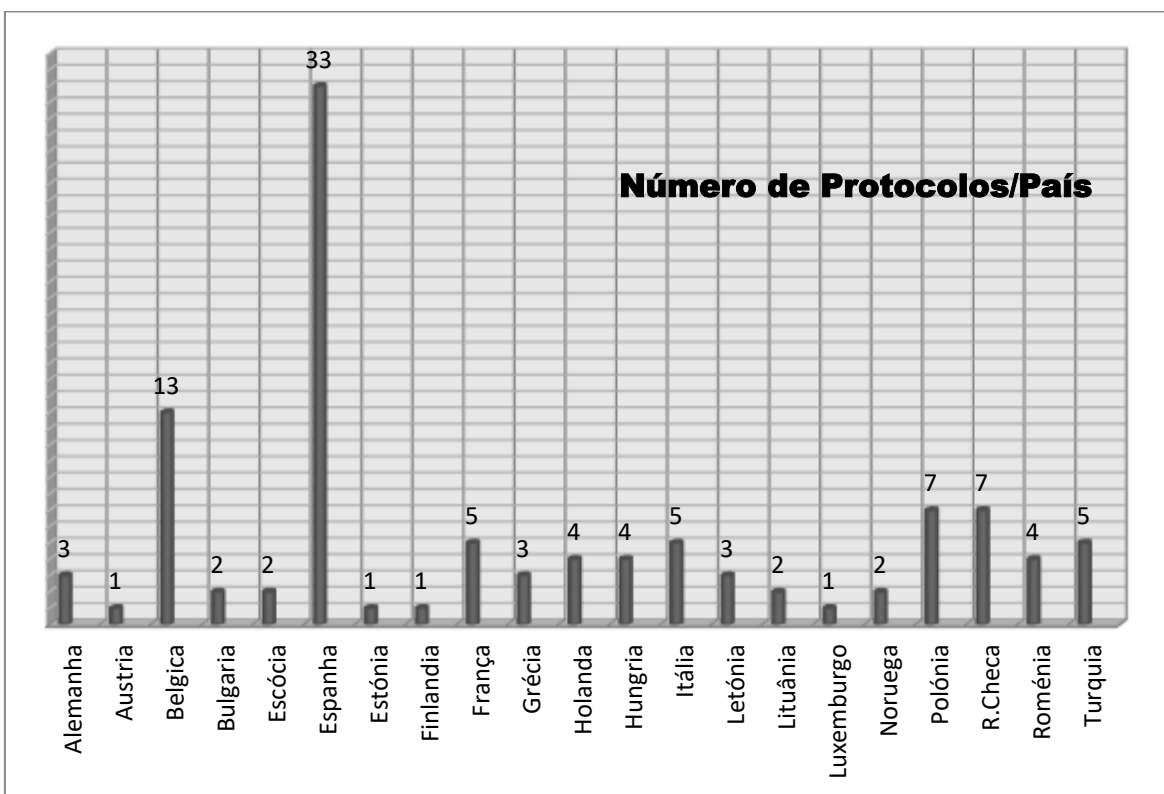
É de notar que, embora a um ritmo menos intenso, também a ESDRM, conheceu um aumento do número de acordos bilaterais muitíssimo satisfatório (+21%).

Estes resultados contrastam com o que se observa relativamente à ESES e à ESSS, que não celebraram acordos bilaterais em 2010.



Como resultado desta dinâmica diferenciada, verificamos – através da leitura do Gráfico acima - que à época a que reporta este relatório, cerca de 2/3 dos acordos existentes pertencem somente a duas escolas: A ESGTS e a ESDRM.

Vejamos em seguida a que países pertençam as instituições com as quais as Escolas do IPS assinaram acordos bilaterais.





Pela leitura do gráfico acima, concluímos - tal como seria de prever – que no presente, o país europeu com mais instituições com acordo bilateral para mobilidade de estudantes do IPS é a Espanha. As Escolas do IPS em conjunto têm acordos com 33 instituições espanholas. O que significa que quase um terço das instituições com quem temos protocolo são espanholas.

Em segundo lugar, mas a uma distância considerável, surgem as instituições Belgas com 13 acordos.

Em terceiro lugar, com sete acordos cada, surgem as instituições pertencentes à Polónia e R. Checa.

Países como a Turquia, a Itália e a França são representantes de 5 instituições e como a Holanda a Hungria e a Roménia são representantes de 4.

Para além disso, existem ainda acordos com 3 instituições alemãs, 3 gregas e outras tantas letãs. Com 2 Búlgaras, 2 escocesas, 2 lituanas e 2 norueguesas.

Por último, poder-se-á ainda enviar alunos para 1 instituição austríaca, 1 estónia, 1 finlandesa e outra luxemburguesa.

País	Escolas				
	ESAS	ESDRM	ESES	ESGTS	ESSS
Alemanha	0	2	0	1	0
Áustria	0	0	1	0	0
Bélgica	0	1	6	6	0
Bulgária	1	0	0	1	0
Escócia	0	0	0	0	3
Espanha	5	9	7	10	2
Estónia	0	1	0	0	0
Finlândia	0	0	0	1	0
França	2	2	0	1	0
Grécia	1	2	0	0	0
Holanda	0	0	1	2	0
Hungria	0	0	0	3	0
Itália	3	0	0	1	0
Letónia	0	0	0	2	0
Lituania	0	0	0	2	0
Luxemburgo	0	0	0	1	0
Noruega	0	0	1	1	0
Polónia	0	0	0	6	0



R.Checa	0	0	1	6	0
Roménia	1	0	0	2	0
Turquia	1	0	0	4	0

A Escola Superior Agrária, apesar de só ser responsável por 13% dos protocolos existentes (14), apresenta esses acordos dispersos por um considerável leque de países, facto que constitui uma boa prática.

Significa isto que os alunos desta unidade orgânica poderão escolher instituições de pertencentes a sete países diferentes: Espanha; Itália; França; Bulgária; Roménia e Turquia.

Embora com um número ligeiramente superior de acordos – comparativamente à ESAS - a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, não apresenta um leque tão diversificado de países. Esta unidade tem presentemente acordos bilaterais com instituições pertencentes a 6 países diferentes.

Quanto a ESES, concentra o grosso dos seus acordos bilaterais em instituições espanholas e belgas, embora também possua acordos com instituições pertencentes a outros países. Nomeadamente, Áustria; Holanda Noruega e R. Checa.

A ESGTS, para além de ser uma das escolas com um maior número de protocolos, é também a que apresenta protocolos com instituições de um leque mais alargado de países. Os seus alunos podem realizar a sua mobilidade em 17 países europeus diferentes. Embora as instituições espanholas, belgas, polacas e checas, estejam representadas em maior número.

Como contraponto com a realidade descrita anteriormente, surge a ESSS, uma vez que para além de apresentar um reduzido número de protocolos, apenas celebrou acordos com instituições de dois países: Espanha e Escócia.

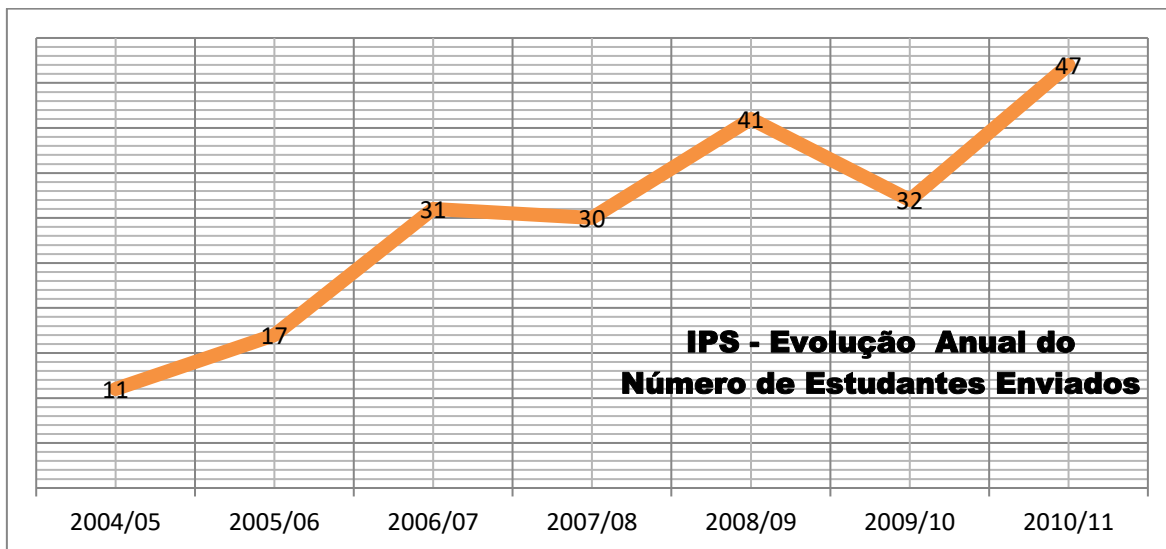
NÚMERO DE ESTUDANTES ENVIADOS EM MOBILIDADE ERASMUS

	2010/ 2011	Total Enviados	Percentagem de Enviados em 2010/2011
ESAS	3	8	37,5
ESDRM	6	27	22,2
ESES	4	17	23,5
ESGTS	23	71	32,3

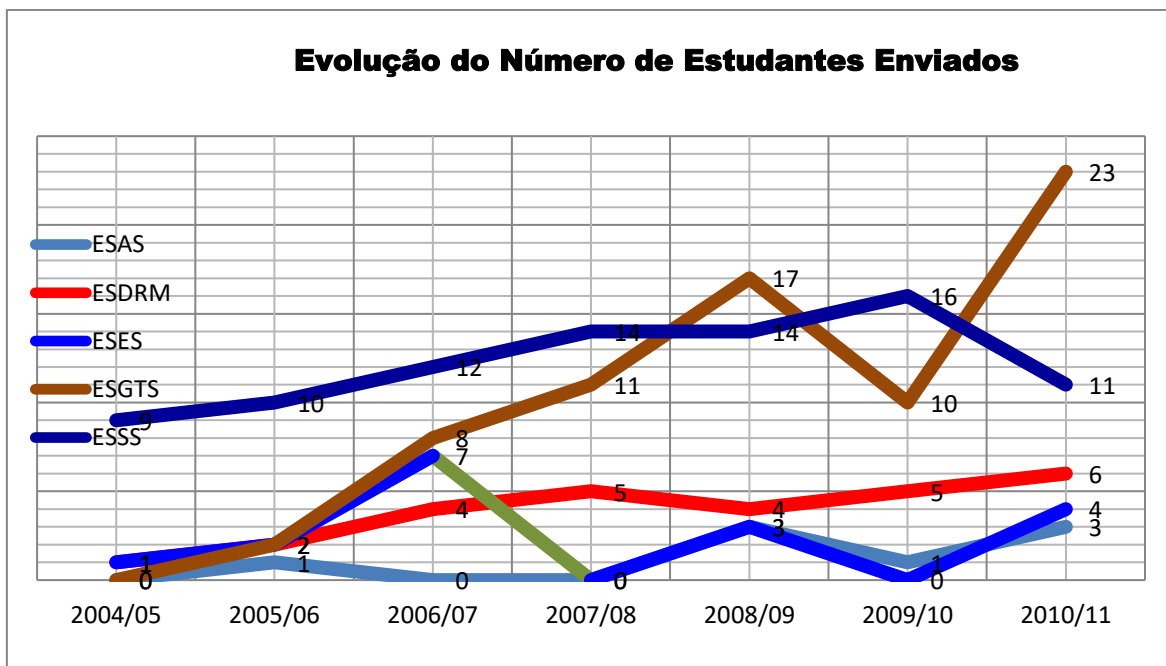


ESSS	11	86	12,7
IPS	47	209	22,5

Em 2010/11 foram enviados em mobilidade Erasmus 47 estudantes, o que corresponde a 22,5% do total de estudantes enviados desde sempre, ao abrigo deste programa comunitário.



Contudo, é bastante evidente que existe uma grande diferença evolutiva entre as Escolas.





Enquanto a ESGTS, passou praticamente do nada, ao envio de 23 estudantes e a ESSS se tem situado entre valores que oscilam entre 9 e 16 estudantes, as outras escolas nunca atingem mais de 5 a 6 estudantes enviados e, principalmente a ESES, tem até vindo a abrandar o fluxo de estudantes enviados.

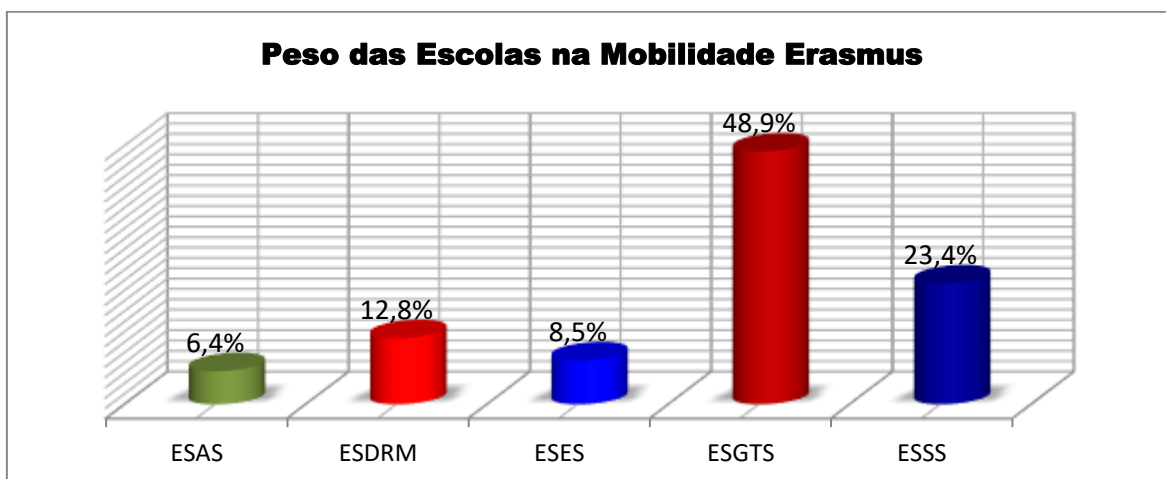
Significa isto que a evolução extraordinariamente positiva que detectamos quando analisámos os dados globais, fica essencialmente a dever-se ao comportamento de duas escolas: a ESSS e, principalmente, a ESGTS.

Ou seja o muito satisfatório aumento global que constatámos, esconde uma realidade assimétrica entre as escolas: Enquanto a ESGTS, no mesmo período do aumentou cerca de 23 vezes o numero de estudantes enviados, a ESDRM só o fez em 6 vezes; a ESES em 4;a ESA em 3 e a ESSS, 1,1.

**ESTUDANTES ENVIADOS
EM MOBILIDADE ERASMUS**

	2010/ 2011	Percentagem Total
ESAS	6,4%	3,8%
ESDRM	12,8%	12,9%
ESES	8,5%	8,1%
ESGTS	48,9%	34,0%
ESSS	23,4%	41,1%
IPS	100%	100%

É evidente que a diferença de dinâmicas que atrás referimos, se faz reflectir na evolução do peso que cada uma das escolas vem apresentando na mobilidade do IPS.





Como se observa pela leitura do Gráfico Nº14, volta a ser muito claro que este número se deve essencialmente a duas escolas do Instituto: a ESGTS e a ESSS.

Em conjunto estas duas Escolas responsabilizaram -se por cerca de 72% dos estudantes enviados em 2010, enquanto as restantes Escolas enviaram apenas de 28% do total de alunos.

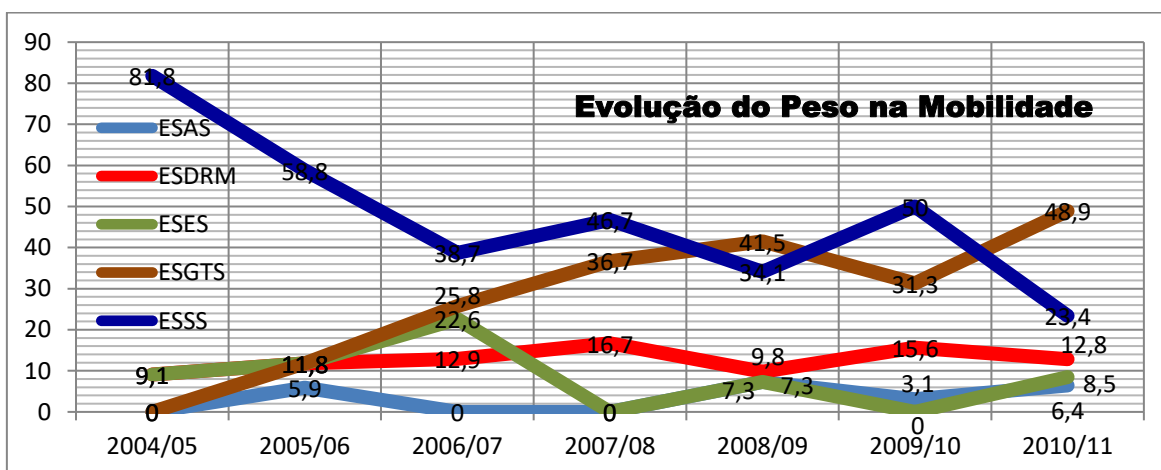
Para verificarmos se a desproporção detectada é uma constante, vejamos agora o modo como, ao longo do tempo, tem evoluído os fluxos de mobilidade, em cada uma das Escolas que o compõem.

Como se observa pela leitura do Gráfico seguinte, produto de dinâmicas diferenciadas, o peso relativo dos estudantes da ESSS tem vindo a conhecer um decréscimo.

Em 2004/05 esta Escola era responsável pelo envio de 81,8% dos estudantes Erasmus. Esta percentagem em 2005/2006 era já só 58,8% e, no ano seguinte 38,8%. Embora tivesse invertido a tendência de descida em 2007/2008, volta a decair para 34,15 em 2008/09. Presentemente a ESSS responsabiliza-se apenas pelo envio de 23,4% dos alunos.

Percurso exactamente inverso apresenta a ESGTS. Em 2004/05 esta Escola não enviava alunos para mobilidade. Em 2005/06 enviou 11,8% do total e no ano seguinte 25,8%. Em 2007/08 enviou 36,7% e em 2008/09 atingiu os 41,5%. Após um recuo observado em 2009/2010, presentemente é responsável por perto de metade das mobilidades Erasmus realizadas no Instituto.

As restantes escolas têm flutuado o respectivo peso de modo pouco significativo.





Os dados disponíveis, embora dispersos por várias fontes, permitem-nos construir um conjunto de rácios que facilitam a comparação entre os fluxos de mobilidade observados no Instituto e os fluxos que as outras instituições congéneres apresentam, quer a nível nacional, quer internacional.

IPS - Taxa de Mobilidade Erasmus	
2004/2005	0,29
2005/2006	0,31
2006/2007	0,46
2007/2008	0,83
2008/2009	0,98
2009/2010	0,77
2010/2011	0,98

Como nos é dado a ver, somente em 2010, o Instituto atingiu uma taxa de mobilidade à volta de 1%.

Sendo estes valores globais – como sabemos - um produto de dinâmicas desiguais, vejamos a evolução que neste aspecto apresentam as escolas:

Taxa de Mobilidade Erasmus					
Ano Lectivo	ESAS	ESDRM	ESES	ESGTS	ESSS
2004/2005	0,0	0,17	0,15	0,00	2,49
2005/2006	0,15	0,33	0,30	0,17	2,58
2006/2007	0,0	1,27	0,57	0,51	3,26
2007/2008	0,0	0,87	0,00	0,89	3,29
2008/2009	0,35	0,32	0,42	1,19	1,99
2009/2010	0,16	0,38	0,00	0,73	2,93
2010/2011	0,38	0,79	0,49	1,79	2,07

Sendo estes valores globais – como sabemos - um produto de dinâmicas desiguais de cada uma das escolas, impõem-se uma análise das respectivas taxas.

Como observamos, a taxa de mobilidade da ESAS é uma taxa muitíssimo fraca: Ela apesar de ter manifestado o seu valor mais alto em 20/2011, é apenas de 0,38%.

A ESDRM, embora tenha em 2006/07 ultrapassado a marca de 1%, a partir daí voltou a cair para valores inferiores a 1%.



Tal como a ESAS, também a ESES, se fica por valores muitíssimo reduzidos, os quais não chegam sequer 0,5% de taxa de mobilidade (salvo o ano de 2006/2007).

A ESGTS e a ESSH, apresentam um cenário um pouco mais animador. Desde 2006/2007 que a ESGTS, superou a fasquia de 0,5% e em 2008/2009 e 2010/2011, a fasquia de 1%. Aliás, neste último ano aproximou-se já de uma taxa de mobilidade de 2%.

A ESSH, tem já apresentado taxas relativamente significativas, sempre na ordem 2% a 3%, ou mesmo um pouco mais.

Analisadas as comparações inter-escolas resta-nos agora esboçar uma análise comparativa entre as várias instituições do ensino superior politécnico públicas com o objectivo de determinar o nosso lugar no ranking da mobilidade Erasmus.

Em 2005/06, a taxa de mobilidade Erasmus patenteada pelo IPS, era a terceira taxa mais baixa de todos os Institutos Politécnicos públicos. Somente o IP do Cávado - que ainda não tinha iniciado as actividades de mobilidade Erasmus - e o IP da Guarda apresentavam uma taxa de mobilidade inferior à nossa.

Note-se que, nesta altura, um número muito significativo de instituições, apresentava valores que constituíam o dobro do observado entre nós.

No ano seguinte, não obstante termos subido a nossa taxa para 0,46%, continuamos a ser suplantados por todas as instituições, à excepção das duas que mencionámos, relativamente ao ano anterior. Veja-se que em ambos os anos apresentávamos valores, inferiores a metade da verificada na média geral dos Politécnicos.

Em 2007/08, ao evoluirmos de uma taxa de mobilidade de 0,46% para 0,83%, além de nos aproximarmos da média geral, a qual se cifra em 1,05%, conseguimos suplantarmos os valores apresentados pelos IPs de Cávado, Coimbra, Guarda, Portalegre; Tomar e Viseu, o que significa que subimos – em termos de ranking – do 13º para o 9º lugar, em 15 possíveis.

Instituto	2005/06			2006/07			2007/08		
	Nº Alunos	Nº Mobilidades	Taxa de Mobilidade	Nº Alunos	Nº Mobilidades	Taxa de Mobilidade	Nº Alunos	Nº Mobilidades	Taxa de Mobilidade
Beja	2917	33	1,13	3097	17	0,55	2965	37	1,25
Bragança	5098	89	1,75	5939	131	2,21	5840	146	2,50



Relatório de Actividades IPS, 2010

C. Branco	4344	35	0,81	4509	45	1,00	4779	45	0,94
Cávado	1465	0	0,00	1540	4	0,26	1901	6	0,32
Coimbra	8843	88	1,00	9115	94	1,03	10162	74	0,73
Guarda	3212	3	0,09	3382	7	0,21	3470	17	0,49
Leiria	8847	46	0,52	9051	55	0,61	9049	93	1,03
Lisboa	13042	133	1,02	12902	143	1,11	12943	128	0,99
Portalegre	2892	19	0,66	2551	21	0,82	2949	13	0,44
Porto	15019	157	1,05	15128	137	0,91	15142	169	1,12
Santarém	3493	11	0,31	3712	17	0,46	3728	31	0,83
Setúbal	5479	33	0,60	5986	49	0,82	5946	62	1,04
Tomar	3183	16	0,50	3085	16	0,52	3149	17	0,54
V. Castelo	2843	57	2,00	2937	50	1,70	3206	58	1,81
Viseu	5784	27	0,47	5842	29	0,50	5926	28	0,47
Total	86410	747	0,86	88817	834	0,94	91474	960	1,05
Instituto	2008/09			2009/10			2010/11		
Beja	2824	41	1,45	2779	41	1,48		35	
Bragança	6261	124	1,98	6609	128	1,94		138	
C. Branco	4548	45	0,99	4374	42	0,96		50	
Cávado	2267	14	0,62	2643	0	0,00		9	
Coimbra	10137	110	1,09	10253	109	1,06		102	
Guarda	3156	20	0,63	2916	22	0,75		17	
Leiria	9378	89	0,95	9477	95	1,00		87	
Lisboa	13209	127	0,96	13639	134	0,98		146	
Portalegre	2677	17	0,64	2612	16	0,61		19	
Porto	14698	135	0,92	15819	167	1,06		162	
Santarém	44170	41	0,98	4168	32	0,77	4192	47	1,12
Setúbal	6148	38	0,62	6173	23	0,37		55	
Tomar	3198	25	0,78	3132	26	0,83		22	
V. Castelo	3083	38	1,06	3633	49	1,35		50	
Viseu	6151	26	0,42	6138	29	0,47		31	
Total	91993	890	0,97	94060	913	0,97			

Em 2008/09, aproximamo-nos de uma taxa de mobilidade de 1% (0,98%), facto que pela primeira vez nos colocou praticamente em linha com a média geral dos Institutos Politécnicos. Por este facto, apresentámos uma taxa de mobilidade superior aos IPs da Guarda, do Cávado, de Leiria, de Portalegre, do Porto; de Setúbal, Tomar e Viseu. O que significa que nos situámos em sexto lugar no ranking.

Em 2009/10, interrompemos a nossa trajectória ascendente e por esse facto, ficámos de novo abaixo da média nacional. Assim sendo, voltámos a ser ultrapassados por alguns institutos e, por este motivo, caímos para o nono lugar.

Em 2010/11 embora não possamos efectuar uma análise comparativa com os demais



institutos poderemos dizer que, pela primeira vez se suplantou a fasquia de uma taxa de mobilidade de 1%, valor até aqui nunca alcançado.

4.6.3. Programa Vasco da Gama

O programa Vasco da Gama é um programa de mobilidade interna de estudantes realizado entre escolas do Ensino Superior Politécnico.

À semelhança do Programa Erasmus, o intercâmbio de estudantes ao abrigo do programa implica o acordo prévio da instituição de origem e da instituição de acolhimento.

Ao longo de 2010, salvo uma excepção, apenas a ESSS executou este programa de mobilidade de estudantes.

A tabela abaixo, indica-nos os fluxos executados.

ALUNOS VASCO DA GAMA (ENTRADAS)

Ano lectivo	Escola de Destino	Escola de Origem	Número de Estudantes
2009/10	ESSS	E.S. Enf. Leiria	1
2009/10	ESSS	E.S. Enf. João Deus	1
2009/10	ESSS	E.S. Enf. Lisboa	1
2009/10	ESSS	E.S. S. Setúbal	1
2009/10	ESDRM	E.S.C.S. Leiria	1
Sub-Total			5
2010/2011	ESSS	E.S.S. Angra do Heroísmo	1
2010/2011	ESSS	E.S. S. Setúbal	1
2010/2011	ESSS	E.S. Enf. Coimbra	1
Sub-Total			3
Total			8

ALUNOS VASCO DA GAMA (SAÍDAS)

Ano lectivo	Escola de Origem	Escola de Destino	Número de Estudantes
2009/10	ESSS	E.S. Enf. Lisboa	2
2009/10	ESSS	E.S. S. Setúbal	1
2009/10	ESSS	E.S. S. Faro	1



2009/10	ESSS	E.S. Enf. Coimbra	1
2009/10	ESSS	E.S. Enf. João Deus (Évora)	3
Sub-Total			8
2010/2011	ESSS	E.S. Enf. Coimbra	1
2010/2011	ESSS	E.S. Enf. Porto	2
2010/2011	ESSS	Universidade da Madeira	1
2010/2011	ESSS	E.S. Enf. Lisboa	2
Sub-Total			6
Total			14

É ainda de referir, no campo da internacionalização, que, ao abrigo de um protocolo de cooperação bilateral, 8 alunos da ESDRM frequentaram um semestre de estudos em mobilidade, na Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, no Brasil.

4.7. Reorganização dos serviços e rigor administrativo

A reorganização dos serviços tem sido nossa preocupação. Assim numa fase inicial foi efectuada o levantamento dos serviços; das funções das pessoas e dos espaços físicos e sua utilização.

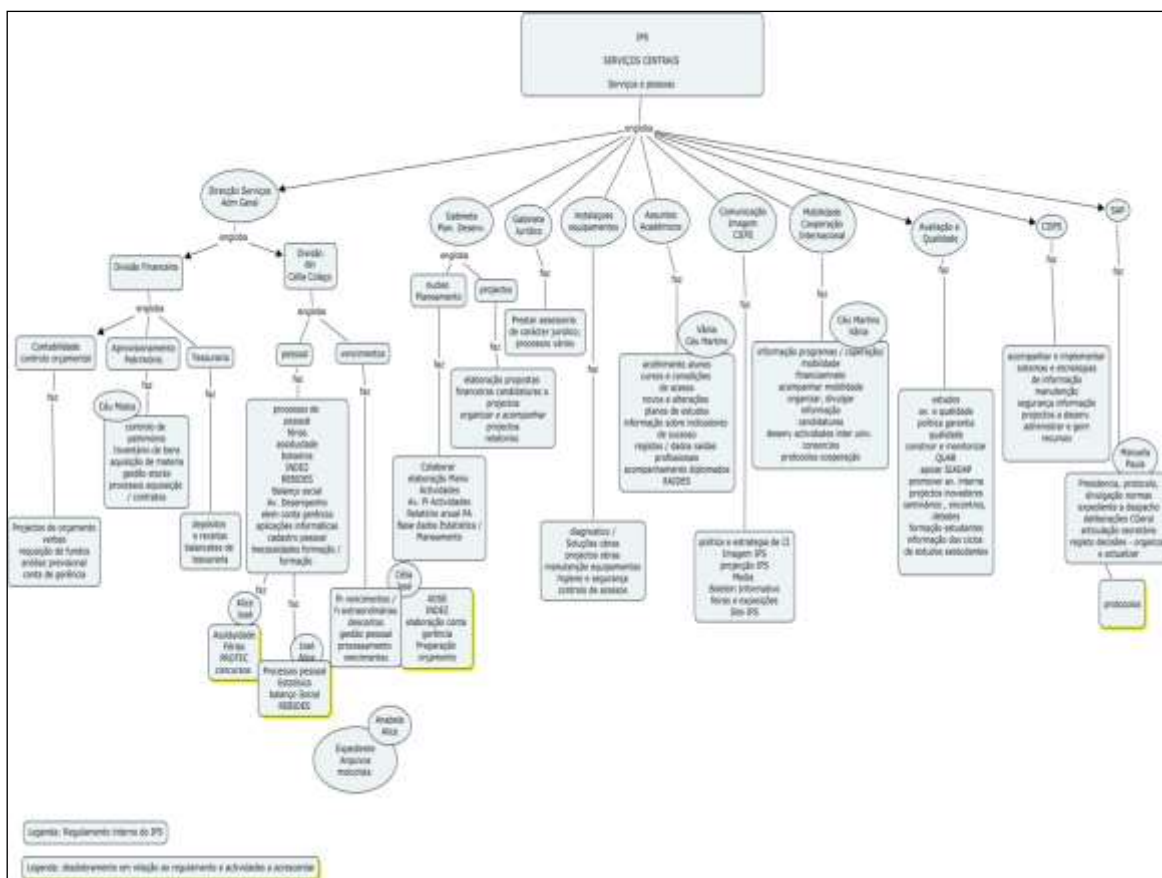
Reorganizou-se o espaço físico com o deslocamento de dois arquivos praticamente inactivos, para a cave, bem como a reorganização de outros arquivos e a definição de novos gabinetes (UIIPS; IPS.Form; Avaliação para a Qualidade; Biblioteca).

No sector da contabilidade, procedeu-se á reorganização do espaço físico; à definição do espaço da tesouraria e dos recursos necessários ao seu funcionamento.

No sector de aprovisionamento e património, redefiniu-se e procedeu-se à adequação e arrumação do espaço de aprovisionamento.

No sector de recursos humanos, após a identificação de actividades:

- Foi efectuado a redistribuição dos serviços, de acordo com o regulamento Interno dos Serviços do Instituto Politécnico de Santarém.
- Foi definido um primeiro e segundo responsável em cada sector de acordo com a figura que se apresenta:



- Foi implementado a gestão de distribuição do correio interno e externo entre as diferentes Unidades Orgânicas do IPS.
- Foi identificado a necessidade de definir o circuito da informação, entradas e saídas de correspondência, com o objectivo de implementar o seu controlo através de uma aplicação informática; bem como a reorganização do sistema de arquivo e estudo da implementação de um sistema de desmaterialização do suporte em papel.

4.7.1. Processo de centralização e da contabilidade e tesouraria

Em resultado da publicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, (RJIES) verificou-se a necessidade de se proceder a uma revisão dos estatutos da Instituição no sentido de enquadrar o IPS no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior. Assim, os estatutos actualmente em vigor foram publicados no dia 4 de Novembro de 2008 (Diário da República, 2.ª série – N.º 214), tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.



Em Março de 2010, o processo de adaptação estatutária, por parte das diversas unidades orgânicas, ainda não se encontrava concluído na totalidade.

Dois meses depois, foram publicados os últimos Estatutos, através dos despachos n.º 9 084 e 9 214/2010, publicados no DR, 2.ª série, respectivamente n.º 102 e 104, de 26 e 28 de Maio de 2010.

Tais delongas condicionaram objectivamente a consolidação estatutária e estrutural do Instituto prevista para o ano de 2009. Assim, alguns factores foram determinantes dos atrasos verificados na consolidação do novo modelo de gestão:

- Atrasos verificados na aprovação dos Estatutos;
- Atrasos na eleição dos órgãos preconizados no RJIES e nos Estatutos do IPS decorrentes do mencionado no ponto anterior;
- Insuficiência de meios humanos nos Serviços Centrais do Instituto, eventualmente em resultado de uma ainda deficiente mobilidade entre as diversas unidades orgânicas e aqueles Serviços Centrais;
- Impossibilidade de operacionalizar o regulamento dos Serviços do Instituto e respectivas Unidades Orgânicas, em resultado de não conclusão do processo estatutário das unidades orgânicas.

4.7.2. Sistema de Controlo Interno

- No âmbito das funções de assessoria financeira por parte do Senhor Professor Ilídio Lopes, foi emitido em Julho de 2009 e posteriormente integrante do Despacho n.º 65/2009, de 19 de Agosto, da Presidência do Instituto, um conjunto de recomendações técnicas relacionadas com o controlo interno do Instituto. Por considerar ainda a sua actualidade, o referido Professor reiterou no início de 2010 a sua ponderação e eventual acção em conformidade, de forma a mitigar os riscos de controlo que daí pudessem emergir.
- O ciclo operacional das compras constitui um dos elementos fundamentais do controlo interno, em particular desde o reconhecimento da despesa até ao correspondente pagamento. Actualmente, são perceptíveis algumas não funcionalidades entre os SC e as unidades orgânicas em matéria das alterações efectuadas à base de dados de fornecedores, a qual deve suportar os respectivos processos de pagamento. Ainda



que tenham sido observadas melhorias neste domínio, e de forma a evitar erros graves, com impacto directo nas obrigações declarativas, recomenda-se que eventuais alterações ou abertura de novos processos de “Fornecedor” devem ficar exclusivamente a cargo dos SC.

- Não existe uma adequada segregação de funções entre a Tesouraria – SC e a Secção de Contabilidade. Por se tratar de um dos pontos fracos mais críticos ao nível do controlo interno, recomenda-se a imediata separação funcional. Complementarmente, parece igualmente questionável a descentralização funcional da tesouraria pelas unidades orgânicas, facto que poderá comprometer a clareza e a agilidade da elaboração do relato financeiro de forma agregada. Ainda que possam e devam coexistir pontos descentralizados de recolha de receita, os principais procedimentos de tesouraria devem estar centralizados.
- O pagamento a fornecedores está dependente da observância de um conjunto de pressupostos como sejam a regularidade fiscal perante a Direcção Geral dos Impostos e perante a Segurança Social. A uniformização do procedimento seguido quanto a obrigações declarativas deverá constituir uma prioridade. Por se tratar de uma temática cuja interpretação da lei em vigor poderá suscitar algumas divergências, recomenda-se que os serviços jurídicos do IPS se pronunciem sobre o procedimento a seguir e que o mesmo seja transmitido às unidades orgânicas para que procedam em conformidade. Esta situação já se encontra resolvida.
- Ainda que em nome do IPS, cada unidade orgânica possa movimentar apenas uma conta, para efeitos das operações relativas ao funcionamento, tal não invalida a existência de contas específicas sempre que o mesmo seja imposto pela natureza e pelo funcionamento de cada projecto em particular. No entanto, devem ser observados os procedimentos de controlo a implementar por parte dos Serviços Centrais.
- Considerando que qualquer Sistema de Controlo Interno compreende todas as políticas e procedimentos adoptados pelos órgão de gestão e que contribuam para o alcance dos objectivos de assegurar, de acordo com parâmetros de exequibilidade, a condução ordenada e eficiente das suas actividades, incluindo a aderência às políticas instituídas, a salvaguarda dos seus activos, a prevenção e detenção de fraudes e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível, a adopção de um manual que especifique aquelas políticas e procedimentos deve constituir, para o IPS, uma prioridade. Porém, a construção de um manual de controlo interno está, salvo melhor opinião, dependente da reestruturação ainda não concluída do Instituto, da garantia de uma adequada segregação de funções nos diversos ciclos de



operações assim como de uma maior clareza dos circuitos de informação entre os SC do IPS e as diversas unidades orgânicas.

4.7.3. Proposta de regime de funcionamento

Decorrente do enquadramento autónómico previsto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei nº 62/2007 de 10 Setembro) do qual resultou um figurino de gestão orçamental diferente do que vinha sendo seguido no Instituto Politécnico de Santarém, tornou-se necessário definir um novo esquema organizativo para a execução orçamental, tendo como pressuposto a orientação adoptada pelo MCTES que optou pela atribuição de um único orçamento para todas as Unidades Orgânicas a partir de 01.01.2009.

A assunção por parte do actual Conselho de Gestão do IPSantarém das responsabilidades inerentes a esta nova realidade orçamental implicou a adopção de medidas organizativas capazes de, por um lado, garantirem a manutenção da funcionalidade das unidades orgânicas envolvidas e, por outro, assegurarem o controlo da execução orçamental, de modo a que se disponha, permanentemente, da informação necessária à tomada de decisão.

Neste sentido, aprofundou-se o esquema implementado através do modelo indicado, o qual tem como pressuposto a manutenção nas unidades orgânicas das operações e decisões que sejam compatíveis com os aspectos estritamente técnico – contabilísticos do novo processo de gestão orçamental, numa tentativa de conciliar a autonomia possível das unidades orgânicas com a nova realidade orçamental.

Assim, o novo esquema tem a seguinte organização:

1. Divisão do orçamento global em 6 sub – orçamentos – um por cada unidade orgânica envolvida (5 escolas) e um para os Serviços Centrais, de acordo com os valores que resultam da distribuição efectuada e que determinam o limite máximo a disponibilizar a cada uma no ano de 2011, (devendo ser criado um centro de custos ou de controlo e apuramento para as novas Unidades de Investigação, de Formação Pós-Secundária e Profissional e Biblioteca).
2. Esta medida obriga à utilização da estrutura formal existente sob a forma de conselho – conselho consultivo de gestão - que integra os Directores das escolas



abrangidas pelo orçamento comum no âmbito da qual são abordadas as questões da gestão e do acompanhamento orçamental global.

3. Criação de uma contabilidade nos Serviços Centrais que englobe recursos humanos necessários e adequados ao estabelecido nos pontos seguintes.
4. Criação de uma tesouraria única nos Serviços Centrais do IPS com três elementos que englobe as tesourarias das Escolas do Complexo Andaluz e SAS.
5. Criação de postos de cobrança nas Escolas Superiores Agrária, Desporto e Saúde, justificado pela sua situação geográfica.
6. Extinção de algumas contas bancárias e alteração dos titulares de todas as restantes para os elementos do Conselho de Gestão (responsabilidade atribuída por Lei).
7. Manutenção, com redução acentuada de número de acessos, da plataforma única para a área financeira que continuará a servir de suporte à execução orçamental de uma forma global e integrada, respeitando ao mesmo tempo, a individualidade de cada unidade orgânica e o fornecimento de toda a informação exigida pelas diversas instâncias designadamente pelo Ministério das Finanças.
8. Relativamente aos contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens e face à nova realidade autonómica e de responsabilidade orçamental, as escolas não vão poder continuar a celebrar, por si mesmas, contratos de prestações de serviços ou de fornecimento de bens. Assim, relativamente aos contratos actualmente em vigor e que tenham de se manter ter-se-á que ter em atenção o seguinte:
 - 8.1. Em função da delegação de competências, mantêm-se na órbita da responsabilidade da respectiva escola aqueles cujo valor global se contiver dentro dos limites de autorização da despesa definidos (5.000€).
 - 8.2. Os restantes terão que se transferir para o âmbito do IPSantarém.

No que diz respeito à execução da despesa:

1. Em cada Unidade Orgânica mantêm-se os procedimentos de aquisição de bens e serviços (se assim for desejável pelos dirigentes das mesmas).
2. Após a elaboração da informação de suporte à tomada de decisão (em modelo a definir pela UO) será elaborado o respectivo cabimento.
3. A autorização da despesa será dada pelo dirigente máximo da UO (no caso de valores inferiores a 5.000€) ou pelo Conselho de Gestão, no caso de valores superiores.



4. Autorizada a despesa, é elaborado o compromisso que será remetido aos fornecedores com a menção expressa do local onde deve ser feita a entrega do material.
5. Semanalmente é elaborado um memorando onde se encontram listados documentos (informações do aprovisionamento, cabimentos e compromissos) que seguem para a contabilidade dos serviços centrais (via correio interno).
6. Aquando da chegada à contabilidade dos Serviços Centrais toda a documentação é entregue à pessoa responsável pela Escola em questão, que aguarda a chegada da factura.
7. Quando a factura for recepcionada é digitalizada e enviada por mail à respectiva UO para que confirmem a conformidade da mesma com os bens recebidos.
8. Se o processo estiver conforme, a factura é introduzida pelo responsável da respectiva UO na contabilidade dos Serviços Centrais no sistema informático Epublica e elaborada a respectiva autorização de pagamento. Este rol de documentos será enviado para a Tesouraria dos Serviços Centrais.
9. Na Tesouraria são elaborados os meios de pagamento adequados a cada situação concreta e entregues ao dirigente com poderes para autorizar os pagamentos.
10. Deverá ser constituído um fundo de maneiio no montante de 1.500€ para ser utilizado em despesas urgentes e inadiáveis. Toda a documentação relativa a este fundo de maneiio deverá ser remetida à contabilidade dos Serviços Centrais mas dever-se-ão manter cópias de todos os processos na UO respectiva, em dossier próprio.
11. O Fundo de maneiio poderá ser reconstituído a todo o tempo e sempre que se considerar necessário, desde que haja cabimento orçamental.

No que diz respeito à receita:

1. Tal como referido anteriormente, passou a existir uma tesouraria única instalada nos Serviços Centrais com três elementos que englobe as tesourarias das Escolas do Complexo Andaluz e SAS, com a manutenção de postos de cobrança nas Escolas Superiores Agrária, Desporto e Saúde, justificada pela respectiva situação geográfica, tendo como suporte a actual aplicação informática com os ajustamentos que lhe irão ser introduzidos.
2. Assim poderemos manter a funcionar em cada campus as actuais tesourarias, agora transformadas em postos de cobrança, sob a responsabilidade de uma tesouraria Central.



3. A receita apurada em cada dia deverá ser inscrita em folha de caixa, conferida diariamente por meios electrónicos, com depósito diário das importâncias apuradas na conta do IPSantarém, atribuída a cada unidade orgânica.
4. As folhas de caixa deverão ser remetidas (em anexo ao memorando) semanalmente, à tesouraria central, acompanhadas dos talões de depósito e outros documentos que comprovem a entrada dos valores na conta (talões de multibanco, transferência etc).
5. Para uma melhor operacionalização e tratamento da receita com maior transparência entre as instituições envolvidas deve existir uma conta bancária por cada escola na qual serão depositados os valores das receitas geradas por cada uma, com transferência automática regular (semanal) para uma única conta do Instituto.
6. Estas contas serão da responsabilidade do Conselho de Gestão do IPSantarém e permitirão uma mais eficaz conferência dos valores de receita geradas em cada escola, para além de permitir uma mais fácil reconciliação em sede de conta de gerência.
7. As contas deverão estar domiciliadas numa instituição bancária comercial, de preferência na Caixa Geral de Depósitos com quem o IPS tem um protocolo de colaboração, por serem permitidas pelo nº 3 do artº 115º da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro (RJIES).
8. O regime de autonomia administrativa e financeira dos Serviços de Acção Social implica legalmente, nesta matéria, um tratamento diferenciado.
9. Todas as facturas deverão ser emitidas na contabilidade dos Serviços Centrais para que haja um apuramento mais rigoroso do IVA.

No que diz respeito à Gestão de Recursos Humanos:

1. Processamento de vencimentos de forma centralizada, alargando-se aos SAS, sem prejuízo do enquadramento contabilístico separado e de um plano conjunto de implementação.
2. Assim em relação ao que já ocorre, os Serviços Centrais alargariam o processamento de vencimentos aos trabalhadores dos SAS, por razões de economia de escala.
3. Mantém em cada escola os actuais serviços de recursos humanos que deverão continuar a efectuar as operações que actualmente asseguram embora, agora, em permanente ligação aos Serviços Centrais através da aplicação informática em funcionamento.



4.7.4. Centro de Informática

No que respeita às actividades permanentes, decorrentes do centro de informática do IPS, ao longo de 2010, à que destacar as seguintes:

- Manutenção de toda a rede Informática do IPS ao nível da rede cablada e wireless;
- Suporte e gestão dos utilizadores do parque informático;
- Instalação de novos programas e equipamentos;
- Manutenção e melhoria do Portal Académico Sigarra;
- Instalação e manutenção dos servidores do IPS (páginas, RH, Contabilidade, etc);
- Manutenção da plataforma de Ensino a Distância Moodle;
- Assistência ao programa Raides;
- Gestão do Sistema de Impressão.

Quanto a novas implementações, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Migração de 8000 contas de email para a um nova plataforma de funcionalidades acrescidas;
- Implementação do “shibboleth” um serviço federado da FCCN que simplifica a autenticação e autorização dos serviços disponíveis em toda a rede universitária;
- Implementação do sistema de Videoconferência “Colibri” fornecido pela FCCN e enquadrado no “shibboleth”;
- Início da implementação de um novo serviço de Gestão Documental baseado no “KnowledgeTree”;
- Desenvolvimento de um programa de análise dos dados dos inquéritos realizados por professores, alunos e funcionários, enquadrado no sistema de avaliação de qualidade;
- Preparação do Caderno de Encargos da nova Escola Superior de Desporto;
- Implementação do “Voip” em todas as escolas do IPS.

4.8. Aumentar a eficiência energética do IPS

Face ao peso dos gastos energéticos o Instituto tem vindo a diligenciar no sentido implementar medidas que permitam melhorar a sua eficiência energética e reduzir a sua factura de energia. No último trimestre de 2010, procedeu-se ao levantamento dos vários



avisos de abertura de concursos para financiamento da implementação de fontes de energia alternativa, designadamente a Foto voltaica e Eólica: Aguarda-se a entrada em vigor das medidas previstas no Decreto-Lei nº. 34/2011, de 8 de Março, que vêm regulamentar a actividade da mini geração de energia eléctrica, estando o Instituto a preparar-se para que a produção de energias alternativas possa ser uma futura realidade.

5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

No ano económico de 2010 a execução financeira do orçamento privativo do Instituto Politécnico de Santarém integrou as seguintes quatro fontes de financiamento:

- As transferências do Orçamento do Estado (FF311),
- As Receitas Próprias (FF510),
- As transferências para os projectos PIDDAC,
- As receitas relativas a projectos cujo financiamento teve diversas proveniências, em função das entidades que aprovaram as candidaturas (Outros Projectos).

Da receita e despesa efectuadas elaborou-se o quadro relativo à execução financeira de 2010 (Quadro 1), tendo-se consolidado a despesa ao nível dos principais agrupamentos:

- 01.00.00 - Despesas com Pessoal,
- 02.00.00 - Aquisição de Bens e Serviços,
- 04.00.00 - Transferências Correntes,
- 06.00.00 - Outras Despesas Correntes,
- 07.00.00 - Aquisição de bens de Capital.

Na sequência do acto eleitoral, de 13 de Janeiro de 2010, a actual Presidência do Instituto tomou posse em 15 de Março de 2010, tendo sido apresentado ao Tribunal de Contas uma Conta de Gerência intercalar. A presente execução compreende a consolidação das duas contas, uma referente ao período de 01 de Janeiro a 15 de Março de 2010 e, a outra, relativa ao período de 16 de Março a 31 de Dezembro de 2010.



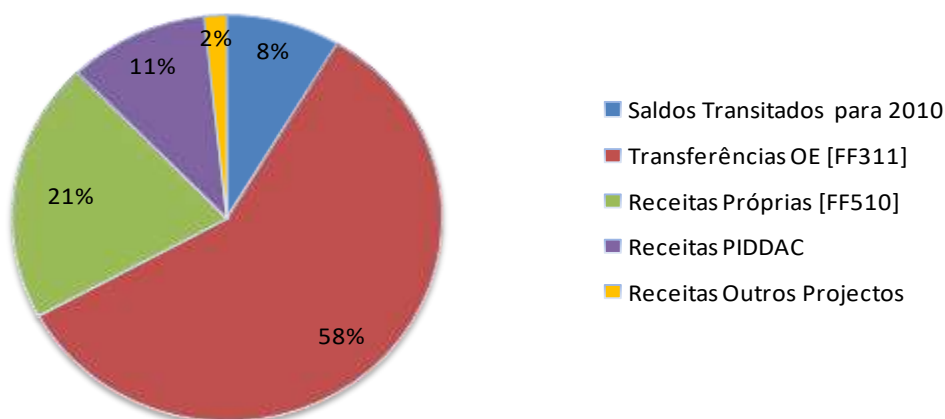
(Unidade: Euro)

Quadro 1 - Execução Financeira do IPS em 2010					
Receitas	Valor	Total	Despesas	Valor	Total
Saldos Transitados para 2010	2.178.444,00	2.178.444,00	01 - Despesas com pessoal		
			Transferências OE [FF311]	14.935.504,00	
Transferências OE [FF311]	14.904.365,78		Receitas Próprias [FF510]	2.317.601,00	17.253.105,00
Receitas Próprias [FF510]	5.265.610,00	20.169.975,78	02 - Aquisição de Bens e Serviços		
			Transferências OE [FF311]	31.764,19	
Receitas PIDDAC			Receitas Próprias [FF510]	2.807.552,00	
ESDRM (Edifício) [PIDDAC 6740]	2.074.194,56		PIDDAC: CETS/PROTEC	98.665,01	2.937.981,20
ESDRM (Cantina) [PIDDAC 6742]	618.419,00	2.692.613,56	04 - Transferências Correntes [FF510]	89.203,00	89.203,00
			06 - Outras Despesas Correntes [FF510]	37.134,00	37.134,00
Receitas Outros Projectos	426.408,62	426.408,62	07 - Aquisição de Bens de Capital		
			ESDRM (Edifício) [PIDDAC 6740]	2.742.313,56	
			ESDRM (Cantina) [PIDDAC 6742]	658.240,40	
			Furo ESAS [PIDDAC 7020]	23.443,00	
			Capital [FF510]	215.197,58	
			ESDRM (Cantina) [FF510]	172.337,42	3.811.531,96
			Despesas Outros Projectos	142.880,80	142.880,80
			Total Despesa		24.271.835,96
			Saldo a transitar para 2011	1.195.606,00	1.195.606,00
TOTAL		25.467.441,96	TOTAL		25.467.441,96

Fonte: Balancetes que serviram de suporte à elaboração da Conta de Gerência de 2010.

5.1. Execução financeira | 2010

Gráfico 1 - Receita por Fonte de Financiamento





No Gráfico 1 desagregou-se a receita por fonte de financiamento, constatando-se que o Orçamento de Estado, no conjunto das duas fontes FF311 e PIDDAC, financiou o IPS em 69%. As receitas próprias geradas pelo Instituto ascenderam a 21%, realçando-se a importância da receita proveniente de projectos que ascendeu a 2%.

5.2. Execução da receita | 2009/2010

O presente relatório diz respeito à execução financeira do ano económico de 2010, porém, efectuou-se uma análise comparativa em relação ao ano de 2009, ano em que neste Instituto se deu início à implementação das disposições previstas no novo regime jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro e, mercê das alterações do regime de autonomias, a afectação das dotações do Orçamento de Estado deixaram de ser feitas por Unidade Orgânica, com base na fórmula de financiamento prevista na Lei n.º 37/2010, de 18 de Janeiro, passando a ser afectadas, quase na sua totalidade, a pagamento de despesas de pessoal, cujo controlo do processamento passou a ser efectuado no sector de Recursos Humanos dos Serviços Centrais deste Instituto.

Pelo ofício n.º 5458, de 26 de Agosto de 2008, foi atribuído o plafond das transferências do Orçamento de Estado para 2009 no montante de 13.015.000,00€, tendo sido ainda transferidas as dotações referentes ao PIDDAC e PROTEC constantes no Quadro 2. Para os montantes referidos foi ainda, ao longo do ano de 2009 transferido através da Fonte de Financiamento FF311 a importância de 21.987,00€, relativos a projectos de investigação.

Em 2010, através dos ofícios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior n.º 248 e n.º 327, de 12 e 13 de Janeiro, foi atribuído, para o ano de 2010, no âmbito da assinatura do Contrato de Confiança com o governo, as dotações do Orçamento de Estado no montante global de 16.096.123,00€ e afecta às fontes de financiamento abaixo discriminadas (Quadro 2).

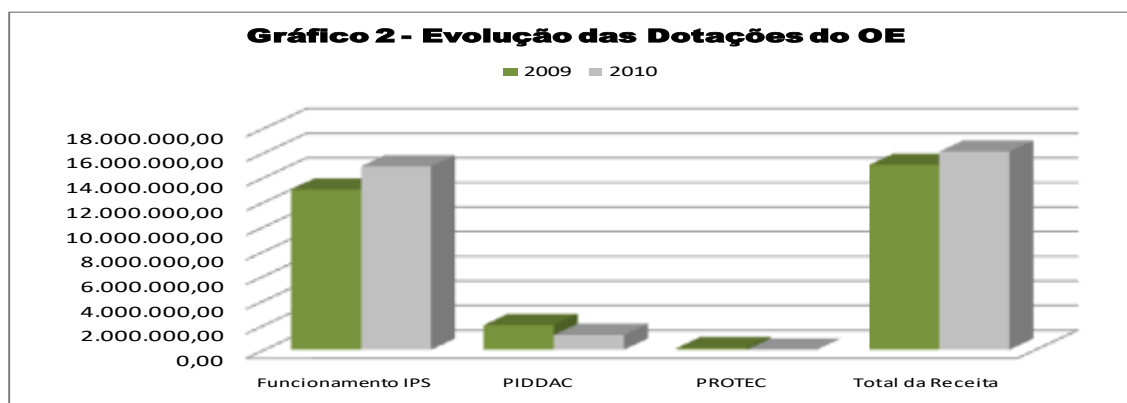
Aos montantes indicados foram aplicadas as cativações previstas no Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, tendo ficado cativo na fonte a importância de 27.800,00€



na Fonte de Financiamento FF311 e de 240.000,00€ no PIDDAC. Igualmente a Fonte de Financiamento FF510 sofreu uma cativação de 50.000,00€.

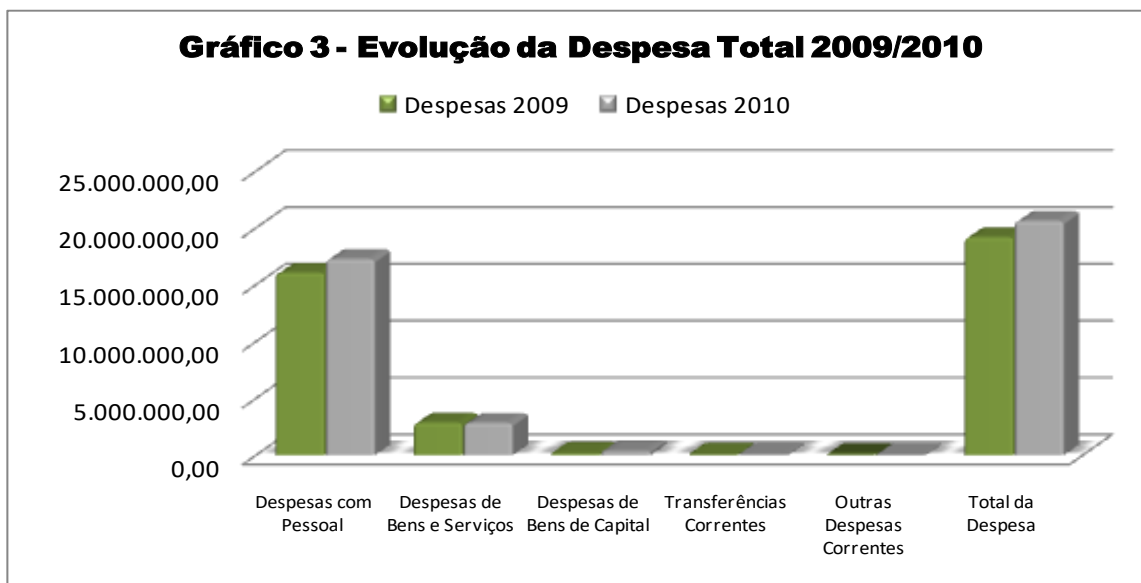
(Unidade: Euro)

Quadro 2 - Dotações do Orçamento de Estado 2009/2010				
Fonte de Financiamento	Tipo de Receitas	2009	2010	Variação
Orçamento de Estado (OE)				
FF311	Funcionamento IPS	13.015.419,00	14.896.123,00	14,45%
FF311	PROTEC	127.170,00	0,00	-100,00%
Capítulo 50 do OE	PIDDAC	2.000.000,00	1.200.000,00	-40,00%
Total da Receita		15.142.589,00	16.096.123,00	6,30%



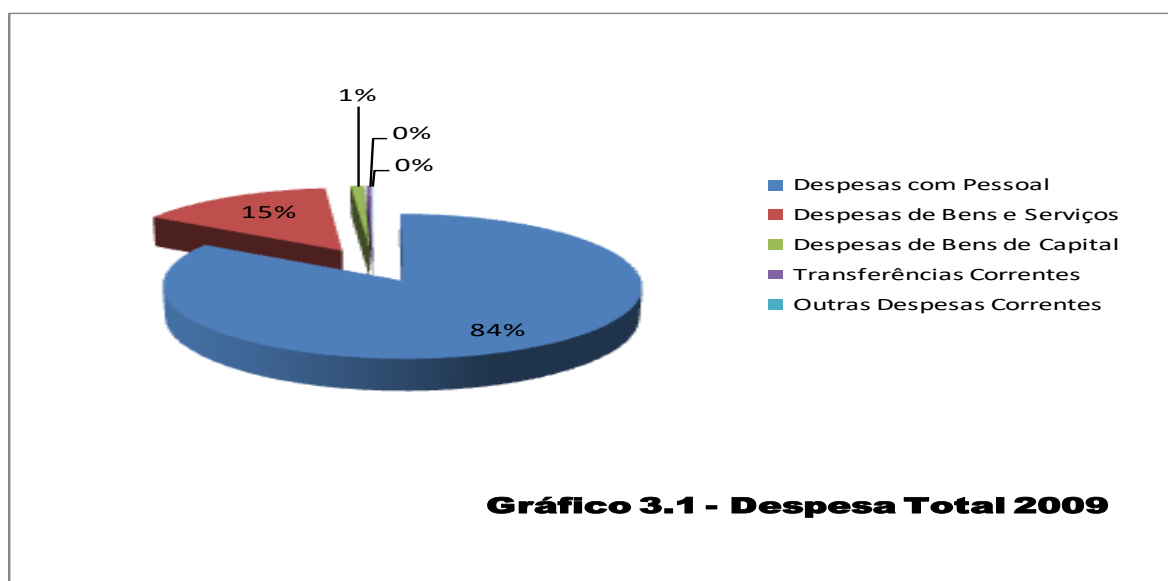
5.3. Análise da evolução da despesa | 2009/2010

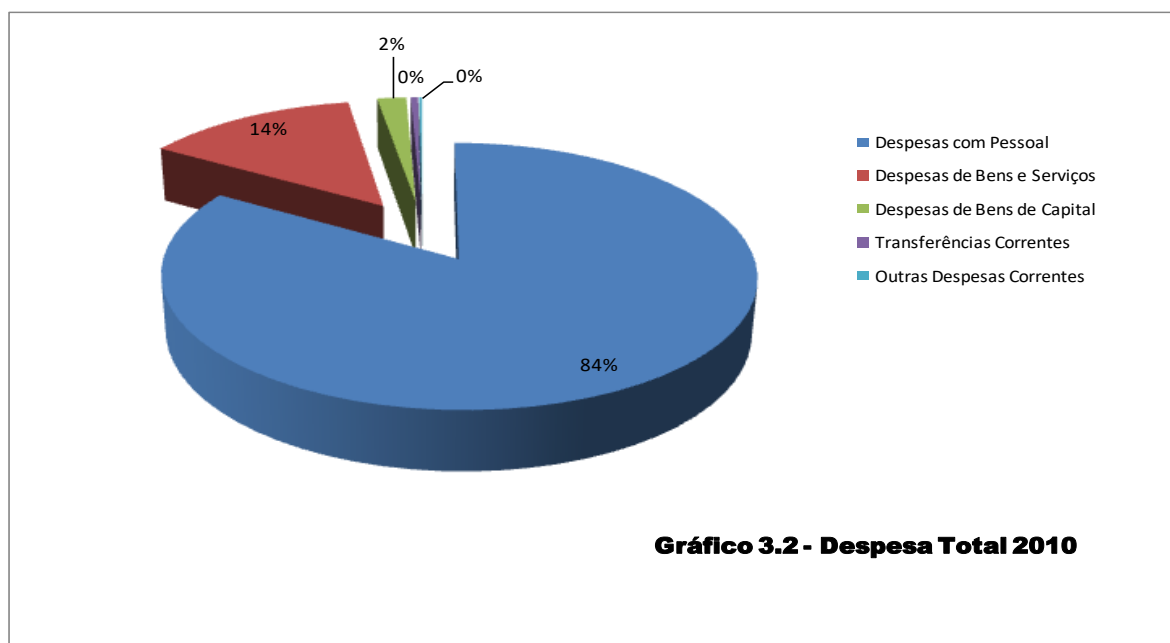
Quadro 3 - Comparação da Despesa 2009/2010				
Fonte de Financiamento	Tipo de Despesas	2009	2010	Variação
Orçamento de Estado (OE)				
FF311	Despesas com Pessoal [OE]	12.600.708,00	14.935.504,00	18,53%
	Despesas de Bens e Serviços [OE]	36.311,00	34.799,00	-4,16%
	Capital	193.262,08	0,00	0,00%
	Total da Despesa [FF311]	12.830.281,08	14.970.303,00	16,68%
Receitas Próprias (RP)				
FF510	Despesas com Pessoal [RP]	3.438.775,00	2.317.601,00	-32,60%
	Despesas de Bens e Serviços [RP]	2.827.546,00	2.807.552,00	-0,71%
	Despesas de Bens de Capital	193.805,00	387.535,00	99,96%
	Transferências Correntes	70.001,00	95.894,00	36,99%
	Outras Despesas Correntes	11.221,00	37.134,00	230,93%
	Total da Despesa [FF510]	6.541.348,00	5.645.716,00	-13,69%
Total (OE+RP)				
Despesas com Pessoal		16.039.483,00	17.253.105,00	7,57%
Despesas de Bens e Serviços		2.856.861,00	2.842.351,00	-0,51%
Despesas de Bens de Capital		193.805,00	387.535,00	99,96%
Transferências Correntes		70.001,00	95.894,00	36,99%
Outras Despesas Correntes		11.221,00	37.134,00	230,93%
Total da Despesa		19.171.371,00	20.616.019,00	7,54%



As despesas com pessoal representam cerca de 84% da despesa total deste Instituto. O acréscimo de 2009 para 2010 deve-se, sobretudo, ao aumento da contribuição da entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações que passou de 11% para 15%, passando os montantes pagos de 1.302.430,78€ para 1.771.481,00€.

As despesas de funcionamento apresentam uma ligeira diminuição de cerca de 0,7% em 2010 na Fonte de Financiamento 510. As despesas de capital aumentaram devido ao pagamento de auto de medição referente à construção do edifício da Escola Superior de Desporto de Rio Maior, no valor de 172.336€.

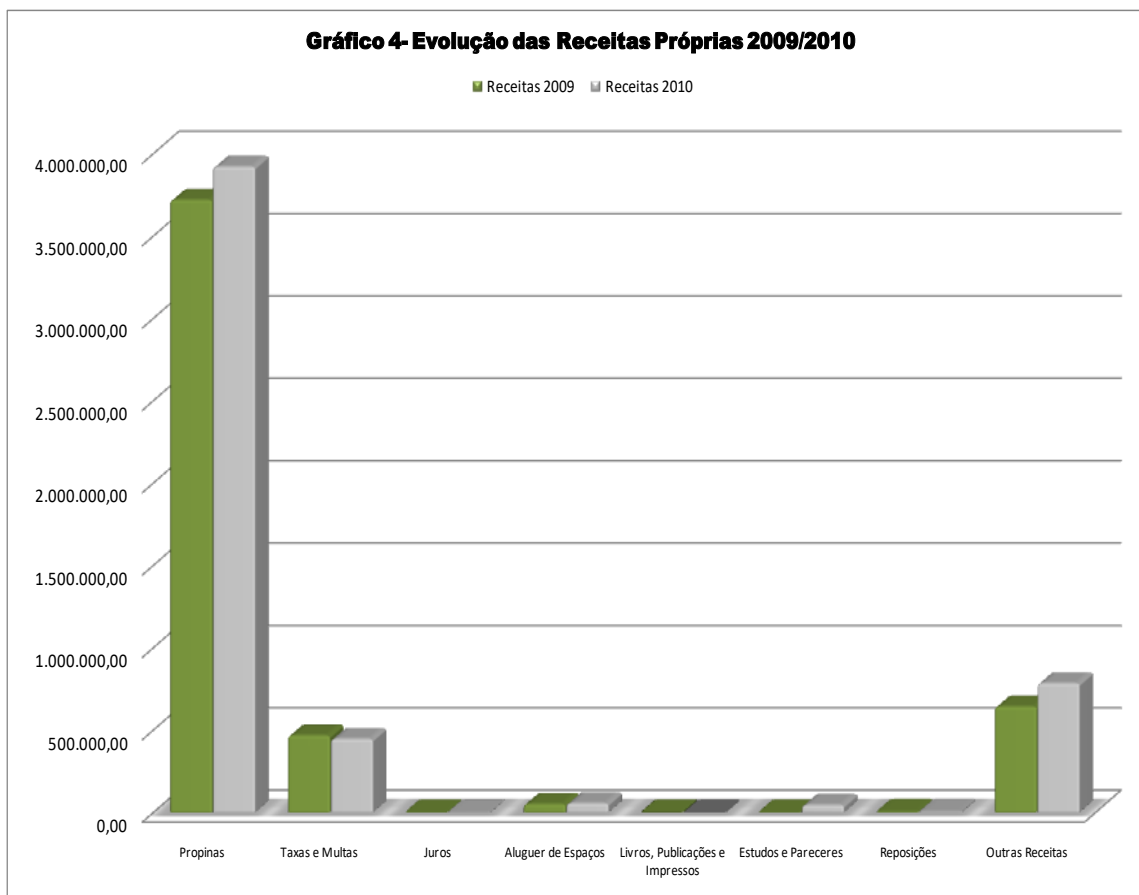




5.4. Análise da evolução das receitas próprias | 2009/2010

(Unidade: Euro)

Quadro 4 - Evolução das Receitas Próprias 2009/2010				
Fonte de Financiamento	Tipo de Receitas	2009	2010	Varição
FF510	Propinas	3.718.566,00	3.920.581,00	5,43%
	Taxas e Multas	467.356,00	446.453,00	-4,47%
	Juros	3.735,00	4.764,00	27,55%
	Aluguer de Espaços	50.416,00	55.749,00	10,58%
	Livros, Publicações e Impressos	2.628,00	197,00	-92,50%
	Estudos e Pareceres	3.678,00	44.994,00	1123,33%
	Reposições	8.445,00	8.762,00	3,75%
	Outras Receitas	641.876,00	784.110,00	22,16%
	Total da Receita		4.896.700,00	5.265.610,00



O total das receitas próprias geradas em cada Unidade Orgânica, inscritas na Fonte 510, teve em 2010 um aumento de cerca de 8% em relação a 2009.

Para uma melhor percepção a receita foi desagregada pelas principais rubricas, representando a receita das propinas 74% da totalidade. No ano de 2010, verifica-se nesta rubrica, um aumento de cobrança de 5,4%. De igual forma, a rubrica Estudos e Pareceres contribuiu para um aumento significativo da receita.

5.5. Análise da Evolução das Receitas Próprias nas Unidades Orgânicas do IPS | 2009/2010

Para esta análise, indica-se a evolução das principais rubricas de receitas geradas pelas Unidades Orgânicas deste Instituto (Quadros 5).



(Unidade: Euro)

Quadro 5 - Evolução das Receitas Próprias										
Fonte de Financiamento	Tipo de Receita	SC			ESAS			ESES		
		2009	2010	Variação	2009	2010	Variação	2009	2010	Variação
FF510	Propinas	0,00	0,00	0,00%	622.066,60	605.395,57	-2,68%	790.385,51	841.092,28	6,42%
	Taxas e Multas	0,00	100,00	100,00%	126.034,52	104.102,60	-17,40%	74.055,95	85.775,25	15,82%
	Juros	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
	Aluguer de Espaços	2.383,33	6.000,00	151,75%	18.409,60	20.587,00	11,83%	28.473,23	26.973,65	-5,27%
	Livros/Publicações/Impressos	0,00	1,95	100,00%	0,00	0,00	0,00%	2.589,50	185,00	-92,86%
	Estudos e Pareceres	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
	Reposições	0,00	3.146,63	100,00%	541,73	1.680,45	210,20%	5.177,43	2.616,49	-49,46%
	Outras Receitas	120.887,36	317.731,75	162,83%	178.212,90	216.028,78	21,22%	232.380,00	133.297,19	-42,64%
	Total da Receita	123.270,69	326.980,33	165,25%	945.265,35	947.794,40	0,27%	1.133.061,62	1.089.939,86	-3,81%

(Unidade: Euro)

Quadro 5 - Evolução das Receitas Próprias (cont.)										
Fonte de Financiamento	Tipo de Receita	ESGTS			ESDRM			ESSS		
		2009	2010	Variação	2009	2010	Variação	2009	2010	Variação
FF510	Propinas	1.273.391,00	1.274.182,70	0,06%	624.988,46	648.307,11	3,73%	407.734,39	551.603,53	35,29%
	Taxas e Multas	141.386,28	145.494,73	2,91%	82.221,96	60.096,20	-26,91%	43.657,50	50.884,00	16,55%
	Juros	3.735,30	4.764,09	27,54%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
	Aluguer de Espaços	0,00	2.188,33	0,00%	0,00	0,00	0,00%	1.150,00	0,00	-100,00%
	Livros/Publicações/Impressos	10,51	1,50	-85,73%	27,50	8,50	-69,09%	0,00	0,00	0,00%
	Estudos e Pareceres	3.531,68	0,00	-100,00%	146,50	44.994,00	30612,63%	0,00	0,00	0,00%
	Reposições	508,32	0,00	-100,00%	1.776,07	0,00	-100,00%	441,00	1.318,67	199,02%
	Outras Receitas	33.074,56	24.838,70	-24,90%	67.145,48	70.428,09	4,89%	10.175,60	21.785,90	114,10%
	Total da Receita	1.455.637,65	1.451.470,05	-0,29%	776.305,97	823.833,90	6,12%	463.158,49	625.592,10	35,07%

5.6. Análise das receitas próprias e despesas por Unidade Orgânica | 2009/2010

(Unidade: Milhares de Euros)

Quadro 6 - Receitas Cobradas e Despesas efectuadas														
UO	Receitas Próprias Cobradas				Despesas de Pessoal e Funcionamento 2009					Despesas de Pessoal e Funcionamento 2010				
	2009	% Total	2010	% Total	D. Pessoal Fonte 311	D. Pessoal Fonte 510	D. Func. Fonte 510	Despesa Total	% Total	D. Pessoal Fonte 311	D. Pessoal Fonte 510	D. Func. Fonte 510	Despesa Total	% Total
SC	123	3%	327	6%	842	135	802	1.779	9%	1.183	159	888	2.230	11%
ESAS	945	19%	948	18%	3.144	421	599	4.164	22%	3.042	585	623	4.250	21%
ESES	1.133	23%	1.090	21%	2.296	1.129	423	3.848	20%	2.925	534	323	3.782	19%
ESGTS	1.456	30%	1.451	28%	2.432	942	505	3.879	20%	3.269	395	447	4.111	20%
ESDRM	776	16%	824	16%	1.934	555	418	2.907	15%	2.442	261	475	3.178	16%
ESSS	463	9%	625	12%	1.952	256	355	2.563	13%	2.082	352	314	2.748	14%
Total	4.896	100%	5.265	100%	12.600	3.438	3.102	19.140	100%	14.943	2.286	3.070	20.299	100%



Gráfico 5 - Receitas Próprias / Despesas de Pessoal e Funcionamento

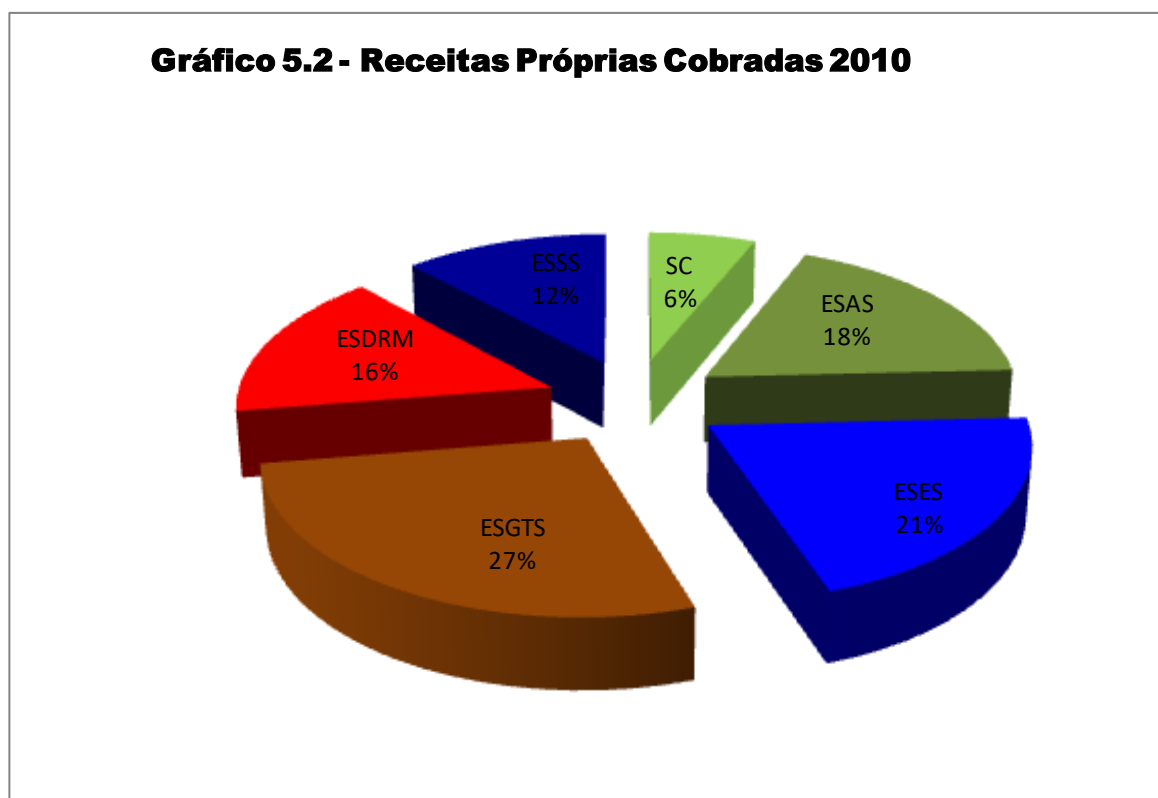
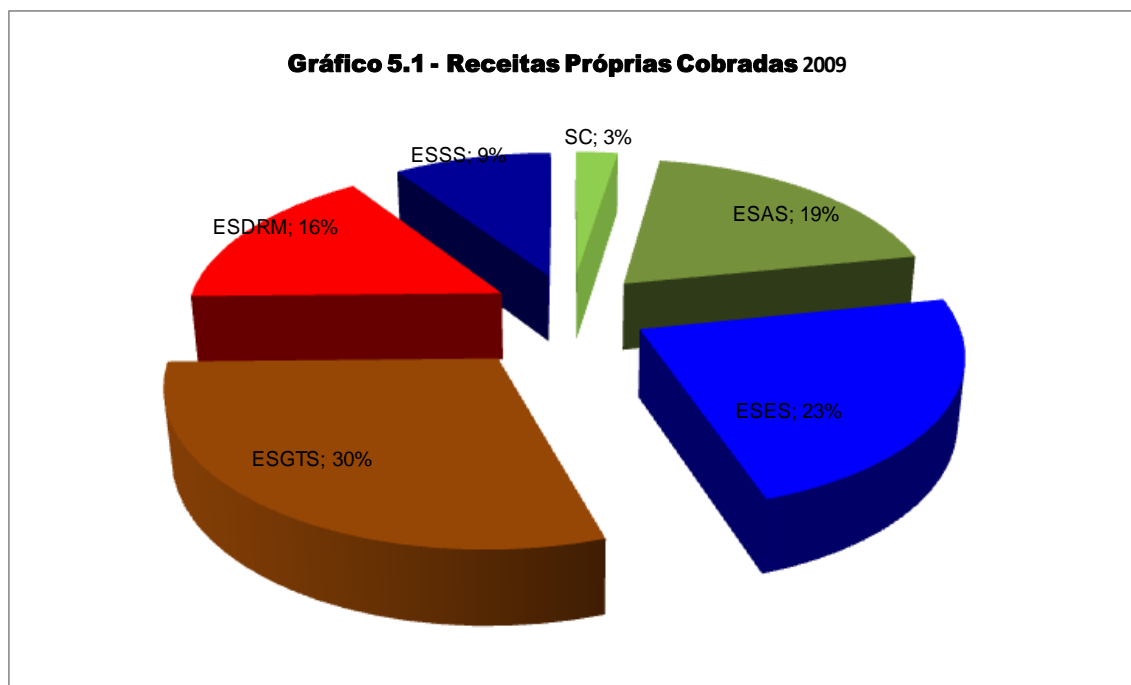




Gráfico 5.3 - Despesas de Pessoal e Funcionamento 2009

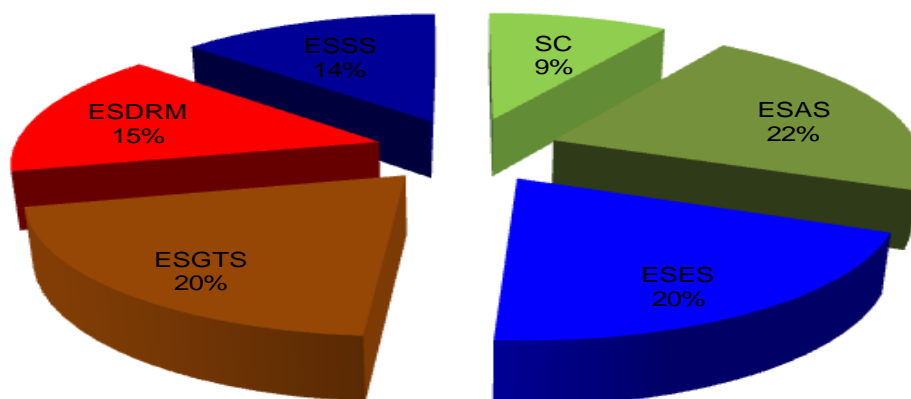
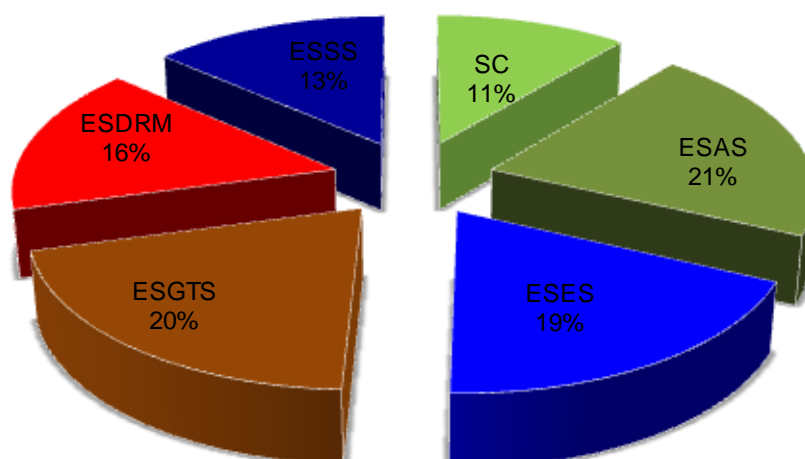


Gráfico 5.4 - Despesas de Pessoal e Funcionamento 2010



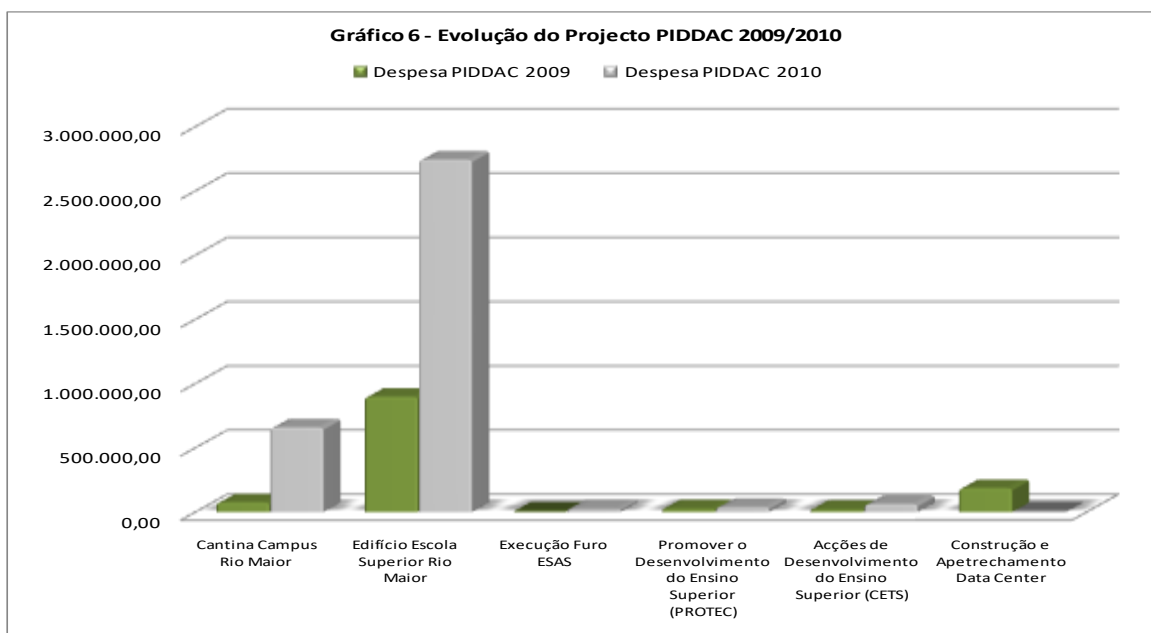
O quadro 6 e os gráficos 5 indicam a evolução das receitas próprias geradas, bem como a despesa efectuada por cada Unidade Orgânica, por fonte de financiamento e o respectivo peso em relação à receita e à despesa total, relativas aos anos de 2009 e 2010.



5.7. Evolução dos projectos integrados no PIDDAC | 2009/2010

(Unidade: Euro)

Quadro 7 - Evolução dos Projectos Integrados no PIDDAC					
Código do Projecto	Designação	Receita 2009	Despesa 2009	Receita 2010	Despesa 2010
6742	Cantina Campus Rio Maior	200.000,10	74.329,22	669.615,00	658.240,40
6740	Edifício Escola Superior Rio Maior	1.519.183,00	897.523,87	2.760.300,50	2.742.313,56
7020	Execução Furo ESAS	0,00	0,00	132.351,00	23.443,00
7093	Promover o Desenvolvimento do Ensino Superior (PROTEC)	127.170,00	25.345,00	101.824,40	37.287,16
7054	Açções de Desenvolvimento do Ensino Superior (CETS)	173.572,00	20.000,00	153.572,00	61.377,85
7019	Construção e Apetrechamento Data Center	0,00	185.322,16	0,00	0,00
Total		2.019.925,10	1.202.520,25	3.817.662,90	3.522.661,97



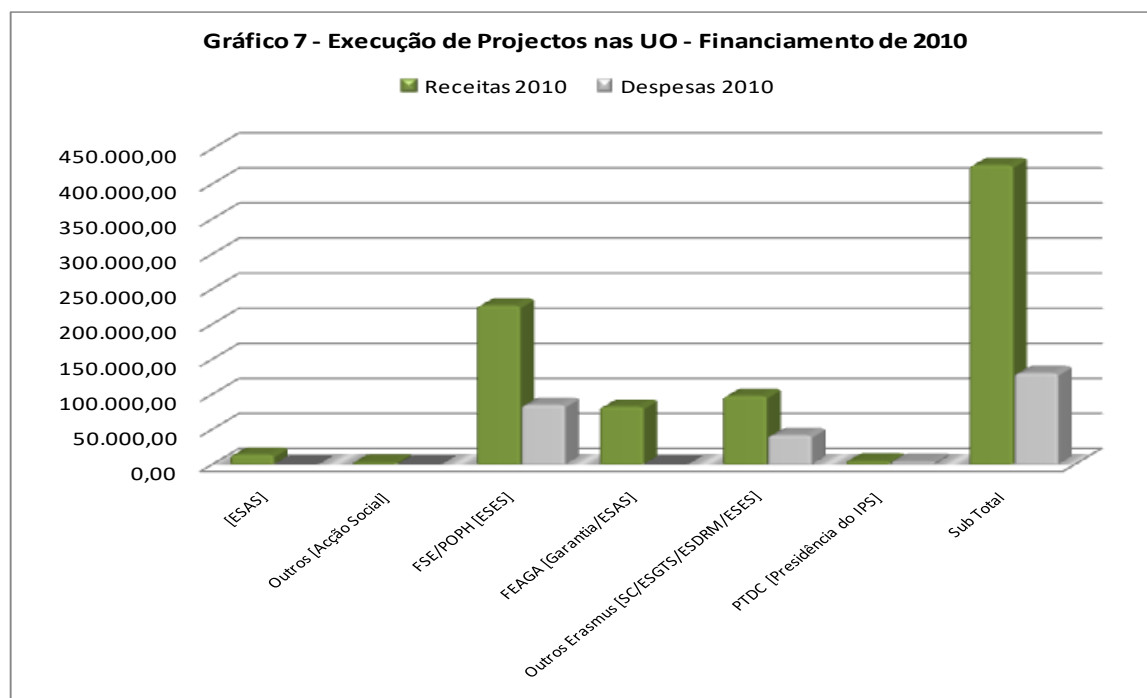
A execução dos diversos projectos financiados pelo PIDDAC foi discriminada por projecto e ano económico (Quadro 7).



5.8. Execução dos projectos executados pelas UO do IPS | 2010

(Unidade: Euro)

Quadro 8 - Evolução dos Projectos			
Fonte Financiamento	Designação/Entidade Executora	Receita 2010	Despesa 2010
Financiamento 2010			
311	[ESAS]	13.638,35	0,00
311	Outros [Acção Social]	2.760,00	0,00
442	FSE/POPH [ESES]	226.151,00	84.597,75
462	FEAGA [Garantia/ESAS]	82.036,94	0,00
480	Outros Erasmus [SC/ESGTS/ESDRM/ESES]	97.297,93	41.336,82
610	PTDC [Presidência do IPS]	4.524,00	3.952,72
Sub Total		426.408,22	129.887,29
Saldos de Anos Anteriores			
311	Tratado Windsor [Presidência do IPS]	40,00	0,00
311	IICT - Instituto de Investigação Científica Tropical [ESAS]	5.585,00	3.034,81
417	FEDER - Cultura Avieira Fase I [SC]	6.435,00	3.269,30
441	POSC - Tecnologias da Informação [SC]	15.404,00	0,00
480	Outros [Acção Social]	39.131,00	0,00
510	POCI [Presidência do IPS]	8.193,00	6.691,20
Sub Total		74.788,00	12.995,31
Total		501.196,22	142.882,60



A execução financeira dos diversos projectos executados nas Unidades Orgânicas deste Instituto está representada no Quadro 8.



6. ANÁLISE SWOT

6.1. Pontos fracos

- Não se utiliza modelo de “ensino à distância”.

O docente deveria assumir um papel de moderador no processo de aprendizagem. A formação ainda não é centrada no aluno. Será necessária formação pedagógica dos docentes para uma melhor adaptação aos novos paradigmas de ensino/aprendizagem. O ensino à distância é uma das apostas do contrato de confiança, no entanto existe uma baixa taxa de docentes preparados para este tipo de formação.

A existência de um pró-presidente para o e-learning contribuirá certamente para minorar esta fraqueza.

- Baixo número de docentes doutorados.

O corpo docente do IPS tem falta de docentes com o grau de doutor. O programa Protec tem contribuído para que elevado número de docentes alcance este grau. Segundo o RJIES os docentes terão se enquadrar na razão um doutor ou especialista por cada trinta alunos. Esta lacuna contribui para o baixo nível de actividades de investigação e desenvolvimento dentro do IPS.

- As redes de cooperação, nacionais e internacionais, ainda muito débeis.

O IPS apesar dos esforços mais recentes de obtenção de parcerias e acordos ainda tem fraca expressão a este níveis de cooperação na maior parte das suas Escolas. A mobilidade de docentes e de alunos a nível do programa ERASMUS ainda tem uma expressão reduzida. No entanto recentemente tem vindo a aumentar esta forma de mobilidade. O gabinete de relações internacionais a nível do IPS não tem atingido a dimensão necessária para um crescimento desejável.

- Baixo índice de estruturas especificamente vocacionadas para a prestação de serviços ao exterior e de captação de receitas.

As receitas próprias do IPS provêm maioritariamente das propinas dos estudantes. As fortes restrições orçamentais implicam uma procura de receitas para outras fontes. As receitas provenientes de projectos, são baixas, para a globalidade do Instituto. As acções de formação destinadas aos quadros das empresas e outras formações terão



de ser uma realidade e contribuirão para a captação de receitas, a IPS.FORM terá aqui um contributo importante. Outras fontes de receita deverão ser implementadas, tais como:

- Apoio e resolução de problemas técnicos;
- Projectos, estudos e consultorias;
- Desenvolvimento de protótipos e registo de patentes.

- Baixo nível de actividades de investigação e desenvolvimento.

A produção científica IPS ainda tem fraca expressão. A investigação não tem sido a ocupação principal dos docentes do IPS. Os docentes estão na sua maioria com a carga horária máxima ou mesmo acima. Existe uma sobrecarga grande devido à necessidade de adaptação constante dos docentes aos novos currícula de formação entre outras atribuições que lhe são conferidas. A implementação da avaliação do desempenho dos docentes, incentivando-os nestas actividades contribuirá para uma melhoria continua do desempenho. A transferência de tecnologia é também uma atribuição importante dos docentes que terá de crescer para dar resposta ao desenvolvimento regional e aumentar a interacção com a comunidade envolvente. É importante a realização de jornadas, congressos, seminários e demonstrações práticas de ciência e tecnologia. A nova unidade de investigação do IPS a UIIPS contribuirá certamente para alterar este constrangimento.

- A excessiva dependência do M23.

Presentemente, o peso do contingente dos M23 no do ingresso total de novos alunos, supera largamente os 15%. Significa que a procura da nossa oferta formativa por parte dos candidatos do concurso nacional, principalmente em determinadas escolas, não é grande. Tendo em conta a tendência decrescente deste público, a curto prazo terão de ser desenvolvidas estratégias de captação de outros públicos ou de reconquista dos candidatos do Concurso Nacional, sob pena de, em caso contrário se perder um número muito significativo de alunos.

- A inexistência de uma estrutura a nível central que promova a empregabilidade e o empreendedorismo.

É fundamental a criação de uma estrutura que entre outras coisas, estude o percurso e a inserção dos diplomados na vida activa, de modo a que melhor se oriente a oferta formativa existente e facilite a inserção dos alunos no mercado de trabalho.



- A debilidade da estrutura administrativa.

Devido à tradição descentralizadora do instituto, a estrutura administrativa central apresenta grandes debilidades e por este facto, pode ser um constrangimento ao encarar positivamente os novos desafios a que forçosamente o IPS não se poderá furtar e terá de lavar de vencidos.

6.2. Pontos fortes

- Aceitação social.

O IPS é um parceiro desejado tanto a nível de outras entidades públicas como no tecido empresarial regional.

- A qualidade do ensino.

A qualidade do ensino é reconhecida pelo meio envolvente. É cada vez maior o publico não tradicional que procura o IPS para obter formações ou melhorar a sua qualificação profissional.

- Boa inserção dos diplomados.

Apesar de ainda não existir uma estrutura a nível central do IPS para observação dos alunos diplomados. Sabe-se a nível das Escolas que a maioria dos diplomados do IPS tem boa aceitação pelas entidades empregadoras da região.

- Sentimento de pertença.

Os estudantes do IPS possuem um forte sentimento de pertença à Instituição contribuindo para uma boa divulgação do IPS. Os funcionários docentes e não docentes também exibem na sua maioria um forte sentimento de pertença à sua Instituição.

- A centralização dos serviços comuns.

Uma forma de reduzir gastos e otimizar os recursos é a centralização dos serviços comuns que começou recentemente com os serviços de contabilidade e tesouraria. Espera-se que a que este processo revele a curto prazo os seus frutos e potencialidades.



- A melhoria dos processos e sua informatização.

O CIIPS e a Presidência do IPS estão a redesenhar os processos no sentido de os otimizar e automatizá-los.

- Sistema de Garantia da Qualidade.

A implementação de um sistema de garantia da qualidade vem contribuir para uma melhor cultura organizacional.

- Novos órgãos do IPS.

Os conselhos consultivo de gestão, científico-pedagógico, e para avaliação e qualidade permitem discutir assuntos transversais a todas as escolas permitindo um maior dialogo entre as unidades do IPS. A unidade Biblioteca vem dar resposta a uma série de necessidades de racionalização do acervo e vem permitir constituir o repositório da investigação e das publicações elaboradas pelos docentes do IPS. O Provedor do Estudante terá um papel importante na interacção com os estudantes.

- Poliemprende.

Este projecto tem vindo a adquirir maior dimensão e tenta ir ao encontro das necessidades dos estudantes em criar o seu próprio emprego e contribuir para o desenvolvimento do País.

6.3. Ameaças

- Elevado número de Instituições de Ensino Superior.

Elevado numero de Instituições de Ensino Superior que conferem as mesmas formações. Santarém é o único distrito com dois Institutos Politécnicos, havendo uma escola com formações semelhantes.

- A quebra do número de alunos, derivada quer do excesso da oferta, quer da desvalorização social do ensino politécnico quer da própria crise económica.

- Fortes restrições orçamentais.

Existe uma elevada dependência da tutela para financiamento das acções



nomeadamente a nível dos CET e das licenciaturas. Os mestrados do Instituto Politécnico não tem sido financiados, no entanto as propinas de alguns mestrados estão condicionadas à propina máxima por serem necessário ao exercício da profissão (ex. na ESES e ESDRM). O financiamento dos CET apesar de estarem contemplados na legislação em igualdade de circunstâncias com as licenciaturas, têm sido alvo de financiamento separado até à assinatura do contrato de confiança. Após o contrato de confiança o MCTES ainda não definiu como será o financiamento destes cursos, ficando eventualmente sem financiamento o ano de 2011. O programa Protec parece estar ameaçado em termos de financiamento, pelo que será prejudicial, quer para a instituição quer para os próprios, os docentes não obterem o necessário grau de doutor requerido pelo RJIES.

6.4. Oportunidades

- Intenção da tutela em triplicar o número de estudantes em CET.

Se forem ultrapassados os constrangimentos de financiamento esta é uma excelente oportunidade de aumentar o número de estudantes, que cada vez mais procuram esta formação, e na sua maioria prosseguem estudos constituindo uma forma de ingresso significativa para o 1º ciclo das diversas formações do IPS.

- Intenção da tutela em multiplicar por quatro o número de estudantes inscritos em cursos de ensino superior à distância.

Os cursos a distancia são uma aposta do IPS, pelo que vai ao encontro da vontade da tutela e da necessidade dos estudantes-trabalhadores e pode constituir uma atracção de estudantes de regiões geográficas mais distantes, nomeadamente do espaço lusófono e dos chamados países emergentes.

- Intenção da tutela em aumentar as condições de atracção e de acolhimento de licenciados para a sua formação em mestrados de índole profissional.

Os mestrados de índole profissional, se forem ultrapassados os constrangimentos a nível do seu financiamento por parte da tutela, constituirão uma alavanca importante do desenvolvimento do IPS.



- Intenção da tutela em formação dos estudantes para o empreendedorismo.

O IPS tem vindo a aumentar a sua preocupação por esta vertente, dado ser um contributo importante para a inserção profissional dos seus diplomados e constituir um pólo de desenvolvimento regional.

- Crescente popularização do e-learning.

O e-learning é uma das apostas da tutela e tem vindo a crescer a sua popularidade pela sua divulgação nos meios de comunicação social e por responder a necessidades da população activa por não ter de se deslocar e por estar cada mais familiarizada com as tecnologias da informação e comunicação.



Índice

1. CARACTERIZAÇÃO, ESTRUTURA ORGANICA E STAKEHOLDERS	1
1.1. Identidade e Missão	1
1.2. Estrutura Orgânica	2
1.3. Órgãos de Governo	4
1.4. Stakeholders	4
2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO	5
3. CARACTERIZAÇÃO DO MACRO AMBIENTE EXTERNO	6
• EIXOS ESTRATÉGICOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO 2010-2013	9
4.1 Melhoria do serviço prestado aos alunos	9
4.1.1. Oferta formativa	9
4.1.1.1. 1ºCiclo	9
4.1.1.2. Cursos de 2º Ciclo	14
4.1.1.3. Cursos de Pós-Graduação	15
4.1.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica	15
4.1.2. Caracterização da procura	17
4.1.2.1. Cursos de 1º Ciclo - O Concurso Nacional de	
Acesso e os Concursos e Regimes Especiais	17
4.1.3. Acreditação dos Cursos	59
4.1.4. Actividades de divulgação da Oferta Formativa	63
4.1.5. Constituição do Conselho de Avaliação e Qualidade	65
4.1.6 Provedor do estudante	65
4.1.7 Implementação das actividades de E-Learning	66
4.1.8 Serviços de Acção Social	67
4.1.8.1. Apoio social directo	68
4.1.8.2. Apoio social indirecto	69
4.1.8.3. Alojamento	73
4.1.8.4. Serviços de saúde	74
4.1.8.5. Actividades desportivas e culturais	75
4.1.8.6. Infra-estruturas e equipamento	75
4.1.8.7. Gestão administrativa e financeira	76



<u>4.1.8.8. Conclusões</u>	<u>79</u>
<u>4.1.9. Processo de adjudicação das empreitadas do edifício de ensino e cantina da Escola Superior de Rio Maior</u>	<u>80</u>
<u>4.1.10. Biblioteca</u>	<u>81</u>
<u>4.1.11. Apoio a actividades culturais e desportivas e ao Movimento Estudantil</u>	<u>86</u>
<u>4.1.11.1. Projecto Museu da Agrária</u>	<u>86</u>
<u>4.1.11.2 Participação no Programa das Comemorações do Centenário da República</u>	<u>86</u>
<u>4.1.11.3. Apoio a Tunas e Associações de Estudantes</u>	<u>87</u>
<u>4.2 Melhoria da qualificação do pessoal docente e não docente</u>	<u>87</u>
<u>4.2.1. Protec – Programa de Apoio à Formação</u>	<u>87</u>
<u>4.2.2. Concursos para atribuição do título de Especialista</u>	<u>102</u>
<u>4.2.3. Concursos para admissão e Progressão na Carreira</u>	<u>103</u>
<u>4.2.4. Qualificação do pessoal não docente</u>	<u>105</u>
<u>4.3. Apoio ao Desenvolvimento Regional</u>	<u>105</u>
<u>4.3.1. Celebração de Protocolos</u>	<u>105</u>
<u>4.3.2. Projecto “A Cultura Avieira a Património Nacional”</u>	<u>106</u>
<u>4.3.3. Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo</u>	<u>110</u>
<u>4.4. Reforço das actividades de Investigação e Desenvolvimento</u>	<u>114</u>
<u>4.4.1. Unidade de investigação</u>	<u>114</u>
<u>4.4.2. Observatório Segurança na Escola</u>	<u>115</u>
<u>4.5. Incentivo à competitividade, inovação e empreendedorismo</u>	<u>116</u>
<u>4.5.1. Poliemprende</u>	<u>116</u>
<u>4.6. Estimulo à Mobilidade e Internacionalização</u>	<u>117</u>
<u>4.6.1. Nomeação da Pró- Presidência para a Internacionalização</u>	<u>117</u>
<u>4.6.2. Programa Erasmus</u>	<u>118</u>
<u>4.6.3. Programa Vasco da Gama</u>	<u>129</u>
<u>4.7. Reorganização dos serviços e rigor administrativo</u>	<u>130</u>
<u>4.7.1. Processo de centralização e da contabilidade e tesouraria</u>	<u>131</u>
<u>4.7.2. Sistema de controlo interno</u>	<u>132</u>
<u>4.7.3. Proposta de regime de funcionamento</u>	<u>134</u>
<u>4.7.4. Centro de informática</u>	<u>138</u>



<u>4.8. Aumentar a eficiência energética do IPS</u>	138
• <u>EXECUÇÃO FINANCEIRA</u>	139
<u>5.1. Execução financeira 2010</u>	140
<u>5.2. Execução da receita 2009/2010</u>	141
<u>5.3. Análise da evolução da despesa 2009/2010</u>	142
<u>5.4. Análise da evolução das receitas próprias 2009/2010</u>	144
<u>5.5. Análise da Evolução das Receitas Próprias nas</u> <u>Unidades Orgânicas do IPS 2009/2010</u>	145
<u>5.6. Análise das receitas próprias e despesas por</u> <u>Unidade Orgânica 2009/2010</u>	146
<u>5.7. Evolução dos projectos integrados no PIDDAC 2009/2010</u>	149
<u>5.8. Execução dos projectos executados pelas UO do IPS 2010</u>	150
• <u>ANÁLISE SWOT</u>	151
<u>6.1. Pontos fracos</u>	151
<u>6.2. Pontos fortes</u>	153
<u>6.3. Ameaças</u>	154
<u>6.4. Oportunidades</u>	155